CENTRO PRESBITERIANO DE PÓS-GRADUAÇÃO
ANDREW JUMPER

DEPARTAMENTO DE NOVO TESTAMENTO

Dissertação

PSEUDONÍMIA NO NOVO TESTAMENTO - A PROBLEMÁTICA DE UMA HIPÓTESE FRAGMENTADA

Paulo Sérgio Gomes

Apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Teologia

São Paulo
Agosto de 1999
(Editorada em 2007)

BANCA EXAMINADORA

Presidente _____

Dr. Augustus Nicodemus Gomes Lopes

1o. examinador _____

Dr. Mauro Fernando Meister

2o. examinador _____

Dr. Paulo Augusto de Souza Nogueira

AGRADECIMENTOS

Registro aqui minha sincera gratidão aos meus professores e demais funcionários do CPPGAJ, especialmente ao Rev. Augustus Nicodemus Lopes, meu dedicado e cordial orientador, pelo incentivo e apoio que de todos recebi em todo o decorrer do curso.

Minha gratidão também ao Rev. Paulo Augusto de Souza Nogueira, amigo desde os tempos da Igreja Presbiteriana em Londrina e do Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas, que gentilmente aceitou o convite para examinar este trabalho.

Às Igrejas que pastoreei neste período, Itanhaém e Cosmópolis, agradeço a compreensão, incentivo e oração.

Dedico este trabalho aos meus pais, Odete e Francisco Gomes, e aos meus sogros, Therezinha e Alcindo Pereira, a quem Deus usou abençoadamente em minha formação e carreira.

Este curso e trabalho só pode ser feito porque minha dedicada esposa Ivani, mãe de nossos filhos Thaís e Gustavo, esteve ao nosso lado com sua virtude e amor.

Ao Deus Triúno de toda a graça, seja o louvor, eternamente.

GOMES, Paulo Sérgio, *Pseudonímia no Novo Testamento - A Problemática de Uma Hipótese Fragmentada*. São Paulo. Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, 1999.

SINOPSE

Nesta dissertação faz-se uma investigação introdutória da problemática criada à partir da alegação da presença da pseudonímia no cânon do Novo Testamento. Após uma breve história do surgimento e do desenvolvimento da idéia da pseudepigrafia no NT, avalia-se a discussão contemporânea dessa hipótese. Em seguida, são considerados os motivos conducentes à atribuição de pseudepigrafia aos vários documentos do NT. Finalmente, procura-se discutir os principais problemas de julgamento envolvidos nesse processo, focalizando-se o método histórico de F. C. Baur e a abordagem pseudepigráfica às Pastorais. Conclui-se que a hipótese pseudepigráfica tem sérios problemas, além de estar grandemente fragmentada em sua base teórica de sustentação.

ENGLISH ABSTRACT

This dissertation is an introductory investigation of the problematics created by the postulation of pseudonymity in the New Testament Canon. After a brief history of the rise and development of the idea of NT pseudonymity, it follows an evaluation of the contemporary discussion of that hypothesis. Next, the motives leading to the attribution of pseudepigraphy in the various NT documents are discussed. Finally, the main judgment problems involved in that process are treated in connection with an analysis of F. C. Baur's historical method and with the pseudepigraphic approach to the Pastoral Epistles. The conclusion is that the pseudepigraphic hypothesis has serious problems and is greatly fragmented in its theoretic basis.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS iii
SINOPSE (ENGLISH ABSTRACT) iv
SUMÁRIO v
INTRODUÇÃO 1
I. O SURGIMENTO E A EVOLUÇÃO DA HIPÓTESE PSEUDEPIGRÁFICA 2
Tentativas de Criticismo Histórico no Século XVI 2
O Criticismo de "Tendência" e a Hipótese Pseudepigráfica 5
A Hipótese de Ferdinand Christian Baur 6
A Tradição Bauriana 7
Reações contra a Hipótese Pseudepigráfica 9
O Impasse na Consideração das Evidências 12
Sucessores Mais Cautelosos de Baur 13
Conclusão 14
II. O DEBATE NA ATUALIDADE 15
Crescente Aceitação Não Gera Consenso 15
Posição Desconfortante 17
Duas Atitudes Básicas Frente ao Problema 19
Tentativas Modernas para se Aliviar ou Esclarecer
o Problema da Pseudepigrafia do NT 19
Tentativas Pré-Críticas 20
Propriedade Intelectual na Antiguidade 20
Artifício Literário Aceitável 21
Teorias Sobre Pseudonímia Judaica 24
R. H. Charles - A Supremacia da Lei 24
D. S. Russell - Identificação Mística ou Espiritual 25
Tentativas de Classificação e a Questão da Motivação 28
Principais Abordagens e Teorias sobre Pseudonímia no NT 32
A Teoria da Escola 33
A Abordagem Eclética (Norbert Brox) 34
A Teoria da Identificação Espiritual (Kurt Aland) 37
Teorias de Atualização da Tradição 40
Horst R. Balz 40
Joseph Zmijewski 40
David G. Meade 41
Engano e Técnica Literária -
A Teoria da Descontinuidade de L. R. Donelson 46
A Busca Pela Forma Canônica -
A Abordagem de Brevard Childs 48
Conclusão 50

III. RAZÕES, PRESSUPOSTOS E PROBLEMAS DA HIPÓTESE PSEUDEPIGRÁFICA 51
Pseudonímia *A Priori* 52
Razões da Hipótese Pseudepigráfica 52
A Hipótese Deutero-Paulina 52
2 Tessalonicenses 53
As Pastorais 54
Efésios 55
Colossenses 55
Pseudonímia nas Epístolas Gerais 56
1 Pedro 56
Tiago 57
Judas 57
2 Pedro 57
Pressupostos e Problemas de Julgamento 58
Problemas na Abordagem de F. C. Baur 58
Falácias Históricas e de Pressupostos 63
Problemas na Abordagem Pseudepigráfica às Pastorais 64
A Problemática do Agrupamento 64
Reconstruções Artificiais 65
O Uso Seletivo dos Dados 65
Presunções Literárias Ingênuas 65
O Contexto Social da Composição 66
Variedade na Composição 67
Testes de Autenticidade Falaciosos 67
Argumentos Questionáveis 68
O Argumento Histórico 68
O Argumento do Estilo 68
O Argumento da Estrutura Eclesiástica 68
O Argumento Sobre os Oponentes 70
O Argumento do Ensino Teológico e Moral 70
A Ditadura do Gênero Literário 71
Uma Posição Conveniente e Presumida? 72
Conclusão 73

CONCLUSÃO GERAL 75

BIBLIOGRAFIA 76

INTRODUÇÃO

A erudição bíblica vem tentando reconstruir a situação histórica-existencial original (*Sitz im Leben)* de cada um dos documentos do cânon do Novo Testamento (doravante NT) com o salutar propósito de melhor entendê-los. Entretanto, usando o controverso método crítico-histórico, a maioria dos estudiosos tem achado razões internas e externas para concluir que o artifício literário da pseudonímia, comum no ambiente cultural e religioso da época, foi empregado por escritores do NT. Esta é a hipótese pseudepigráfica do NT.

Esta hipótese parte da conclusão de que várias epístolas do NT não podem ser autênticas, antes teriam sido escritas por outros que não os apóstolos nelas indicados. Entretanto, um determinado segmento da erudição bíblica não tem ficado convencido da validade de tal hipótese, pelo contrário, tem concluído que o peso das evidências favorece a autenticidade dessas epístolas. Tem ainda questionado os métodos e as conclusões dos defensores da pseudepigrafia canônica, detectando falácias exegéticas e históricas, mostrando problemas não resolvidos quanto a questões históricas, literárias, psicológicas e éticas.

Por outro lado, vários estudos têm sido realizados para compreender-se a pseudepigrafia antiga bem como para justificar-se a pseudonímia no NT. Porém, entre as diversas explicações dadas há grandes e sérias divergências relacionadas com o verdadeiro *Sitz im Leben* dos alegados pseudepígrafos neo-testamentários. Como resultado, a natureza problemática dessa hipótese fica transparente na maneira divergente e fragmentada na qual os seus defensores a justificam com suas conflitantes reconstruções históricas, psicológicas e teológicas.

O debate sobre a pseudonímia é fundamental para a compreensão da história e natureza do testemunho apostólico quanto a Cristo. Mais ainda, o posicionamento frente à pseudonímia determinará a compreensão da natureza, inspiração e autoridade dos escritos individuais bem como de todo o cânon do NT; determinará por fim a teologia e a prática da igreja contemporânea. Entretanto, o assunto parece não estar sendo discutido no Brasil. Há pouca literatura em nossa língua tratando do assunto. Em geral são livros traduzidos e que focalizam rapidamente o problema. Há o risco de se tomar posição sobre o assunto sem um estudo mais aprofundado da questão. Este estudo pretende oferecer uma discussão introdutória atualizada do problema como contribuição à igreja brasileira com o propósito de incentivar uma investigação continuada do assunto, pois falsos pressupostos devem ser evitados e a

exegese, teologia e prática da igreja precisam ser sadias.

O primeiro capítulo descreve a gênese e o desenvolvimento da idéia da pseudepigrafia canônica até meados deste século. Já por duzentos anos a erudição bíblica discute o assunto e o impasse continua. O segundo capítulo, de forma um pouco mais sistemática, procura focalizar o debate, principalmente nos últimos quarenta anos. Estudos, opiniões, reconstruções e teorias pseudepigráficas são analizadas e seus problemas são discutidos. Nestes dois primeiros capítulos procura-se mostrar a existência de sérias divergências entre as várias abordagens e teorias, o que vem a enfraquecer a própria hipótese pseudepigráfica.

O terceiro capítulo procura focalizar brevemente as principais razões apresentadas para o descarte da autenticidade de várias epístolas do NT, visto que este juízo exige e ocasiona a postulação da pseudonímia canônica. Segue-se uma análise de problemas de julgamento onde abordagens e metodologias usadas na postulação da pseudepigrafia canônica são criticadas e falácias históricas e de pressupostos são expostas. Ao se enfocar as Pastorais como caso de estudo não se pretende ser exaustivo, mas sim evidenciar os principais problemas na abordagem pseudepigráfica a estas cartas, bem como adiantar argumentos alternativos.

Não se pretende provar a inexistência da pseudonímia canônica. Antes, espera-se mostrar a natureza problemática da hipótese da pseudonímia no Novo Testamento. O autor entende que esta é uma hipótese insatisfatória e improvável por sustentar-se com argumentos dependentes de procedimentos metodológicos questionáveis e por estar grandemente fragmentada em suas justificações teóricas.

As obras em alemão foram acessadas via obras em inglês.

CAPÍTULO I

O SURGIMENTO E A EVOLUÇÃO DA HIPÓTESE PSEUDEPIGRÁFICA

Tentativas de Criticismo Histórico no Século XVI

O moderno criticismo histórico do NT, bem como a hipótese pseudepigráfica, tem suas raízes nos desenvolvimentos religiosos ocorridos no século XVI. Mas, também já no século XV, com o renascimento do conhecimento, o criticismo histórico com Lourenço Valla (1406/7-57) desenvolveu-se ao ponto de expor a falsificação de documentos tidos à época como autênticos: a "Doação de Constantino", a correspondência entre Cristo e o Rei Abgar de Edessa, a *Carta de Lêntulo*, os tratados neoplatônicos atribuídos a Dionísio Aeropagita, a lenda da contribuição apostólica às cláusulas do Credo dos Apóstolos.[1]

No alvorecer da Reforma os grandes eruditos romanistas permaneceram fiéis ao julgamento sobre o cânon seguido por Jerônimo em sua tradução.[2] O Cardeal Ximenes em sua poliglota *Biblia Complutensia* (?1522) separou os *Apocrypha* do Antigo Testamento (doravante AT) dos livros canônicos.[3] Erasmo, considerado por Westcott como o verdadeiro líder da escola literária e crítica da Reforma,[4] na sua edição do NT Grego de 1516, registrou as suas dúvidas, e as levantadas no passado, sobre os livros disputados (Hebreus, Tiago, 2 Pedro, Judas, 2 e 3 João e Apocalipse), limitando-se apenas a expressar o seu julgamento crítico.[5] Em 1519, ele foi o primeiro a alimentar dúvidas quanto à autenticidade de Efésios devido ao seu estilo diferente das demais Epístolas Paulinas.[6] O Cardeal Cajetano em 1532 expressou a sua adesão

1. Ver Frederick Fyvie Bruce, *The Canon of Scripture*, (Downers Grove: IVP, 1988), 241ss.

2. Ver Brooke Foss Westcott, *A General Survey of the History of the Canon of the New Testament*, 6a. ed., (London: Macmillan, 1889), 470.

3. *Ibid.*

4. *Ibid.*, 474.

5. *Ibid.*, 471.

6. D. Erasmus, *Novum Testamentum Annotationes*, (Basel: Froben, 1519), citado em Andrew T. Lincoln, *Ephesians*, Word Biblical Commentary, ed. David A. Hubbard et al., vol. 42, (Dallas: Word, 1990), lix e lxii. Ver também Werner G. Kümmel, *Introduction to the New Testament,*

ao Canon Hebraico. Também seguiu Jerônimo ao tratar dos *Antilegomena* do NT, citando-o em relação às dúvidas quanto à autoridade de Hebreus, Tiago, 2 Pedro, 2 e 3 João e Judas. Recebeu as três últimas como de menor autoridade, porém decidiu a favor de 2 Pedro por considerar falaz o argumento do estilo.[7] A atitude medieval ainda se fazia sentir como na reação às opiniões de Erasmo pelos doutores da Sorbonne em 1524 e 1526: "Embora no passado alguns tiveram dúvidas sobre os autores de livros particulares, todavia depois que a Igreja os recebeu sob o nome de tais autores pelo seu uso universal, e os aprovou pelo seu julgamento, já não é mais certo que um cristão duvide do fato, ou que o questione." [8] E assim afirmaram a autenticidade de Hebreus como paulina, de 2 Pedro e do Apocalipse, citando os Concílios de Laodicéia, Cartago e o Concílio apócrifo de Roma sob Gelásio. A Universidade de Paris também censurou Cajetano por este insistir em que o estudo da Vulgata não poderia substituir o estudo das Escrituras nas línguas originais.[9] Essa mesma atitude de se descartar o argumento da história para se refugiar em decretos eclesiásticos é vista em Catarino (1546), o Concílio de Trento (1546) e Sixto Senense (1566).[10]

Lutero não chegou a desfavorecer Hebreus, Tiago, Judas e Apocalipse por serem eles pseudepigráficos, mas sim por entender que não apresentavam a Cristo como os demais escritos do NT.[11] André Bodenstein de Karlstadt publicou em 1520 um tratado sobre *As Escrituras Canônicas*, no qual dividiu todos os livros em três classes diferentes de dignidade. Para ele a autoria de Hebreus era desconhecida, a de Tiago era duvidosa e a de 2 e 3 João seria do presbítero João e não do evangelista.[12] Calvino, por causa da linguagem, estilo e outras considerações, sugeriu que Pedro teria incumbido um discípulo seu de escrever 2 Pedro - uma espécie de hipótese do secretário.[13]

Em resumo, a Reforma contribuiu para o surgimento de uma atitude mais crítica frente aos problemas do NT. Entretanto, a crítica ficou mais no nível subjetivo que histórico, ou seja, em virtude da indisponibilidade da evidência externa, prevaleceu o sentimento subjetivo neste início de crítica histórica. [14]

---

trad. de Howard Clark Kee, (Nashville: Abingdon Press, 1973), 357.

7. Westcott, *Canon*, 475.

8. Westcott, *Canon*, 474. Minha tradução à partir da tradução de Westcott. Em toda esta dissertação, quando não anotadas, as traduções são sempre minhas.

9. Bruce, *Canon*, 243.

10. Westcott, *Canon*, 476.

11. Westcott, *Canon,* 481-4. Ver também Bruce, *Canon*, 243-4.

12. Bruce, *Canon*, 245; Westcott, *Canon*, 485-6; Ver também Bruce M. Metzger, *The Canon of the New Testament*, (Oxford, 1987), 241s.

13. J. Calvin, *Calvin's Commentaries: The Epistle of the Apostle Paul to the Hebrews and the First and Second Epistles of Peter*, trad. W. B. Johnston, (Edinburgh, 1963), 325.

14. Ver Donald Guthrie, "The Development of the Idea of Canonical Pseudepigrapha in New Testament Criticism" em *Vox Evangelica* 1 (1962), 43-59:43; também publicado em *The Authority and Integrity of the New Testament*, ed. K. Aland, (London: SPCK, 1965), 14-39:14. Ver tambémWestcott, *Canon*, 469.

O Criticismo de "Tendência" e a Hipótese Pseudepigráfica

Grotius (1583-1645), da escola Arminiana, considerado por Alexander Souter como precursor da escola de Tübingen,[15] atribuiu Hebreus a Lucas, entendeu que o título original de 2 Pedro seria a Epístola de Simeão, sucessor de Tiago no bispado de Jerusalém; entendeu também a Epístola de Judas como sendo obra de Judas, Bispo de Jerusalém no tempo de Adriano. Afirmou haver fortes argumentos para se rejeitar 2 e 3 João como do apóstolo João.[16] Grotius, porém, não parece ter postulado qualquer obra como estritamente pseudepigráfica.

Em 1792, sob a influência do Racionalismo, o inglês Edward Evanson, iniciador do criticismo de "tendência",[17] propôs que Romanos, Efésios, Colossenses, Filipenses, Tito, Filemon, Hebreus e Tiago seriam espúrias.[18] Mas, apesar de reivindicar base histórica para as suas críticas, estas foram superficiais e de pouco impacto.[19]

Foi na Alemanha do século dezenove que a idéia da pseudepigrafia canônica tornou-se corrente. J. E. C. Schmidt[20] lançou suspeitas sobre a autenticidade de 1 Timóteo e de outros livros, mas foi F. E. D. Schleiermacher quem, em 1807, lançou o primeiro ataque bem articulado contra 1 Timóteo.[21] Ele sustentou que o autor desta carta praticou o empréstimo literário das demais Pastorais, porém seus argumentos eram produtos da opinião subjetiva antes que de sólida investigação histórica. J. G. Eichhorn[22] usou o método crítico de Schleiermacher e concluiu que todas as Pastorais deveriam ser espúrias, pois todas as três diferiam das demais epístolas Paulinas em linguagem e pensamento. Com base nos mesmos princípios Eichhorn concluiu que 2 Pedro[23] e Judas seriam pseudepigráficas, porém não viu necessidade de discutir este

---

15. A. Souter, *Text and Canon of the New Testament*, (Londres: Duckworth, 1913), 203. Westcott entende que Grotius e a Escola Arminiana melhor espelham em sua época os princípios da tentativa de crítica histórica manifestados no início da Reforma e que mais tarde ficariam subordinados à controvérsia doutrinária (*Canon*, 495).

16. Westcott, *Canon*, 495-6.

17. Assim ("tendency" criticism) denominado por E. Earle Ellis, "Pseudonymity and Canonicity of New Testament Documents" em *Worship, Theology, and Ministry in the Early Church*, (Sheffield: JSOT Press, 1992), 212-224:213.

18. E. Evanson, *The Dissonance of the Four Generally Received Evangelists and the Evidence of Their Respective Authenticity Examined*, (Ipswich: G. Jermyn, 1792), 255-89.

19. Ver Guthrie, "Development", 44.

20. Sua posição é descrita em B. Weiss, *A Manual of Introduction to the New Testament*, (London: Hodder, 1887), 8.

21. F. E. D. Schleiermacher, *Über den sogenannten ersten Brief des Paulus an den Timotheus*, (1807). Ver Brevard Childs, *The New Testament as Canon: An Introduction*, (Philadelphia: Fortress, 1985), 378; Ver também Luke Timothy Johnson, *Letters to Paul's Delegates: 1 Timothy, 2 Timothy, Titus*, (Valley Forge: Trinity Press International, 1996), 3.

22. J. G. Eichhorn, *Historische-kritische Einleitung in das Neue Testament*, (1812), III, 315.

23. D. Guthrie afirma em *New Testament Introduction*, (Downers Grove: IVP, 1990), 811, n. 4, que, depois da opinião de Grotius a respeito de 2 Pedro, foi somente nos dias de J. S. Semler

tipo de pseudepigrafia.

W. M. L. de Wette[24] sustentou que as Pastorais e 2 Pedro não eram apostólicas. Também suspeitou de Efésios, em 1826 e 1843, como L. Usteri em 1824,[25] por sua íntima associação com Colossenses. O "sabor" Paulino de 1 Pedro o fez duvidar de sua genuinidade. De Wette também não discutiu nem vislumbrou as dificuldades levantadas por suas hipóteses pseudepigráficas. Sua influência se fez sentir em F. C. Baur, cujas idéias veremos em seguida.

A Hipótese de Ferdinand Christian Baur

Em seu primeiro livro sobre as Pastorais,[26] Baur seguiu Eichhorn ao atacar a autenticidade destas cartas, argumentando que o vocabulário e o cenário histórico não eram paulinos. Em seu livro sobre Paulo[27] ele ampliou a lista das pseudo-paulinas para incluir Efésios, Colossenses, Filipenses e Filemon e articulou os seguintes princípios: (1) O artifício da pseudonímia criou a impressão de apostolicidade. (2) Um pseudepígrafo canônico abre a possibilidade para a existência de outros. (3) Os pseudepígrafos canônicos podem ser chamados de falsificações mas não tinham o propósito de enganar, visto ser prática comum na antiguidade. (4) Paulo não poderia ter escrito duas cartas semelhantes como Efésios e Colossenses, nem ter escrito Filipenses com suas "monótonas repetições" e a imitação de 2 Co 11:13ss no capítulo 3. (5) O estilo dessas cartas é Paulino porém a linguagem não o é. (6) Filemon não passa de um romance cristão escrito para comunicar uma idéia cristã genuína. Enfim, Baur considerou as Epístolas Gerais e todas menos quatro das cartas de Paulo como sendo pseudepigráficas.[28] Guthrie fala do "caráter subjetivo de seu critério" e

(*Paraphrasis ep. Petri II et Judas*, 1784) que essa epístola foi tida como forjada.

24. W. M. L. de Wette, *Lehrbuch des Neuen Testaments*, (Berlin: Reimer, 1826), 254-65, trad. ingl. *Introduction to the New Testament*, (1858), 283ss, 298-304, 324ss, 345ss.

25. L. Usteri, *Die Entwicklung des paulinischen Lehrbegriffs*, (Zürich: Orell Füssli, 1824), 2-8.

26. F. C. Baur, *Die sogenannten Pastoralbriefe des Apostels Paulus aufs neue kritisch untersucht*, (Stuttgart: Cotta, 1835).

27. F. C. Baur, *Paulus der Apostel Jesu Christi. Sein Leben und Wirken, seine Breife und seine Lehre*, 2 vols., (Stuttgart: Becker & Müller, 1845), trad. ingl. A. Menzies, *Paul The Apostle of Jesus Christ: His Life and Work, His Epistles and His Doctrine*, (London: Williams and Norgate, 1876) 2:109, 110, 84. Ver Thomas D. Lea, "Pseudonymity and the New Testament" em *New Testament Criticism and Interpretation*, ed. D. A. Black e D. S. Dockery, (Grand Rapids: Zondervan, 1991), 535-559:543-4.

28. F. C. Baur, "Die Christuspartei in der korintischen Gemeinde, der Gegensatz des petrinischen und paulinischen Christenthums in der ältesten Kirche, der Apostel Paulus im Rom" em *Tübingen Zeitschrift für Theologie* (1831), 61-206, reimpressa em *Ausgewählte Werke in Einzelusgaben*, 5 vols., (Stuttgart: Bad Cannstatt, 1963-75), 1:1-146; idem, *Paul*, I, 248s; II, 106-111; idem, *The Church History of the First Three Centuries*, vol. I, (London: Williams, 1878-9), 122-131, 149s.

afirma que "o criticismo literário de Baur estava dominado por suas pressuposições dogmáticas".[29] Ellis comenta: "Embora a sua cronologia tenha se alongado, e a sua dialética hegeliana por vezes se insinuasse, na virada do século vinte o criticismo de 'tendência' e a reconstrução diacrônica de Baur alcançaram larga aceitação e, na obra de Adolf Jülicher, por exemplo, foi o pressuposto de partida. Ou seja, a hipótese de Baur se tornou a tradição Bauriana."[30]

A Tradição Bauriana

Bruno Bauer e depois a escola céptica holandesa (e. g. A. D. Loman, W. C. van Manen), chamados por A. Schweitzer de críticos "Ultra-Tübingen"[31], seguindo essa abordagem quase inteiramente subjetiva, concluiram que todo o cânon paulino era pseudepigráfico. Já Adolf Hilgenfeld, também da escola de Baur, adicionou Filipenses, 1 Tessalonicenses e Filemon ao "genuíno" corpo paulino.[32]

H. J. Holtzmann[33] rejeitou como espúria 2 Tessalonicenses, Efésios, as Pastorais e admitiu que Colossenses foi reescrita, contudo não discutiu as dificuldades dessas conclusões. Com uma abordagem similar, E. Renan[34] não hesitou em falar das Pastorais como "falsas". Guthrie comenta: "Em nenhum caso ele considerou ser necessário qualquer estudo comparativo da pseudepigrafia em geral. Ele é representante de um criticismo que não possuía escrúpulos ao postular 'falsificações'."[35]

Já Adolph Jülicher[36] tratou mais detalhadamente da questão da pseudonímia: (1) Como Baur, rejeitou o termo "falsificação" por ser impróprio para a descrição de escritos pseudepigráficos. (2) Afirmou a "ilimitada credulidade dos círculos

29. Guthrie, "Development", 46.

30. Ellis, "Pseudonymity", 214. Ellis (215) ainda menciona críticos de Baur que questionaram sua reconstrução histórica no passado: J. B. Lightfoot, "St. Paul and the Three" em *The Epistle of St. Paul to the Galatians*, 10a. ed., (London: Macmillan, 1892), 292-374; idem, *Essays on ... Supernatural Religion* (London: Macmillan, 1893), passim; (implicitamente) T. Zahn, *Introduction to the New Testament*, 3 vols., (Grand Rapids: Kregel, 1953 [1909]); A. Harnack, *Geschichte der altchristlichen Literatur* II. *Chronologie*, vol. I, (Leipzig: Hinrichs, 1958 [1896]); e no presente: Horton Harris, *The Tübingen School,* 2a. ed., (Grand Rapids: Baker e Leicester: Apollos, 1990); E. Barnikol, *Ferdinand Christian Baur als rationalistisch- kirchlicher Theologe*, (Berlin: Evangelische, 1970); W. Geiger, *Spekulation und Kritik: Die Geschichtstheologie Ferdinand Christian Baurs*, (München: Kaiser, 1964).

31. A. Schweitzer, *Paul and his Interpreters*, (London: Black, 1948 [1912]), 117-50.

32. A. Hilgenfeld, *Historisch-kritisch Einleitung in das Neue Testament*, (Leipzig: Fues, 1875), 246s., 330-334.

33. H. J. Holtzmann, *Einleitung in das Neue Testament*, (1885).

34. E. Renan, *St. Paul*, (Trad. Ingl. 1888-9) viii, ix.

35. Guthrie, "Development", 58, 59 n. 28.

36. A. Jülicher, *An Introduction to the New Testament*, 4a. ed., (London: Smith, Elder & co., 1904), trad. Janet Penrose Ward, orig. *Einleitung in das Neue Testament*.

eclesiásticos", porém, sem mostrar evidências concretas. (3) Apelou para o hábito entre os cristãos de se tomar emprestado sem citar a fonte, e equiparou isto à idéia da pseudepigrafia apostólica afirmando que os pseudo-autores não se consideravam falsários; porém, não apresentou evidências nem disse como sabia das intenções e das consciências destes. (4) Citou a diferença em hábitos literários, ou seja, a arbitrariedade na composição de discursos, e posteriormente epístolas, sob nomes apostólicos. A evidência apresentada lhe é contrária ao mostrar que alguns Pais censuravam este procedimento. (5) Defendeu a atitude indiferente dos cristãos quanto à "forma" na qual se expressava a verdade, citando apenas uma interpretação dúbia de uma passagem em Tertuliano.[37] (6) Citou paralelos greco-romanos (Pitágoras, Demóstenes, Alexandre e Platão) e judaicos (apocalíticos usando o nome de Daniel, Esdras, Enoque e Noé), afirmando que tais autores pseudepigráficos não tinham o propósito de enganar. (7) Afirmou que o criticismo dos Pais ocidentais, por estes estarem preocupados somente com tradição e ortodoxia, toleraria obras pseudepigráficas convincentes. (8) Afirmou que seus argumentos apontavam para a presença de pseudepigrafia no NT, porém, advertiu contra a inferência de que todas as epístolas o pudessem ser; algumas teriam que ser autênticas para serem "imitadas". O legado de Schleiermacher e Baur é visto em Jülicher quando este reconhece a insuficiência da proposta de hipóteses pseudepigráficas sem referência a um pano de fundo histórico, confiando, porém, mais em inferências vagas do que num exame histórico sadio. As idéias de Jülicher são importantes porque representam uma abordagem à prática da pseudonímia que ainda hoje se usa na defesa desse artifício.[38]

James Moffatt[39] avançou mais: (1) Defendeu a inocência da pseudepigrafia

37. Para Jülicher, no caso do autor de *Atos de Paulo*, "os juízes, inclusive nosso informante [Tertuliano, *De Baptismo*, 17], ficaram chocados não com a sua fraude literária em si, mas por ter-se aventurado em advogar heresia em seu livro, tal como o direito à mulher para pregar e batizar." (*Introduction to the New Testament*, (1904), 53, trad. ingl.da obra citada de Jülicher, baseada na 3a. ed. Alemã). Porém, T. D. Lea assinala: "Entretanto, a discussão de Tertuliano sugere que a igreja estava bastante preocupada a respeito da natureza fictícia do livro...A evidência dos Pais primitivos sugere que dois fatores eram importantes no julgamento da autenticidade de um escrito. Um livro expondo heresia enfrentava a rejeição. Um escrito conhecido como pseudônimo também era rejeitado. Estes dois critérios pareciam bem se ajustar um ao outro como os dois lados da moeda. A evidência indica que a igreja rejeitaria os escritos dos apóstolos se eles contivessem erro. A igreja também rejeitaria pseudonímia conhecida mesmo que ela ensinasse ortodoxia."("Pseudonymity", 539 e 541). F. F. Bruce diz: "É duvidoso que um livro viesse a entrar no cânon caso fosse *conhecido* ser pseudônimo...O *Atos de Paulo*...era ortodoxo...mas era fictício, e indígno do grande apóstolo por amor de quem foi dito que ele foi escrito; o autor, portanto, foi deposto do seu ofício como presbítero em uma das igrejas da Ásia. Qualquer um que fosse conhecido como tendo composto uma obra explicitamente em nome de um apóstolo haveria de encontrar desaprovação ainda maior." (*Canon*, 261).

38. Ver Lea, "Pseudonymity", 544; Guthrie, "Development",48.

39. J. Moffatt, *An Introduction to the Literature of the New Testament*, 2a. ed., (New York: Scribner's, 1912), 40-44.

e sua compatibilidade com os assuntos religiosos e morais apelando para essa prática na literatura apocalítica judaica, a qual teve como precursora a literatura davídica, salomônica e deuteronômica; contudo, Moffatt contentou-se apenas em apresentar tais literaturas sem discutí-las em profundidade. (2) Numa tentativa séria de estudar a pseudepigrafia canônica segundo um pano de fundo histórico, ele analisou a influência da prática greco-romana sobre a pseudepigrafia cristã, porém, isso é ainda bastante discutível. (3) Propôs a modéstia dos escritores como causa da pseudonímia, transformando-a numa virtude: "Conscientes da influência dos mestres, os discípulos viam os seus próprios escritos como uma extensão do espírito dos primeiros."[40] (4) Apelou para a prática da historiografia antiga de se compor discursos atribuindo-os a determinados personagens históricos, citando Tácito, Cesar, Tucídides, Teopompo, Salust e discursos do NT. Partindo-se daí, a composição de uma epístola pseudepigráfica seria apenas "um pequeno passo". Porém, Moffatt esqueceu de notar que o segundo processo exige uma maior carga fictícia do que o primeiro. Também Moffatt equiparou a perspectiva literária dos escritores cristãos à de seus contemporâneos não-cristãos, o que ainda exige discussão.

Martin Dibelius[41] igualmente defendeu a teoria pseudepigráfica como uma convenção literária. As obras pseudepigráficas devem ser vistas e julgadas apenas como peças literárias. Nota-se aqui também a ausência do elemento apologético tal como em Jülicher e Moffatt. Sem dúvida, é a herança de Baur agora atualizada.

Edward J. Goodspeed demonstrou estar bem ciente das dificuldades de se postular a pseudepigrafia no NT ao afirmar: "Pois se eles [os pseudepígrafos] forem tratados separadamente, o problema da pseudonímia é extremamente difícil e desconcertante, mas tomados em conjunto eles podem lançar muita luz necessária sobre aquilo que há muito tem sido a sua característica mais difícil."[42] Rejeitando esse "atomismo", ele reconstrói a história para explicar o surgimento e as relações entre os vários supostos pseudepígrafos (Judas, 2 Pedro, 1 Pedro, as Pastorais, Efésios e Tiago). Esta tentativa de Goodspeed de justificar o todo usando a multiplicação das hipóteses pseudepigráficas mostra a fragilidade de sua teoria; ademais, a mera multiplicação de um fenômeno não o explica.

Reações Contra a Hipótese Pseudepigráfica

Duas abordagens distintas se discernem entre os que têm rejeitado as hipóteses pseudepigráficas: a dogmática e a histórica. A mais antiga e tradicional tem sido a primeira. Segundo esta, o simples fato dos livros do NT terem sido aceitos como parte do cânon, exclui a possibilidade do uso da pseudonímia em qualquer um deles.

40. *Ibid.*, 41.

41. M. Dibelius, *A Fresh Approach to the New Testament and Early Christian Literature*, (New York: Scribner's, 1936), 140-1.

42. E. J. Goodspeed, "Pseudonymity and Pseudepigrapha in Early Christian Literature" em *New Chapters in New Testament Study*, (New York: Macmillan, 1937), 169-188:172-73.

Este pressuposto básico inibe uma investigação histórica e literária mais apurada. James I. Packer, um representante recente desta posição, afirma:

> ...se um livro do NT não é autenticamente apostólico, e se ele faz falsas afirmações (como, segundo essas hipóteses, eles o fazem), então ele não possui a natureza de Escritura, e não deve estar no cânon do Novo Testamento. Mas o fato é que estes livros estabeleceram o seu lugar no cânon da Igreja primitiva, e têm sido estudados e expostos na Igreja há séculos sem que neles se tenha achado qualquer coisa indigna de seus aparentes autores, ou inconsistência com o resto da Escritura, quer em ensino ou em tom.[43]

O ponto negativo nesta abordagem é que ela descarta a necessidade de comparação crítica com tipos literários não-canônicos. A consistência exigiria, caso alguma obra pudesse ser provada inautêntica, que tal obra fosse excluída do cânon. De positivo, ressalta-se a sua crítica contra a aceitação fácil da inocência da pseudonímia.

No passado, a abordagem histórica foi a exceção, perpetrada por homens como Henry Alford[44], que rejeitaram as hipóteses em bases críticas. Entretanto, uma reação mais esclarecida surgiu no final do século XIX. J. S. Candlish[45] contestou fortemente as suposições de Farrar, Simcox, S. Davidson e Plumptre de que a pseudonímia era um expediente literário inocente, visto que nenhum deles apresentara evidência corroborativa. Ao discutir se a personificação inocente seria conhecida na antiguidade, Candlish distinguiu três tipos de pseudonímia: a mercenária, a dramática e a irônica; todavia, descartou haver evidência de que tais obras tivessem sido publicadas "em perfeita boa fé". Ao examinar a atitude cristã frente à pseudepigrafia (Livro de Sabedoria, Oráculos Sibilinos, Evangelho de Pedro, Atos de Paulo), ele concluiu:

> À partir destes fatos segue-se que nos primeiros séculos cristãos, quando qualquer obra era apresentada como de autoria antiga ou respeitável, ou ela era recebida como genuína, o que era feito com grande facilidade de fé, ou era rejeitada como um embuste; [segue-se] que tais ficções, embora muito comuns, foram consideradas, pelo menos pelos professores cristãos mais rigorosos, como moralmente censuráveis; e [segue-se] que a noção de personificação dramática como um artifício literário legítimo nunca é mencionada, e parece nunca ter sido considerada como defesa de tais composições. Se um autor escreveu um livro pseudônimo dessa maneira, ele deve ter sido muito mal-sucedido em seu propósito; pois a sua obra foi em geral tida como genuína, ou, de outra maneira, ela foi rejeitada como dissimulada e sem valor.[46]

43. J. I. Packer, "*Fundamentalism" and the Word of God*, (London: Inter-Varsity Fellowship; Grand Rapids: Eerdmans, 1958), 185.

44. H. Alford, *The Greek Testament*, 6a. ed., (1868), citado em Guthrie, "Development", 52, 59.

45. J. S. Candlish, "On the Moral Character of Pseudonymous Books" em *The Expositor: Fourth Series*, vol. VI (1891), (ed. W. R. Nicoll; 10 vols.; London: Hodder, 1890-94) 91-107 e 262-279:91ss; publicado em alemão em N. Brox ed., *Pseudepigraphie in der heidnischen und judisch-christlichen Antike*, (Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1977).

Candlish reconheceu que a atitude grega, do uso da mentira para promoção de um bem maior ao homem, em parte influenciou tais obras; porém, por não achar base nos fatos, contestou o uso da historiografia antiga para justificar a pseudonímia; e concluiu

> que o caráter moral e espiritual deles [pseudepígrafos] não é inconsistente com o fato de terem sido fraudes piedosas empregadas naquilo que se supunha ser o serviço da religião, numa era quando enganos desse tipo eram comuns e permitidos por um sistema corrente de filosofia.[47]

Ao tratar da questão da inspiração opinou: livros em que "uma falsa autoria é reivindicada, meramente para obter maior aceitação para o seu conteúdo, não podem ser divinamente inspirados, ou [ser] parte do cânon da Escritura."[48] Porém, quando um livro possui as marcas de sua inspiração e reivindica uma autoria segura, esse fato deve ter a precedência sobre as conclusões críticas. Em casos inconclusivos, suspender-se-á o julgamento até surgir nova luz.[49]

R. D. Shaw,[50] influenciado por Candlish, também rejeitou que a Igreja tenha aceito sem objeções obras pseudônimas escritas em boa fé. Entretanto admitiu: "Se não houvesse nenhuma transgressão consciente de qualquer princípio moral, seria impossível recusar inspiração a um escrito pseudônimo simplesmente por causa de sua pseudonímia."[51] Ele porém não vislumbrava qualquer pseudonímia inocente (ou mesmo enganosa) como meio de revelação usado pelo Espírito de verdade e de santidade, e escreveu: "Parece a nós que, se a questão da moralidade cristã vem a sucumbir,...a reivindicação de um lugar no cânon deve desaparecer juntamente com ela."[52] Shaw parece fundir a abordagem histórica à dogmática na consideração do problema.

G. Wohlenberg foi um dos eruditos continentais que sentiram a necessidade de examinar a fundo a idéia de fraude piedosa; porém, limitou-se a requerer um amplo exame das evidências, dando algumas sugestões nesse sentido. Ele mesmo

46. *Ibid.*, 103. Richard N. Longenecker cita com aprovação essas palavras de Candlish em "Form, Function and Authority of the New Testament Letters" em *Scripture and Truth*, (Grand Rapids: Baker, 1992), 101-14:110. Donelson, que defende a hipótese pseudepigráfica, igualmente aceita a validade dessa conclusão de Candlish, só que ele prefere entender que a Igreja também usou de engano para adiantar a ortodoxia. Ver L. R., Donelson, *Pseudepigraphy and Ethical argument in the Pastoral Epistles*, (Tübingen: Mohr, 1986) 11, 12.

47. Candlish, *Ibid.*, 272.

48. *Ibid.*, 278.

49. Ver *Ibid.*, 279.

50. R. D. Shaw, "Pseudonymity and Interpolation" em *The Pauline Epistles*, 4ª ed., (Edinburgh: T. & T. Clarke, 1913), 482.

51. *Ibid.*, também citado em David G. Meade, *Pseudonymity and Canon*, (Grand Rapids: Eerdmans, 1987 [Tübingen: J. C. B. Mohr,1986]), 3.

52. Shaw, *Ibid.*

entendia haver pouca probabilidade da Igreja usar um livro para leitura que não fosse autorizado, e que isto teria servido de impedimento para a pseudepigrafia canônica.[53]

Foi, porém, Friedrich Torm quem examinou detalhadamente a questão. Focalizou os problemas psicológicos envolvidos na produção dos pseudepígrafos e concluiu haver mais problemas em relação à pseudonímia religiosa (comparou os escritos órficos, herméticos, sibilinos e judaicos) que à secular. Suas conclusões coincidem com as de Candlish: "...um escrito pseudônimo ou era crido e assim altamente estimado, ou a sua inautenticidade era percebida e assim o documento era considerado como um tanto indecoroso."[54] B. Metzger entende que Torm deu menos atenção à literatura judaica que seu contemporâneo Arnold Meyer.[55]

O Impasse na Consideração das Evidências

Arnold Meyer realizou um estudo similar ao de Torm, porém, chegou a conclusões diferentes. Ele usou as suas investigações para apoiar alguns pseudepígrafos canônicos, alegando que tal prática, por ser comum no mundo antigo, teria sido naturalmente adotada pelos cristãos. Seu argumento é o seguinte:

> Se um escritor no AT apresenta Deus falando, e assim o homem se assegura que pode falar como Deus, assim também os [primeiros] cristãos estão habilitados a usarem os ditos transmitidos de Jesus e a comporem pregações como o sermão do monte ou, de maneira livre, produzirem discursos de Cristo, como é em geral reconhecido ter feito o quarto evangelista. Se alguém assim pode falar livremente como Deus e Cristo quanto a qualquer tradição histórica, então não é um grande passo além se alguém devesse crer-se autorizado a escrever em nome de um patriarca ou de um apóstolo.[56]

Metzger concorda com Meyer em que não se deve estranhar a presença de pseudepígrafos no cânon, pois "a aceitação ou rejeição ocorria com base na verdade

53. G. Wohlenberg, *Die Pastoralbriefe*, (1906), 63, n. I, 64.

54. F. Torm, *Die Psychologie der Pseudonymität im Hinblick auf die Literatur des Urchristentums*, (Gütersloh: C. Bertelsmann, 1932), 19, também reimpresso em N. Brox ed., *Pseudepigraphie in der heidnischen und jüdisch-christlichen Antike*, (Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1977), 119. Numa nota de rodapé Torm diz ser uma invenção moderna a idéia de uma forma literária reconhecida, cuja integridade era admitida ("eine modern Erfindung, die man aus der grossen Menge der pseudonymen Schriften und der Leichgläubickeit der damaligen Zeit hat wahrscheinlich machen wollen, die man aber mit wirklichen geschichtlichen Gründen nicht unterbauen kann").

55. Bruce M. Metzger, "Literary Forgeries and Canonical Pseudepigrapha" em *Journal of Biblical Literature* 91 (1972), 3-24:16.

56. A. Meyer, "Religiöse Pseudepigraphie als ethisch-psychologisches Problem" em *Zeitschrift für die neutestamentliche Wissenschaft* 35 (1936), 262-279:279. Tradução minha à partir da tradução de Metzger, "Literary Forgeries", 16.

eclesiástica e não em genuinidade literária."[57]

Ao que parece, como sugere Aland, as "questões psicológicas não satisfazem, e a ética não é a categoria apropriada para o nosso problema"[58], visto que eruditos diferentes avaliam diferentemente as mesmas evidências. Porém, Guthrie observa: "é difícil sustentar que a ética nada tenha a ver nesta produção literária, a menos que se deva manter que o cristianismo de modo algum influenciou o campo da literatura."[59]

Sucessores Mais Cautelosos de Baur

C. L. Mitton[60] reelabora a teoria da virtude da pseudonímia de Moffatt ao estudar Efésios; reconhece, porém, a existência de pseudonímia desonesta e procura dar atenção detalhada ao problema da imitação. Ele objeta contra o uso da palavra "falsificador" e favorece "imitador", para evitar o seu conteúdo emocional. Sua abordagem sugere cautela ao afirmar que o ônus da prova recai sobre os que descartam a autenticidade e não sobre os seus defensores.

H. J. Cadbury[61] é ainda mais cauteloso. Apesar de manter a pseudepigrafia canônica, ele defende que cada escrito deveria ser normal e livremente tratado como se a questão estivesse aberta e devesse ser enfrentada separadamente. Procurou fazer com que tanto defensores quanto opositores da pseudonímia concordassem em que os escritos pseudônimos podem surgir logo após a morte daquele em cujo nome se escreve. Entretanto, reconhece que não pode apresentar nenhuma evidência para tal suposição. No caso de Efésios, adverte:

> Até que possamos descobrir um caso onde o estilo de algum mestre conhecido tenha sido imitado numa composição definitivamente espúria deve-se reconhecer como algo duvidoso que algum imitador de Paulo se esforçaria ou não para atingir ou atingiria inconscientemente o grau de similaridade existente entre Efésios e os *homologoumena* Paulinos.[62]

Guthrie reconhece em Cadbury este avanço nos princípios críticos, e afirma: "as hipóteses pseudepigráficas devem ser vistas em comparação com os tipos literários testemunhados à partir de pseudepígrafos reconhecidos. Onde não houver paralelos,

57. Metzger, "Literary Forgeries", 16.

58. Com esta expressão Kurt Aland descarta essa abordagem para então propor a sua em "The Problem of Anonymity and Pseudonymity in Christian Literature of the First Two Centuries" em *Journal of Theological Studies* 12 (1961), 39-49:39; também publicado em *The Authority and Integrity of the New Testament*, SPCK Theological Collections 4, (London: SPCK, 1965), 1-13. No próximo capítulo discutirei a sua teoria.

59. Guthrie, "Development", 55.

60. C. L. Mitton, *The Epistle to the Ephesians*, (Oxford: Claredon, 1951), 111ss, 259, 260.

61. H. J. Cadbury, "The Dilemma of Ephesians" em *New Testament Studies* (1959), 91-102:94-95.

62. *Ibid.*, 95, 96.

esse fato sinaliza contra essas hipóteses."[63]

Conclusão

No tempo da Reforma, a crítica histórica estava dando os seus primeiros passos, entretanto, os questionamentos surgidos nessa época contribuíram para uma atitude mais crítica frente às dificuldades do NT. Foi, porém, o criticismo de "tendência" dos séculos XVIII e XIX, sob a influência do Racionalismo, quem primeiro propôs a hipótese pseudepigráfica e a desenvolveu, contudo, de modo subjetivo, superficial e inconsequente. Baur ampliou e procurou fundamentar historicamente a hipótese pseudepigráfica, contudo, suas pressuposições dogmáticas determinaram a tal ponto o seu criticismo literário que a subjetividade e a arbitrariedade nos julgamentos lhe foram inevitáveis (tratarei disso mais detalhadamente no terceiro capítulo). Todavia, a tradição Bauriana se tornou influente apesar da superficialidade nos julgamentos iniciais ter sido crescentemente substituída pela consciência das dificuldades envolvidas. Hilgenfeld resgatou Filipenses, 1 Tessalonicenses e Filemon para o "genuíno" corpo paulino. Jülicher, Moffat, Dibelius e Goodspeed viram a necessidade

de dar maior atenção ao pano de fundo histórico, incluindo questões psicológicas, morais, teológicas e literárias, todavia a objetividade de seus julgamentos continua a ser questionada.

A reação dogmática contra a hipótese pseudepigráfica é ineficaz por descartar a necessidade de comparação crítica com tipos literários não-canônicos. Já a reação erudita que incentiva a pesquisa histórica e literária tem sido mais frutífera, como evidenciada nos esforços de Candlish e Torm. Eles e outros, focalizando sobretudo as questões morais e psicológicas, concluiram não haver evidência histórica alguma de que a Igreja tenha aprovado o uso da fraude piedosa no NT. Entretanto, o impasse é inevitável quando as evidências levantadas são diversamente avaliadas por Meyer. Ele concluiu que o argumento ético contra a pseudonímia não é convincente, e que esta teria sido um artifício literário óbvio e inocente, sem a pretensão de enganar. Com Mitton e Cadbury há maior cautela e avanços nos princípios críticos: (1) admite-se o problema da imitação; (2) o ônus da prova cabe aos que negam a autenticidade; (3) a pseudonímia precisa ser provada à partir de paralelos reconhecidos. Focalizaremos a seguir as principais questões debatidas na atualidade e os vários posicionamentos sobre o assunto.

63. Guthrie, "Development", 51. É o que ele mesmo procura fazer em "Epistolary Pseudepigraphy" em *New Testament Introduction*, 1011-28. De igual modo abreviadamente D. A. Carson, D. J. Moo e L. Morris, *An Introduction to the New Testament*, (Grand Rapids: Zondervan, 1992), 367-71, também trad. Márcio Loureiro Redondo, *Introdução ao Novo Testamento*, (São Paulo: Vida Nova, 1997), 405-11. Porém, Richard Bauckham em "Pseudo-Apostolic Letters" em *Journal of Biblical Literature* 107/3 (1988) 469-494, entende que Guthrie "omitiu os mais importantes exemplos judaicos e falhou em ver a importância do assunto dos endereçados na carta pseudepigráfica" (p. 469).

CAPÍTULO II

O DEBATE NA ATUALIDADE

Crescente Aceitação Não Gera Consenso

Estamos longe de um consenso nesta questão da pseudepigrafia canônica. Em primeiro lugar, muitos eruditos não estão convencidos de que a pseudonímia tenha se introduzido dentro do cânon do NT. As evidências, segundo estes, são contrárias à hipótese. Os problemas gerados por tal hipótese são enormes e as soluções apresentadas pelos que a justificam não satisfazem. Por outro lado, a maioria parece aceitá-la como um fato comprovado. Ao justificarem-se, porém, os eruditos dividem-se defendendo teorias contraditórias entre si. Esse fato aponta para a grande carga de subjetividade nos julgamentos bem como para a fragilidade de teorias incompletas, parciais ou não-exaustivas. Em geral, as questões históricas, éticas, psicológicas, teológicas e literárias continuam sendo o foco do debate atual.

Ellis[1], escrevendo em 1992, notou que em décadas recentes, aqueles que honram a tradição — evangélicos conservadores[2] e católicos romanos[3] — também têm aderido à tradição bauriana.[4]

1. Ellis, "Pseudonymity", 214.

2. Cita, por exemplo, R. J. Bauckham, *Jude, 2 Peter*, Word Biblical Commentary, (Waco: Word, 1983), 148, passim; J. D. G. Dunn, *Unity and Diversity in the New Testament*, (London: SCM, 1977), 147, 346, passim; R. P. Martin, *New Testament Foundations* II, 2a. ed., (Grand Rapids: Eerdmans, 1983), 232s., 305, passim; Meade, *Pseudonymity and Canon*, 118, 186, 190, passim; Metzger, "Literary Forgeries", 22; idem, *The New Testament*, 14a. ed., (Nashville: Abingdon, 1978), 214, 258s.

3. Ellis observa que a obra Católica Romana *The Jerome Biblical Commentary*, ed. R. E. Brown et al., (London: Chapman, 1970, 2a. ed.1990) identificava somente 2 Pt como um pseudepígrafo na primeira edição. A revisão (1990) seguiu a lista de Hilgenfeld dos pseudepígrafos Paulinos/Petrinos com exceção de 1 Pt, para a qual prevaleceram os testemunhos patrísticos e a tradição Católica. A obra *Introduction to the New Testament*, (London, 1958) de A. Wikenhauser identificava somente 2 Pt como não-genuína (p. 515), porém a sua revisão por J. Schmid (1973) concordou com Hilgenfeld completamente, com a possível exceção de Colossenses.

4. Ou seja, têm identificado como pseudepígrafos certo número de cartas Paulina e/ou

Raymond E. Brown, em sua recente obra *An Introduction to the New Testament*[5], publicada em 1997, nos dá o seguinte quadro da opinião dos eruditos atuais quanto aos supostos pseudepígrafos canônicos:

2 Tessalonicenses - Os eruditos estão quase igualmente divididos quanto à sua autoria Paulina, embora pareça estar crescendo, mesmo entre os moderados, o número dos que a negam. Brown observa[6] que neste século, desde W. Wrede em 1904 a W. Trilling em 1972, os argumentos da erudição alemã contra a sua autenticidade têm feito crescer gradualmente esta opinião. A erudição de fala inglêsa (p. ex., R. Aus, Best, Bruce, L. T. Johnson, Marshall e Morris) tende para a defesa de sua genuinidade, porém, mais recentemente Bailey[7], Collins[8], Giblin[9], Holland[10] e Hughes[11] têm estado entre o crescente número dos que optam pela pseudonímia.

Colossenses - 60 % da erudição crítica não aceita a autoria Paulina.[12] Os que a negam estão divididos entre os que afirmam que alguém próximo a Paulo escreveu esta carta durante a vida de Paulo ou logo após a sua morte, quem sabe com a idéia de que Paulo assim o desejasse. Os outros advogam um cenário e escritor várias décadas depois de Paulo.

Efésios - "Embora alguns eruditos continuem a aceitar a autoria Paulina de Efésios, o peso da evidência tem levado 70 a 80 % da erudição crítica a rejeitar esse ponto de vista, incluindo um número significativo dentre os que pensam que Paulo escreveu Colossenses. Dentro dessa percentagem *provavelmente a maioria postularia um escritor de Ef diferente do que compôs Cl*."[13]

As Pastorais - Tito, 1 e 2 Timóteo - "*Cerca de 80 a 90% dos eruditos modernos concordaria em que as Pastorais foram escritas após a morte de Paulo, e desses, a maioria aceitaria um período entre 80 e 100 AD como o contexto mais plausível para a sua composição.* A maioria as interpretaria como tendo alguma continuidade com o ministério e pensamento do próprio Paulo, mas não tão próxima como manifestada

Petrinas.

5. R. E. Brown, *An Introduction to the New Testament*, (New York: Doubleday, 1997).

6. *Ibid.*, 592.

7. J. A. Bailey, "Who Wrote II Thessalonians?" em *New Testament Studies* 25 (1978-79), 131-45.

8. R. F. Collins, *Letters That Paul Did Not Write*, (Wilmington: Glazier, 1988), 209-41.

9. C. H. Giblin, *The Threat to Faith. An Exegetical and Theological Re-Examination of 2 Thessalonians 2*, Analecta Biblica 31, (Roma: PBI, 1967). Idem, "2 Thessalonians 2 Re-read as Pseudepigraphical" em *The Tessalonian Correspondence*, ed. R. F. Collins, Bibliotheca Ephemeridum Theologicarum Lovaniensium 87, (Leuven: Peeters, 1990),459-69.

10. G. S. Holland, *The Tradition that You Received from Us: 2 Thessalonians in the Pauline Tradition,* Hermeneutische Untersuchungen zur Theologie 24, (Tübingen: Mohr-Siebeck, 1988).

11. F. W. Hughes, *Early Christian Rhetoric and 2 Thessalonians*, Journal for the Study of the New Testament Supplements 30, (Sheffield: JSOT, 1989).

12. Brown, *Ibid.*, 610.

13. *Ibid.*, 629. Ênfase do autor.

em Colossenses, Efésios e mesmo em 2 Tessalonicenses."[14]

1 Pedro - Brown afirma[15] que um grande número de eruditos (não arrisca percentagem) postula sua composição pseudepigráfica, porém não por um pretendente puramente imaginário, mas por um representante da igreja de Roma, possivelmente de uma escola de discípulos. Todavia, Brown prefere acreditar na sua autenticidade, tendo Pedro se servido de um secretário.

Tiago - A maioria crê ser pseudepigráfica, escrita após a morte de Tiago de Jerusalém (c. 62 AD), por alguém que tinha admiração pela imagem de Tiago como a autoridade cristã mais leal ao Judaísmo.[16]

Judas - Embora muito difícil de se decidir, a pseudepigrafia de Judas é aventada e considerada uma possibilidade. "Se é pseudepigráfica, foi escrita por alguém para quem os irmãos de Jesus eram mestres autoritativos."[17]

2 Pedro - Notoriamente um pseudepígrafo para a grande maioria dos eruditos. Brown não tem qualquer dúvida.[18]

Posição Desconfortante

Apesar de tantas opiniões a favor da pseudonímia canônica, os eruditos conscienciosos não se vêem à vontade com os diversos problemas levantados por essa hipótese. O próprio Brown[19] reconhece várias dificuldades: (1) Exemplos de pseudepigrafia no AT onde séculos separavam a pessoa dos escritos não são paralelos para obras escritas poucos anos após a morte de Paulo. (2) Fala-se de discípulos de Paulo ou aderentes de sua escola de pensamento, mas não se conhece a identidade precisa dessas pessoas. (3) Quão próximo alguém precisaria estar do Paulo histórico para escrever em seu nome? (4) Até que distância no tempo alguém poderia reivindicar autoridade para escrever em nome de um apóstolo falecido, especialmente quando outros escritores cristãos do período pós-apostólico estão escrevendo em seu próprio nome? (5) Em que se diferenciam os pseudepígrafos canônicos dos apócrifos escritos em nome de figuras do NT mas rejeitados pela igreja como não canônicos? (6) Deve-se tomar a audiência (igreja) endereçada como histórica? Como uma audiência mais ampla teria recebido uma carta que trata de questões particulares como da igreja de Tessalônica? (7) Será que a audiência que primeiramente recebeu uma carta pseudônima estava ciente de que ela tinha sido escrita em nome de Paulo? (8) Em caso positivo, isto viria a diminuir a autoridade de

14. *Ibid.*, 668. Ênfase do autor.

15. *Ibid.*, 719 e 706.

16. *Ibid.*, 741 e 726.

17. *Ibid.*, 749, ver também nota 3, página 586: "A Carta/Epístola de Judas pode ter sido escrita por um seguidor de Tiago visto que o suposto autor é identificado como 'irmão de Tiago.'"

18. *Ibid.*, 762.

19. *Ibid.*, 587-88.

tal carta? (9) Será que o escritor pensava que tal conhecimento não importava? (no caso de 2 Pe a identidade apostólica é chave conforme 1:16). (10) Será que a igreja do segundo e terceiro séculos teria aceito tais cartas no cânon caso soubesse que eram pseudônimas? (11) Que diferença faz a decisão pela pseudepigrafia ao se tentar compreender uma carta/epístola?

J. D. G. Dunn em seu recente artigo sobre pseudepigrafia no *Dictionary of the Later NT and Its Developments*, publicado em 1997[20], reconhece a antiguidade do uso do termo "pseudepigrafia" (atestado numa inscrição do séc. II AC. em Priene, Ásia Menor e, no Cristianismo, no séc. II AD. por Serapião). O termo denota obras literárias falsamente (*pseud-*) atribuídas (*epigraphos* = "sobrescrito") ou falsamente nomeados (*onoma* = "nome"). "Em ambos os casos o que se tem em vista são escritos que explicitamente reivindicam terem sido escritos por uma certa pessoa mas que por consenso geral foram escritos por um outro."[21] Dunn reconhece o problema que esta terminologia acarreta, pois "ao se colocar a ênfase na atribuição falsa, o termo *pseudepigrafia* implica um julgamento de valor negativo quanto à integridade e aceitabilidade de um documento." E acrescenta: "É este julgamento de falsidade, de uma intenção de enganar e induzir ao erro, particularmente ao se fazer passar por apostólico o que não deveria ser assim considerado, que torna o assunto da pseudepigrafia no NT tão delicado." Dunn sente o desconforto da questão diante do "amplo consenso da erudição do NT" de que certos escritos do NT, como Efésios, as Pastorais e 2 Pedro, sejam pseudepigráficos. A própria expressão "pseudepigrafia do NT" lhe aparenta ser contraditória. Dunn reconhece existir um "problema moral e teológico para a noção de um cânon autoritativo da Escritura" quando, à luz do jul-gamento negativo implícito no termo, postula-se a presença de pseudepigrafia no NT.[22]

David G. Meade em sua tese de doutorado sob a supervisão de Dunn, depois adaptada e publicada como *Pseudonymity and Canon* em 1987, prefere falar em uma "tensão sempre presente entre o conceito de cânon e a descoberta da pseudonímia no NT."[23] Ele também reconhece que o uso de engano é inerente à idéia de pseudonímia e que no cânon encontra-se a comunicação da verdade. O problema é: "como documentos forjados podem servir como veículos de verdade religiosa inspirada? Ou menos emotivamente, qual a relação entre pseudonímia e canon?"[24]

20. J. D. G. Dunn, "Pseudepigraphy" em *Dictionary of the Later NT and Its Developments*, ed. Ralph P. Martin e Peter H. Davids, (IVP: Downers Grove, 1997), 977-984.

21. *Ibid.*, 977.

22. *Ibid.*, 977-79.

23. Meade, *Pseudonymity*, 1.

24. *Ibid.*, 2.

Duas Atitudes Básicas Diferentes Frente ao Problema

Há os que negam qualquer conexão entre pseudonímia e cânon. Dentre estes, uns preferem rejeitar a pseudonímia dogmaticamente[25] enquanto outros, retendo a pseudonímia, não se preocupam em tratar das implicações dessa posição para o conceito de cânon.[26]

Entretanto, segundo Meade,[27] a grande maioria dos eruditos prefere ver uma correlação entre pseudonímia e cânon, ou seja, as questões literárias e teológicas precisam ser adequadamente respondidas quer se aceite ou não a pseudonímia. Para os que a rejeitam, o assunto não deve ser tratado dogmaticamente, mas sim, histórica e literariamente.[28] Para os que a aceitam, deve-se demonstrar como a pseudonímia poderia se coadunar com a consciência moral da igreja primitiva. Veremos a seguir a falta de uniformidade entre os que tentam justificar a presença de pseudonímia dentro do cânon.[29]

Tentativas Modernas para se Aliviar ou Esclarecer o Problema da Pseudepigrafia do NT

A discussão do assunto na atualidade nos leva a focalizar uma grande variedade de pesquisas, abordagens, metodologias, teorias e opiniões sobre a pseudonímia no

25. J. I. Packer é um representante desta posição: "Pseudonímia e canonicidade são mutuamente exclusivos" (*Fundamentalism*, 184). Esta posição define a questão à partir de uma posição teológica a respeito do cânon sem recorrer aos estudos crítico-literários.

26. Esta é a posição de Martin Rist em "Pseudepigraphy and the Early Christians" em *Studies in New Testament and Early Christian Literature*, Wikgren Fest., ed. D. Aune, (Leiden: E. J. Brill, 1972), 75-91. Ele opina (p. 82, 83) que 2 Ts (2:2) poderia ter sido escrita para que 1 Ts fosse rejeitada como espúria, porém não trata do problema que isso acarretaria para a idéia de um cânon inspirado. Gerd Lüdemann, em seu livro *Heretics: The Other Side of Early Christianity*, (Westminster: John Knox Press, 1996), tradução de John Bowden do Alemão *Ketzer. Die andere Seite des frühen Christentums*, (Stuttgart: Radius-Verlag, 1995), defende que 2 Ts foi escrita como uma contra-forjadura para combater e descartar 1 Ts (p.112ss). Ele não vê qualquer possibilidade de se justificar a idéia de inspiração no cânon do NT (p. 2).

27. Meade, *Pseudonymity*, 3.

28. Lea ressaltou em 1991 que D. Guthrie se recusa a fazer uma afirmação teológica que venha a excluir material pseudônimo do NT. Ele afirma que Guthrie procura fundamentar sua negação da pseudonímia com base em argumentos históricos, éticos e psicológicos. Ver Lea, *Pseudonymity*, 550-51.

29. Meade reconhece esta falta de uniformidade (*Pseudonymity*, 3 e 4): "A tarefa comum desta posição, então, é tentar demonstrar como a pseudonímia poderia ser uma parte legítima da consciência moral dos primeiros cristãos (e dos hebreus). É aqui que cessa a unanimidade, e o que segue é um apanhado das várias tentativas para se "justificar" a presença da pseudonímia dentro do cânon."

NT. Muitos autores estão preocupados em relacionar a presença da pseudonímia com o conceito teológico de cânon do NT, porém em outros não há esse interesse.

Tentativas Pré-Críticas[30]

Propriedade Intelectual na Antiguidade

Ainda encontrada no presente, esta posição[31] afirma que os autores antigos não se preocupavam com propriedade intelectual como hoje em dia.[32] O grande volume de escritos pseudepígrafos é citado como prova de que os antigos pouco se preocupavam com atribuição correta.[33] Reivindicar a autoridade de determinada pessoa para o escrito de uma outra não deveria ser visto como tentativa para enganar já que os escritos eram de propriedade comum e não particular. Dunn entende que a força deste argumento é que haveria uma diferença entre a moderna mentalidade de "copyright" e a falta de inibição entre os antigos escritores na maneira em que eles teriam incorporado livremente em seus próprios escritos materiais escritos por outros.[34] Entretanto, o próprio Dunn reconhece que Wolfgang Speyer expôs definitivamente a falácia desta posição.[35] Speyer mostrou que o sentido de propriedade intelectual (*geistiges Eigentum*) já se desenvolvera na cultura grega no século VI AC. Por volta da era cristã, os críticos antigos já tinham desenvolvido ferramentas literárias semelhantes às atuais para expor forjaduras.[36]

Uma tentativa similar seria a de Martin Hengel.[37] Ele entende que no judaísmo helenístico a idéia de propriedade intelectual não tinha se desenvolvido como no mundo greco-romano. Porém, como Dunn escreve: "Embora a tradição literária israelita fosse caracterizada pela anonímia,[38] a influência da cultura grega trouxe

30. Para usar aqui a nomenclatura do próprio Meade, *Pseudonymity*, 4.

31. Defendida por Jülicher no passado, *Introduction to the New Testament*, 52.

32. Esta é posição de A. T. Lincoln, *Ephesians*, lxxi: "A idéia de 'propriedade intelectual', básica para a discussão moderna de reivindicações legítimas de autoria, plagiarismo, e leis de 'copyright', pouco ou nenhum papel exercia na produção literária antiga."

33. Um exemplo: Lincoln, *Ephesians*, lxx-lxxi.

34. Dunn, "Pseudepigraphy", 978.

35. W. Speyer, *Die literarische Fälschung im Altertum*, (München: C. H. Beck, 1971), 5-10, passim; conferir também Meade, *Pseudonymity*, 4; Dunn, "Pseudepigraphy", 978; Ellis, "Pseudonymity", 217. B. Metzger também contribuiu de maneira similar, "Literary Forgeries", 5-12. Reconhecendo estes avanços recentes Lüdemann chegou ao ponto de dizer: "a investigação da pseudepigrafia no cristianismo primitivo basicamente começou somente a vinte anos atrás" (*Heretics*, n. 349, p.277).

36. Meade, *Pseudonymity*, 4.

37. M. Hengel, "Anonymität, Pseudepigraphie und 'literarische Fälschung' in der jüdisch-hellenistischen Literatur" em *Pseudepigrapha I*, ed. K. von Fritz, (Vandoeuvres-Genève: Fondation Hardt, 1972), 231-329:283.

38. Este é o resultado do estudo de Morton Smith, "Pseudepigraphy in the Israelite Tradition"

o conceito ao judaísmo na era helenística."[39] O reconhecimento que o escritor de 2Macabeus faz dos escritos de Jasão é exemplar.[40] Também 2 Tessalonicenses 2:2 e Apocalipse 22:18 ao rejeitarem falsa atribuição, exemplificam a presença da idéia de propriedade intelectual no cristianismo primitivo. É curioso ver como G. Lüdemann[41] parece apoiar Hengel:

> O julgamento de Martin Hengel, de que "na esfera judaico-helenista... a consciência de propriedade intelectual e da individualidade do escritor estava subdesenvolvida comparada com o mundo greco-romano",[42] aplica-se aqui, e o mesmo vale para o senso de realidade e verdade históricas.

Porém, contrabalança tal apoio acrescentando em seguida:

> Ao mesmo tempo, precisamos refletir nas questões críticas de Norbert Brox[43] acerca da opinião de Hengel. Brox comenta: "A perplexidade que o fenômeno causa nas pessoas pode ser colocado assim: O que é um 'senso subdesenvolvido da realidade e verdade históricas' (M. Hengel), quando frequentemente encontramos afirmações pseudepigráficas de veracidade e ficções refinadas (não apenas inocentes) de autenticidade?...[Dizer] que o objetivo do autor, por ter dado um falso nome, justificou o meio que usou, não é uma conjectura ou declaração suficientemente esclarecedora, visto que o criticismo antigo já repudiava tal 'generosidade' e assim nem sempre está atestada como um componente inocente da percepção do tempo."

Artifício Literário Aceitável

Uma outra abordagem não-crítica é a que afirma ser a pseudonímia um artifício literário aceitável amplamente reconhecido como tal na antiguidade. Seria apenas uma ficção literária transparente, sem a intenção de enganar. Meade afirma que tal idéia foi divulgada no mundo de fala inglêsa pelas obras de H. H. Rowley (para a literatura apocalíptica) e P. N. Harrison (para o NT), e que J. S. Candlish já a desmentiu em 1891.[44] Dunn também rebate esta abordagem dizendo que tal argumento só

em *Pseudepigrapha I*, 189-227.

39. Dunn, "Pseudepigraphy", 978.

40. "...todos esses acontecimentos, expostos por Jasão de Cirene em cinco livros, tentaremos sintetizá-los num só compêndio" (2 Mc 2:23, Bíblia de Jerusalém).

41. Lüdemann, *Heretics*, 107, 108, 279.

42. Hengel, "Anonymität", 283.

43. Norbert Brox, "Zum Problemstand in der Erforschung der altchristlichen Pseudepigraphie" em *Kairos* 15 (1973), 10-23, reproduzido na obra por ele editada, *Pseudepigraphie in der heidnischen und jüdisch-christlichen Antike*, 322ss.

44. Por exemplo, H. H. Rowley, *The Relevance of Apocalyptic*, 2a. ed., (London: Lutterworth, 1955), 14; P. N. Harrison, *The Problem of the Pastoral Epistles*, (London: Oxford, 1921), 12; A. Meyer, "Religiöse Pseudepigraphie ", 262-279, também é classificado aqui pois considera a pseudonímia como uma criação dramática-poética. Ver Meade, *Pseudonymity*, 4, 5. Ver texto de Candlish na p.16 da presente dissertação.

funcionaria no caso de documentos originados séculos depois da morte do autor reivindicado, como no caso da literatura neo-pitagórica, nos livros de Enoque, no *Testamento dos Doze Patriarcas* ou no *Apocalipse de Adão*, e no período cristão nas obras do século VI atribuídas a Dionísio, o areopagita (At 17:34). Dunn argumenta:

> Há uma grande diferença entre um escritor adotar a pseudonímia de uma figura antiga ou simbólica de uma época anterior, particularmente alguém não conhecido até agora como autor, e alguém propondo-se a continuar uma tradição literária particular dentro de poucos anos após a morte do autor. O primeiro pode ser tido como um artifício aceitável sem a pretensão séria de enganar. A questão da fraude é mais delicada no último caso, e há evidência suficiente de que os antigos estavam acordados para a questão (Metzger, "Literary Forgeries", 12-16).[45]

Donelson[46] é ainda mais restritivo em sua crítica. Ele reconhece que esta opinião de F. C. Baur, também advogada por Burton Scott Easton[47], é ainda bastante influente entre os intérpretes das Pastorais. Ele afirma ser inegável que uma das motivações básicas por trás da pseudepigrafia antiga era o respeito pelas figuras do passado, mas reconhece haver fraca evidência para a teoria concomitante de que a pseudepigrafia fosse executada inocente e abertamente. Afirma ainda ser tênue o apelo à literatura judaica[48], não havendo possibilidade de se concluir que ela forneça qualquer evidência concreta de pseudepigrafia não-enganosa. Donelson conclui:

> Nunca ninguém parece ter aceitado como religiosa e filosoficamente prescritivo, um documento que soubesse ter sido forjado. Não conheço um único exemplo.[49] Temos, pelo contrário, inumeráveis exemplos do oposto. Tanto gregos quanto romanos mostram grande preocupação em manter a autenticidade de suas coleções de escritos do passado, mas o grande número de pseudepígrafos torna difícil a tarefa...Mas, embora o mundo literário tenha sido inundado pelos pseudepígrafos, não temos qualquer exemplo conhecido de um pseudepígrafo reconhecido como tal que tenha também adquirido autoridade prescritiva e proscritiva. Se descoberto, ele era

45. Dunn, "Pseudepigraphy", 978.

46. Donelson, *Pseudepigraphy*, 6-12.

47. B. S. Easton, *The Pastoral Epistles*, (New York: Charles Scribner's Sons, 1947), 19.

48. Neste ponto Donelson apela para os estudos de Morton Smith, "Pseudepigraphy in the Israelite Tradition", 191-227; e de Norbert Brox, *Falsche Verfasserangaben*: *Zur Erklärung der frühchristlichen Pseudepigraphie*, Stuttgarter Bibelstudien 79, ed. Herbert Haag et al. (Stuttgart: Katholisches Bibelwerk, 1975), 41-45.

49. E ainda acrescenta no rodapé: "E ao que eu saiba as pesquisas de Brox, Rist, Speyer, Gudemann [Alfred Gudemann, "Literary Frauds among the Greeks" em *Classical Studies in Honor of Henry Drisler*, (New York: Macmillan, 1894)] e Metzger não contém qualquer exemplo significativo."

> rejeitado.[50] O mesmo é verdadeiro em círculos cristãos.[51] Como Candlish assinalou: nenhum escrito conhecido como pseudepígrafo jamais foi aceito como autoritativo pela igreja primitiva. A história do cânon do NT ilustra isso claramente.[52]

Udo Schnelle, entretanto, em sua recente Introdução ao NT, parece não desistir desta abordagem. Ele atribui uma importância positiva à pseudepigrafia:

> A pseudepigrafia do NT estava...ligada a uma situação histórica completamente específica, e deve ser considerada como uma tentativa bem sucedida da terceira geração do cristianismo primitivo para enfrentar problemas cruciais... Uma avaliação teológica não deve começar à partir de categorias morais de falsificação ou engano, mas deve refletir sobre a conexão intrínseca entre a situação histórica da época e a pseudepigrafia do NT. Na terceira parte do primeiro século cristão a forma literária da pseudepigrafia era a maneira mais efetiva de, à partir da perspectiva dos autores dos pseudepígrafos, segundo as linhas de autoridade às quais em cada caso eles apelaram, solucionar os problemas recém surgidos... Aqui a perspectiva de toda a igreja é característica dos escritos pseudepigráficos; eles surgiram à partir de uma responsabilidade ecumênica"[53]

G. Lüdemann, lamenta: [54] "Este vôo em direção à teologia é tão típico quanto é academicamente impróprio. Pois a pseudepigrafia cristã primitiva (não do NT) exige elucidação tanto literária quanto histórica." Lüdemann ressalta que para ele Norbert Brox[55] demonstrou o reconhecido estado da investigação da falsa atribuição na antiguidade:

> A antiguidade não era "nem tolerante nem inescrupulosa" acerca do engano intelectual, da falsificação e de critérios de autenticidade, "embora ela não conhecesse as consequências de uma justificação apropriada ou a pungência moderna da crítica científica da autenticidade...Por outro lado, a quantidade de forjaduras antigas indica a inocência, a credulidade, a atitude acrítica e, na verdade, a ampla prontidão para se aceitar a pseudepigrafica em particular, e isso também deve ser levado em consideração...O disfarce literário certamente não era algo que poderia ser considerado como aprovado e aceito sem mais nem menos; entretanto, ele era também, não de maneira geral, o que poderia ser descrito em termos modernos como uma

50. Aqui ele menciona haver muitos exemplos em Speyer, *Fälschung*, 112-27 e Brox, *Falsche Verfasserangaben*, 71-80.

51. Donelson lista apoio em Rist, "Pseudepigraphy and the Early Christians", 75-90; Speyer, *Fälschung*, 179-209; Metzger, "Literary Forgeries", 12-15 e Brox, *Falsche Verfasserangaben*, 71-81.

52. Donelson, *Pseudepigraphy*, 11 e 12.

53. U. Schnelle, *Einleitung in das neue Testament*, (UTB 1830, 1994), 326ss, conforme citado em Lüdemann, *Heretics*, 106.

54. Lüdemann, *Heretics*, 106.

55. Brox, "Zum Problemstand", 316ss.

fraqueza moral repreensível.[56]

O que é pertinente neste comentário de Brox é que as pesquisas modernas têm demonstrado que as "categorias morais de falsificação ou engano" não podem ser relegadas a um plano secundário, como querem Schnelle e outros, mas antes elas são centrais na consideração do problema.

Teorias Sobre Pseudonímia Judaica

Mesmo que elaboradas para explicar a pseudepigrafia judaica, as teorias de R. H. Charles e de D. S. Russell precisam ser estudadas aqui em virtude da influência que exercem no debate sobre a pseudonímia no NT.

R. H. Charles - A Supremacia da Lei

R. H. Charles tentou explicar o surgimento da pseudonímia judaica sugerindo a existência de três fatores: (1) a crença de que a inspiração profética cessara com Esdras, (2) a crescente supremacia da Lei, e (3) o encerramento do cânon do AT.[57] Os escritores apocalípticos, em especial, para serem ouvidos, deveriam atribuir seus escritos a personagens ilustres do passado.[58] Mas Charles cria que a situação era diferente com os cristãos, pois entre estes se manifestou a inspiração profética, e assim Paulo (2 Ts 2 e 1 Co 15) e João escreveram apocalipses em seus próprios nomes.[59] D. S. Russell tem sérias objeções: "O quadro pintado por R. H. Charles, da 'autocracia' da Lei cuja esmagadora autoridade era tal que tornava completamente impossível declarações de homens inspirados por Deus, não encontra qualquer base nos fatos."[60] Meade também procura descartar a teoria: "Se o propósito da pseudonímia era produzir a aceitação de tais livros no 'cânon', então eles também teriam de ter sido

56. Lüdemann, *Heretics*, 107. E continua na sequência citando Brox: "Quanto a isto, também, a avaliação resulta difícil, não menos porque, por exemplo, os autores antigos poderiam ser críticos e forjadores ao mesmo tempo, mas acima de tudo, porque mesmo na antiguidade havia não somente crítica e indignação, mas apoio, ou pelo menos uma justificação pertinente, para as indicações incorretas de autoria", particularmente onde "a relação professor-aluno reconhecida pela piedade era vista refletida na pseudepigrafia".

57. Ver R. H. Charles, *A Critical History of the Doctrine of the Future Life in Israel, in Judaism, and in Christianity*, 2a. ed., (London: Black, 1913), 202-204; idem, *The Apocrypha and Pseudepigrapha of the Old Testament*, vol. II, (Oxford, 1913), vii-ix.

58. L. H. Brockington, "The Problem of Pseudonymity" em *Journal of Theological Studies* 4 (1953), 20-22, concorda com pontos da teoria de Charles mas também já antecipa Russell ao ressaltar "a atemporalidade do pensamento hebraico".

59. R. H. Charles, *Religious Development Between the Old and the New Testaments*, (London, 1914), 38-46.

60. D. S. Russell, *The Method and Message of Jewish Apocalyptic*, The Old Testament Library, (Philadelphia: Westminster Press, 1964), também publicada por (London: SCM, 1964), 131; Semelhantemente W. E. Oesterley, *The Jews and Judaism During the Greek Period*, (London: SPCK, 1941), 74.

escritos em hebraico, não em aramaico e grego. Certamente esta teoria não possui qualquer relevância para o problema da pseudonímia do NT."[61] Entretanto, L. R. Donelson avalia a teoria de Charles contrariamente a Meade. Ele entende que as observações de Charles sobre a pseudonímia judaica se aplicam perfeitamente ao surgimento da pseudepigrafia cristã:

> Semelhantemente, no cristianismo primitivo os tempos apostólicos tornaram-se uma época especial na qual a completa e acurada mensagem cristã havia sido transmitida pelos apóstolos. Consequentemente, quando as disputas doutrinárias começaram a perturbar a igreja, ambos os lados buscaram nos tempos apostólicos a direção e a vindicação de suas próprias opiniões...parece que a intenção de enganar, reconhecida como potencialmente reprovável, foi empregada em virtude da grande necessidade de boa mentira.[62]

Mais adiante veremos como esses dois teóricos da pseudonímia no NT, Meade e Donelson, são tão discrepantes em suas justificações desse fenômeno.

D. S. Russell - Identificação Mística ou Espiritual

Desenvolvida tanto por inglêses quanto por alemães, esta teoria bastante popular, cultivada por D. S. Russell[63] para vindicar a pseudonímia apocalíptica judaica da acusação de engano, tem sido ampla e extrapoladamente aplicada a outros escritos judaicos e cristãos. Ela é definida em três conceitos:

1. Personalidade Corporativa. H. Wheeler Robinson argumentou que na psicologia hebraica havia uma mistura da identidade do indivíduo com a do grupo.[64] Russell encontra evidência disso ao notar que a literatura apocalíptica exibe um testemunho auto-consciente, uma mensagem de boa fé (*bona fide*):

> Assim como todos (na tradição apocalíptica) puderam falar por um só (o antigo vidente em cujo nome escreveram), assim também um só (o escritor apocalíptico) pode falar por todos. Dessa maneira os escritores apocalípticos, em seus escritos, estavam tentando expressar aquilo que criam que a pessoa em nome de quem escreviam haveria de falar caso estivessem vivas naquela época. Como porta-vozes da tradição, eles eram, de fato, porta-vozes dos próprios videntes, e poderiam justificadamente assumir seus nomes.[65]

Bruce Metzger concorda com este conceito:

> Esta idéia da personalidade corporativa pode explicar a impressão peculiar

61. Meade, *Pseudonymity*, 5.

62. Donelson, *Pseudepigraphy*, 19-20.

63. Russel, *Method*, especialmente 132-139.

64. H. W. Robinson, "The Hebrew Conception of Corporate Personality" em *Werden und Wesen des Alten Testaments*, ed. P. Volz, Beiheft zur Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft 66, (Berlin: Töpelmann, 1936), 49-62, depois ampliado e publicado como *Corporate Personality in Ancient Israel*, (Philadelphia: Fortress Press, 1964).

65. Russell, *Method*, 133-134.

> dada pelos escritores apocalípticos, qual seja, a convicção, aparentemente partilhada similarmente pelo autor e leitores antigos, de que o apocalipse é uma manifestação *bona fide* do saber antigo. Como esta convicção foi gerada é [um caso] problemático, mas pelo menos deve-se deixar em aberto a possibilidade de que ela tenha surgido de um senso vívido de afinidade partilhada pelo escritor apocalíptico com aquele em cujo nome escreve. Tal afinidade poderia ter sido sentida ainda mais intensamente se, como bem pode ter ocorrido mais de uma vez, o relato reflete verdadeiras experiências visionárias que o autor cria ter recebido por divina inspiração.[66]

A refutação exegética veio com J. Porter. Este demonstrou que os textos legais usados por Robinson são passíveis de explicações outras que não personalidade corporativa.[67] A refutação antropológica veio quando J. W. Rogerson demonstrou a base não comprovada da teoria.[68] Robinson tomou a idéia de identidade *legal* de Sir Henry Maine e a aplicou impropriamente à identidade *psicológica*, justificando-se com o apoio das teorias antropológicas de L. Levý-Bruhl sobre "mentalidade primitiva", teorias hoje desacreditadas.[69]

2. Contemporaneidade. Apoiando-se nos estudos de Thorleif Boman[70], Russell afirma que a mente hebraica estava mais preocupada com qualidade de tempo ("conteúdo psíquico") do que com quantidade. Se o "conteúdo psíquico" do tempo do escritor apocalíptico e o de seu herói fossem similares, eles poderiam ser equiparados.[71] Meade salienta que os argumentos de Boman sobre a contemporaneidade foram refutados por James Barr[72], e que os contra-argumentos de Russell não convencem.[73] Meade argumenta que esse fenômeno pertence, sim, aos vizinhos de Israel com suas religiões fundamentadas em mitológicos ciclos atemporais, enquanto o próprio Russell ao defender a origem profética da apocalíptica deveria reconhecer que a profecia se distingue do mito por seu laço com a peculiaridade da história. "Que os escritores hebraicos podiam *identificar-se com* eventos históricos do passado é bem reconhecido, porém não há modo algum de que eles pudessem *equipará-los*."[74]

3. Extensão da Personalidade. Apoiando-se na teoria de J. Pedersen de que a

66. Metzger, "Literary Forgeries", 20-21.

67. J. Porter, "The Legal Aspects of the Concept of 'Corporate Personality'" em *Vetus Testamentum* 15 (1965) 361-380.

68. J. W. Rogerson, "The Hebrew Conception of Corporate Personality: A re-examination" em *Journal of Theological Studies* 21 (1970), 1-16.

69. Ver Meade, *Pseudonymity*, 6.

70. T. Boman, *Hebrew Thought Compared With Greek*, trad. Jules L. Moreau, (Philadelphia: Westminster Press, 1960), também publicado sob o mesmo título por (London: SCM, 1960).

71. Russell, *Method*, 136.

72. J. Barr, *The Biblical Words for Time*, (Naperville: Allenson, 1962), 96, 130-131.

73. Russell, *Method*, 134-137.

74. Meade, *Pseudonymity*, 7. Ênfase do autor.

herança do nome de um progenitor inclui a herança de seu caráter[75], Russell concluiu que ao se apropriar do nome de um antigo herói bíblico, o escritor apocalíptico estava se considerando uma "extensão" da personalidade desse herói, e que suas experiências extáticas comprovavam tal identificação. Russell cita Mowinckel descrevendo Enoque como o "santo padroeiro" dos sábios subsequentes e dos pregadores apocalípticos:

> assim como Noé certa vez o visitou "na extremidade da terra" e recebeu mistérios por ele revelados, também assim os sábios da era presente [da era dos apocaliptistas] pela oração, jejum e estudo dos livros antigos, e possivelmente também através de exercícios extáticos, são habilitados a receber revelações dele para completarem e darem interpretações autênticas das tradições antigas.[76]

A conclusão de Russell é que "a pseudonímia deve ser explicada em termos tanto de tradição como de inspiração, devendo esta, por sua vez, ser compreendida em termos daquela psicologia hebraica peculiar herdada pelos escritores apocalípticos."[77] Meade rebate dizendo que tal conceito carece de prova substancial, não havendo evidência de que a "personalidade" de um judeu pudesse se estender em seu nome além dos próprios laços de sangue. Ademais, as demonstrações de Russell dessa "extensão" no livro dos Jubileus, 1 Enoque e 4 Esdras são bem fracas. Não há evidência de que os hebreus pudessem perder a consciência de sua própria identidade individual e ser tomados por uma outra.[78] Donelson entende que a circunstância teológica que inspirou a apocalíptica judaica é surpreeendentemente semelhante à da pseudonímia cristã primitiva. Reconhece que as observações de Russell, Mowinckel e Burkitt, ao escreverem primariamente sobre as origens da pseudepigrafia judaica, poderiam lançar luz sobre a pseudepigrafia cristã. Contudo vê problemas com "aquela psicologia hebraica peculiar":

> Contra este tipo de explanação Morton Smith mostrou que o padrão hebraico normal para literatura inspirada era a anonímia. De fato ele sugere que foi somente através do contacto com a literatura greco-romana que os judeus começaram a empregar o artifício da pseudonímia.[79] Se é assim, então nenhuma "psicologia hebraica peculiar" foi determinativa. Ademais, Smith sugere que a idéia de inspiração somente anuvia a questão, visto que os escritores apocalípticos são somente inspirados por anjos e nunca pelos próprios patriarcas. Uma revelação de Miguel ou Rafael, ou algum outro anjo, não explica como o nome de Moisés ou Enoque, ou qualquer outro patriarca veio a ser anexado como autor...[80] [Donelson conclui]: Em todo

75. J. Pedersen, *Israel: Its Life and Culture*, 2 vols., (New York: Oxford, 1926), 1:254-59.

76. S. Mowinckel, "Henokskikkelsen i senjødish apokalyptikk" em *Norsk Teologisk Tidsskrift* 41 (1940), 212, citado por D. S. Russel, *Method*, 134. Ver B. Metzger, "Literary Forgeries", 21.

77. Russell, *Method*, 134.

78. Meade, *Pseudonymity*, 7.

79. Aqui refere-se a Morton Smith, "Pseudepigraphy in the Israelite Tradition", 191-227.

80. Novamente refere-se a Smith na discussão do artigo de Speyer: "Fälschung,

caso, os argumentos de Russell *et al.* não marcam um avanço na questão do engano na pseudepigrafia cristã.[81]

Tentativas de Classificação e a Questão da Motivação

Com o objetivo de melhor entender a literatura pseudepigráfica antiga, Joseph A. Sint e Wolfgang Speyer procuraram introduzir distinções psicológicas por meio da classificação dessa literatura. Ambos, após exaustivo exame, fizeram nítida distinção entre documentos religiosos e seculares. A contribuição de Speyer é a mais importante, porém não está isenta de dificuldades. Mencionaremos também neste subtópico as opiniões e conclusões de Bruce M. Metzger, E. E. Ellis e outros, a respeito da classificação das motivações conducentes à pseudepigrafia antiga.

Sint classifica os escritos pseudônimos antigos em duas categorias principais: aqueles originados à partir de forças motivadoras de natureza religiosa e mítica, e aqueles originados à partir de forças criativas de natureza literária. Porém, admite que estas categorias não são mutuamente exclusivas.[82]

Speyer[83], depois de distinguir entre documentos seculares e religiosos, subdivide os últimos em três categorias: (1) *Die echte religiöse Pseudepigraphie* — Pseudepigrafia religiosa genuína — amplamente comum no Oriente próximo e também conhecida na Grécia e em Roma, tem origem mitológica e representa uma divindade ou um personagem mitológico como o seu autor. Não há aqui a intenção de enganar pois seus autores vêem o que escrevem não como suas palavras mas do espírito de que julgam estar possuídos. (2) *Gefälschte religiöse Pseudepigraphie* — Pseudepigrafia religiosa forjada — estes documentos são escritos sob o nome de alguma figura autoritativa em determinada tradição religiosa, com a intenção de enganar a sua audiência. São obras falsificadas que procuram imitar as obras genuínas, pseudepigráficas ou não. A literatura pseudepigráfica cristã pertenceria a esta classificação. (3) *Fiktive religiöse Pseudepigraphie* — Pseudepigraphia religiosa fictícia — são composições artísticas pertencentes à área da arte poética. Evidenciam claramente serem documentos em

pseudepigraphische freie Erfindung und religiöse Pseudepigraphie" em *Pseudepigrapha I*, 333-378:370-71.

81. Donelson, *Pseudepigraphy,* 13-15.

82. Joseph A. Sint, *Pseudonymität im Altertum, ihre Formen und ihre Gründe*, (Innsbruck: Universitätsverlag Wagner, 1960); Ver Metgzer, "Literary Forgeries", 18; Guthrie, "Epistolary Pseudepigraphy" em *New Testament Introduction*, 1026.

83. W. Speyer, "Religiöse Pseudepigraphie und literarische Fälschung im Altertum" em *Jahrbuch für Antike und Christentum*, 8/9 (1965-66), 82-125, também publicado em *Pseudepigraphie in der heidnischen und jüdisch-christlichen Antike*, N. Brox ed., 195-263; Idem, *Die literarische Fälschung im heidnischen und christlichen Altertum: Ein Versuch ihrer Deutung,* Handbüch der klassichen Altertumswissenschaft, (München: C. H. Beck, 1971); Idem, "Fälschung, pseudepigraphie freie Erfindung und 'echte religiöse Pseudepigraphie'" em *Pseudepigrapha I*, 333-366. Ver Metzger, "Literary Forgeries", 18; Guthrie, "Epistolary Pseudepigraphy", 1026; Donelson, *Pseudepigraphy*, 15.

forma artística de exercícios de estilo literário.

Donelson reconhece que estas distinções eliminam a ofuscadora presença da pseudepigrafia inocente do gênero muito mais comum da pseudepigrafia enganosa: "Somos forçados a admitir que em círculos cristãos a pseudonímia era considerada um expediente desonroso e, se descoberta, o documento era rejeitado e o autor, se conhecido, era severamente repreendido."[84] Ellis também reconhece que Speyer demonstrou a existência, bem difundida em círculos pagãos, judaicos e cristãos do mundo greco-romano, do uso da falsa autoria com o propósito de fraudar e enganar.[85]

Donelson[86] observa que os exemplos enumerados sob (1) *echte* (genuína) são bem poucos. Speyer limita esta categoria a uns poucos apocalipses judaicos e afirma que este fenômeno nada tem a ver com a pseudepigrafia cristã. Donelson critica: "Mesmo os poucos documentos que Speyer coloca nesta categoria não mostram convincentemente este dramático sentido de inspiração." Quanto à (3) *Fiktive* (fictícia), Donelson também observa que Speyer encontra bem poucos exemplos e nenhum deles na literatura cristã.

Meade[87] levanta sérias objeções quanto à categoria (1): Segundo Speyer, o conceito de inspiração religiosa existiu anteriomente e também lado a lado à consciên-cia de propriedade intelectual (*geistiges Eigentum*). Na cultura grega um escritor poderia se considerar como um mero instrumento para a revelação de um deus e ou de uma musa, contudo isto não conduzia à pseudonímia. Porém, no Oriente existia a idéia de um deus que se manifestava por escrito. Speyer vê esta atribuição de autoria a Deus especialmente predominante no material legal e nos oráculos ("Assim diz o Senhor") proféticos do AT. Para ele, a pseudepigrafia religiosa atingiu a sua mais elevada expressão na literatura apocalíptica com a sua identificação visionária e extática. Está clara aqui a ligação desta categoria com a abordagem psicológica de Russell. Meade afirma: "*Echte religiöse Pseudepigraphie* na realidade pertence à área do misticismo."[88]

Meade começa criticando a facilidade com que os autores alemães (Torm, Sint, Speyer) se movem através de várias culturas. Eles procuram iluminar a pseudonímia judaica com extrapolações tiradas da literatura greco-romana, em especial do material órfico, hermético e sibilino.[89] Meade reclama:

> Esta generalização fenomenológica conduz ao uso incorreto de uma teoria da *unio mystica* nos escritos judaicos, um conceito que não é de todo evidente. Embora muito da literatura judaica seja escrito sob a convicção de

84. Donelson, *Pseudepigraphy*, 16.

85. Ellis, "Pseudonymity", 217. Ver também Metzger, "Literary Forgeries", 19.

86. Donelson, *Pseudepigraphy*, 15.

87. Meade, *Pseudonymity*, 8.

88. *Ibid.*, 8.

89. Aqui Meade (*Pseudonymity*, 8) relaciona a crítica de J. Gribomont, "De le notion de 'Faux' em littérature populaire" em *Biblica* 54 (1973), 434-436 (resposta a Speyer, *Fälschung*).

> que Deus é quem está falando, não há evidência de que o autor, em algum caso, tenha imaginado ser Deus. E ainda mais danoso, não há sequer a menor evidência de que um escritor pseudepigráfico tenha imaginado estar possuído pelo espírito do pretendido autor.[90]

Um outro problema é que nem toda a literatura apocalíptica é visionária ou oracular, e mesmo estas características, como Speyer admite, podem ser falsificadas. Isto o levou a definir melhor sua categoria. "Para Speyer, 'intenção religiosa' é a chave para o discernimento. Para ser *echt*, um escrito não deve apresentar qualquer *Tendenz*."[91] Meade crê que Speyer fracassou em relacionar exemplos judaicos ou cristãos sem essa "tendência".

Para Meade, a crítica mais grave contra a idéia de inspiração religiosa como fonte para a pseudonímia é que ela torna mais difícil a explicação da pseudonímia. M. Smith observa: "tivessem esses autores realmente experimentado tais visões seria difícil entender porque eles não teriam dito assim em seus próprios nomes, como Isaías, Jeremias e Ezequiel o fizeram."[92] Meade argumenta e conclui:

> Embora uma parte proveitosa da teoria religiosa/psicológica sugira que o sentido de *geistiges Eingentum* possa ser alterado pela percepção, por parte do autor, de uma fonte divina de suas informações e idéias, a dependência de categorias para-normais e de mistério [mysterical] realmente não explicou como isto pode resultar em pseudonímia, mesmo nos gêneros literários que mais se conformam com a teoria. É evidente que ela fracassa completamente quando aplicada aos gêneros não-oraculares da maior parte da literatura cristã. Esta é a razão porque Torm considera a pseudonímia do NT como "psicologicamente impossível" (e assim rejeita a sua presença), Sint nem chega a lidar com ela, e Speyer considera quase todos o pseudepígrafos cristãos primitivos como falsificações.[93]

Dunn reconhece a plausibilidade da teoria da identificação mística ou espiritual quando ela é aplicada a escritos que se propõem a descrever visões e viagens celestiais experimentadas pelo autor, porém, mesmo aí o sentido de uma identificação mística ou extática do autor verdadeiro com o seu pseudônimo está ausente do documento em si. Ele entende ser altamente questionável que essa teoria funcione no gênero epistolar.[94]

Speyer, porém, entende que a produção de falsificações "piedosas" na igreja primitiva foi iniciada pelos heréticos. Os escritores ortodoxos vieram mais tarde a utilizar a pseudepigrafia, por ter provado ser um expediente literário efetivo na luta

90. Meade (*Pseudonymity*, 8) relaciona também a crítica de Morton Smith em resposta a Speyer, em *Pseudepigrapha I* (ed. K. von Fritz), 371.

91. Meade (*Pseudonymity*, 8) remete a "Fälschung" (em K. von Fritz), 361-62.

92. M. Smith, em *Pseudepigrapha I* (ed. K. von Fritz), 371.

93. Meade, *Pseudonymity*, 9.

94. Dunn, "Pseudepigraphy", 978.

contra tendências libertinas e gnósticas na igreja.[95] Nos anos seguintes, por haver muita conversa sobre falsificações que seriam heréticas também, as composições pseudônimas no bom sentido passaram a ser um tanto inverossímeis. Speyer pensa que somente uns poucos autores, em regiões remotas, empregaram o formato (*Einkleidung*) pseudepigráfico num bom sentido.[96]

Metzger questiona a validade de se atribuir a origem da pseudepigrafia "piedosa" aos heréticos. Ele afirma ainda ser problemático determinar o quanto tal classificação esquematicamente ordenada poderia realmente ajudar na avaliação dos pseudepígrafos.

> No máximo, ela chama a atenção para a variedade de motivos conducentes à produção das falsificações e pseudepígrafos, e para a consequente dificuldade de se aplicar qualquer critério único em seu julgamento. Entretanto, a tendência de Speyer em definir categorias estritas, produz, de vez em quando, distinções artificiais.[97]

Por outro lado, Metzger mostrou a complexidade das motivações conducentes à produção da pseudepigrafia antiga.[98] Ele identificou os seguintes motivos: (1) Para se obter lucro financeiro; (2) Por malícia, para se prejudicar a reputação de alguém; (3) Por amor e respeito, atribuindo-se escritos a mestres honrados; (4) Por modéstia, onde o desejo de não aparecer levou o escritor a ocultar-se sob um outro nome; (5) Como exercício retórico, quando os alunos escrevem em nome de filósofos conhecidos; (6) Por motivos variados, epístolas foram produzidas em nome de pessoas famosas na literatura grega e na história; (7) Por acidentes fortuitos cometidos por copistas; (8) Por diversas razões, principalmente por conveniência, várias composições foram atribuídas a figuras famosas da antiguidade; (9) Coleções ligadas a figuras míticas ou semi-míticas como Orfeu, Sibil e Hermes Trismegisto incluíram atribuições pseudepigráficas.

Devido a essa ampla variedade de motivos e ao variado grau de sensibilidade quanto à moralidade da pseudepigrafia, Metzger nos adverte contra a tentativa de se determinar um fórmula única que venha a resolver todas as questões literárias, psicológicas, éticas ou teológicas. Antes ele recomenda que determinada obra seja classificada ou não entre os pseudepígrafos somente após cuidadosa e detalhada análise literária e histórica.[99] Por fim, ele conclui que o uso da pseudonímia não envolve necessariamente a intenção fraudulenta e que, portanto, "não se pode argumentar que o caráter da inspiração exclui a possibilidade da pseudepigrafia entre os escritos canônicos."[100]

Diferentemente de Metzger, porém, Ellis deseja definir pseudepigrafia antiga de

95. Speyer, "Religiöse Pseudepigraphie", 120, citado em Metzger, "Literary Forgeries", 18.

96. Speyer, Ibid., 123, citado em Metzger, Ibid.

97. Metzger, Ibid., 19.

98. Ibid., 5-12.

99. Ibid., 19.

100. Ibid., 22.

uma maneira mais estrita, retendo-lhe a intenção de enganar:

> Os pseudepígrafos antigos, ou seja, documentos escritos sob o nome de outra pessoa que não do verdadeiro autor, devem ser distinguidos dos escritos posteriormente atribuídos erroneamente a um nome incorreto, tal como o livro de Hebreus no Novo Testamento, Eclesiastes no Velho e provavelmente Sabedoria de Salomão nos Apócrifos. Eles deveriam ser classificados para se distinguir os romances fictícios e os exercícios escritos em nome de um homem famoso, os quais não enganaram nem tiveram a intenção de enganar, dos pseudepígrafos que são fraudulentos e enganosos, quer por motivos religiosos, financeiros, políticos, pessoais ou outros. Somente os últimos podem ser corretamente denominados falsificações pois, nas palavras de J. D. Denniston[101] "com uma verdadeira falsificação, a atribuição deve ser feita pelo próprio e verdadeiro autor, e deve haver a intenção de enganar". [102]

J. I. Packer concordaria com Ellis: "fraudes são ainda fraudulentas, mesmo quando perpetradas por motivações nobres." [103] Já J. C. Fenton discordaria de Ellis e Packer, e também iria além de Metzger: "Um falsificador é alguém que escreve em nome de um outro para o seu próprio proveito; eles [i.e. os escritores pseudônimos] não o fizeram assim. Falsificação envolve engano para se obter lucro; pseudonímia não." [104] Guthrie corretamente adverte ser de suprema importância a determinação dos motivos antes de se ter confiança em teorias envolvendo a pseudepigrafia no NT:

> Em várias das teorias mencionadas nos estudos anteriores, é precisamente a questão do motivo a que mais tem exigido da engenhosidade dos proponentes. Se nenhuma explicação satisfatória surgir quanto ao porque do autor ter recorrido à pseudepigrafia ao invés de ter publicado o escrito em seu próprio nome, pode-se justamente questionar se tal teoria é válida.[105]

A questão da motivação continua a dividir os teóricos da pseudonímia, como se verifica na seguinte avaliação das principais perspectivas pseudepigráficas atuais.

Principais Abordagens e Teorias sobre Pseudonímia no NT

Algumas perspectivas descritas a seguir possuem íntimas ligações com questões e opiniões até aqui tratadas. Mas por possuírem particularidades ainda não discutidas, merecem ser aqui destacadas. Devemos ressaltar que nem todas procuram primariamente aliviar o problema teológico da presença da pseudonímia dentro do cânon do NT. Como veremos, Donelson não tem esta preocupação. Acima de tudo,

101. J. D. Denniston, "Forgeries, Literary I. Greek" em *Oxford Classical Dictionary*, ed. N. G. L. Hammond, 2a. ed., (Oxford: Clarendon, 1970), 444.

102. Ellis, "Pseudonymity", 212.

103. Packer, "*Fundamentalism*", 184.

104. J. C. Fenton, "Pseudonymity in the New Testament" em *Theology* (1955), 55.

105. Guthrie, "Epistolary Pseudepigraphy", 1024.

deve-se observar como as sérias divergências entre os teóricos evidenciam o caráter fragmentário e problemático da hipótese pseudepigráfica.

A Teoria da Escola

Notando que os supostos pseudepígrafos do NT enfatizam a tradição, estudiosos presumem que eles surgiram da prática corrente no mundo greco-romano de discípulos publicarem obras em nome de seus mestres (p. ex., escola pitagórica). Muito se fala hoje em escola joanina,[106] mateana,[107] paulina.[108] E. E. Ellis, mesmo não aceitando a pseudonímia no NT, sugere que os colaboradores de Paulo formaram o núcleo de uma escola paulina[109] e que "poderiam ter desempenhado um papel literário"[110]. Hans Conzelmann afirma: "Somente podemos entender a existência da literatura deutero-paulina se assumirmos que Paulo fundou uma verdadeira escola."[111] Esta tese é quase totalmente aceita pelos teólogos continentais.[112] E. Lohse, por exemplo, afirma que Colossenses "pressupõe uma escola da tradição paulina da qual o autor se originou e cujo material tradicional e transmitido ele agora formula."[113] Quanto ao autor das Pastorais, P. N. Harrison conclui: "Ao meu ver, ele era um paulinista devoto, sincero e zeloso, que se empenhou por expressar desta forma familiar aquilo que os seus leitores realmente criam que o apóstolo teria dito caso estivesse vivo."[114]

Meade[115] questiona dizendo que a evidência para tal "escola" não é clara. Ele relaciona três fraquezas nesta teoria considerada como uma explanação da pseudonímia no NT: (1) Não há ligação demonstrável entre a prática da pseudonímia de *algumas* escolas gregas de filosofia e tal prática no NT. A mais citada prova seria a

106. Ver O. Culmmann, *The Johannine Circle*, (London: SCM, 1976); R. A. Culpepper, *The Johannine School*, (Missoula: Scholars Press, 1975).

107. Ver K. Stendahl, *The School of St. Matthew and Its Use of the Old Testament*, (Uppsala: Gleerup, 1954).

108. Ver H. Conzelmann, "Paulus un die Weisheit" em *New Testament Studies* 12 (1965-66), 231-244; G. Bornkamm, *Paul*, (New York: Harper and Row, 1971) 86. Ver discussão em Arthur G. Patzia, "The Deutero-Pauline Hypothesis: An attempt at Clarification" em *The Evangelical Quarterly* 52 (1980), 27-42.

109. E. E. Ellis, "Paul and His Co-workers" em *Prophecy and Hermeneutic in Early Christianity: New Testament Essays*, (Tübingen: J. C. B. Mohr, 1978) 3-22, especialmente 13, 22, reimpressão de *New Testament Studies* 17 (1970-71), 437-452.

110. Ibid., *New Testament Studies* 17, 452.

111. H. Conzelmann, "Luke's Place in the Development of Early Christianity" em *Studies in Luke-Acts*, ed. L. E. Keck e J. Louis Martyn, (Nashville:Abingdon Press, 1966), 307.

112. Ver Patzia, "The Deutero-Pauline Hypothesis", 33.

113. E. Lohse, *Die Briefe an die Kolosser und an Philemon*, Meyer, 14a. ed., (Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1968), trad. ingl. *Colossians and Philemon*, (Philadelphia: Fortress Press, 1971), 181.

114. P. N. Harrison, "Important Hypotheses Reconsidered: III. Authorship of the Pastoral Epistles" em *The Expository Times* 67 (1955-56), 77.

115. Meade, *Pseudonymity*, 10, 11.

palavra de Tertuliano (*Contra Marcião* 4:5): "é lícito [*capit videri*] que aquilo que os discípulos publicam deva ser considerado como obra de seus mestres". Porém, como Guthrie corretamente defende,[116] esta declaração não diz respeito a documentos pseudônimos, mas antes justifica a apostolicidade de evangelhos anônimos como o de Marcos e o de Lucas. Ademais, diz Meade, "estas observações são de um *pai latino do segundo século*, e pode de fato inexistir qualquer ligação verdadeira com a mentalidade (em grande parte judaica) dos escritores do NT." (2) Exclui totalmente o cenário do AT na consideração do problema. Meade entende que nem mesmo uma revisada teoria de escola, levando em consideração a evidência do AT, poderia servir instrumentalmente para explicar a pseudonímia do NT (e do AT). Isto porque (3) o próprio termo "escola" é muito técnico para descrever a complexidade do fenômeno do desenvolvimento da tradição nos escritos judaicos e cristãos. "Atribuir a maioria dos escritos pseudepigráficos ao trabalho de várias escolas quer do AT ou do NT, demanda um tipo de organização e continuidade histórica que simplesmente não está presente na evidência que possuímos."[117]

Patzia, após tentar examinar imparcialmente a hipótese deutero-paulina, conclui:

> É óbvio que a hipótese deutero-paulina está edificada sobre muitas pressuposições e que essas pressuposições, por sua vez, precisam ser examinadas mais detidamente...Toda esta pesquisa pode ter causado nada mais do que confirmar o fato de que a hipótese deutero-paulina é apenas uma hipótese, ou, quando muito, um conceito conveniente no qual são colocadas as epístolas questionáveis de Paulo. A despeito de certas dificuldades, entretanto, precisamos vê-la como uma tentativa séria de se reconstruir aquela "área cinzenta" no período da história da igreja em que ela, depois da morte do apóstolo Paulo, estava lutando para clarificar a sua missão e a sua mensagem para o mundo.[118]

A Abordagem Eclética (Norbert Brox)

Enfatizando a complexidade do fenômeno e sugerindo vários modelos diferentes, esta abordagem tem em Norbert Brox[119] um representante recente. Sua contribuição não representa uma abordagem completamente nova. É antes uma combinação de diversos princípios existentes. Mesmo aceitando, para determinadas literaturas, algumas das abordagens listadas acima (inclusive a idéia de falsificação), Brox fundamenta-se em três características principais para explicar a pseudonímia em escritos cristãos primitivos: (1) *Reverência pela antiguidade*, ou seja, o antigo é que é verdadeiro. Visto que o que era antigo demandava respeito, a pseudepigrafia, então, era um modo de expressar o valor do passado e de possibilitar que os leitores

116. D. Guthrie, "Tertullian and Pseudonymity" em *The Expository Times*, 67 (1956), 341-342.

117. Meade, *Pseudonymity*, 11.

118. Patzia, "The Deutero-Pauline Hypothesis", 41, 42.

119. Brox, *Falsche Verfasserangaben*.

participassem dele (*überlegene Vergangenheit*). Assim, o escritor buscava garantir a autoridade de suas obras atribuindo-lhe uma data bem anterior à sua época. (2) *Falsidade nobre*. Esta doutrina platônica impregnou a especulação grega e passou à cultura helenística em geral. Os pitagóricos e platonistas defendiam o uso da falsidade para o avanço da religião, ou seja, o fim justifica os meios.[120] Brox sugere que o conceito platônico da boa mentira e da atitude retórica permissiva para com os enganos e exageros úteis, determinaram a compreensão cristã da pseudepigrafia. Desta maneira, certas funções exercidas pelos escritos pseudepigráficos não atraíam o estigma de engano ou qualquer reprovação.[121] Ele entende ser esta a motivação fundamental da igreja primitiva ao lançar mão da "contra-falsificação" para tentar deter os heréticos.[122] (3) *Conteúdo antes que autoria*. Os pais dos séculos II e III estariam mais interessados no conteúdo dos documentos do que em sua autoria. Apelo é feito à declaração: "Você não deve dar atenção ao nome do apóstolo, mas ao caráter do conteúdo e ensino não-falsificado" (*Constituições Apostólicas* VI 16.1).

Deve-se reconhecer que estas observações de Brox se aplicam a boa parte da literatura cristã pós-NT, porém há reservas quanto à sua aplicação ao próprio NT. Meade acha difícil crer que os escritores pseudepigráficos, ao escreverem poucas décadas após os apóstolos, vieram a fazê-lo por "reverência pela antiguidade". Igualmente, acha difícil julgar o quanto a idéia da "falsidade nobre" teria, no século I, penetrado em escritos cristãos de origem predominantemente judaica. Meade também ressalta que a pseudonímia era desencorajada por ser considerada desrespeitosa, apesar da maior ênfase ao conteúdo antes que à autoria na era dos pais. Ademais, os princípios de Brox não aliviam a tensão teológica criada.[123] Dunn

120. *Ibid*., 82ss; Ver também J. Candlish, "Moral Character", 103-104; e Metzger, "Literary Forgeries", 19.

121. Ver Dunn, "Pseudepigraphy", 979; Childs, *The New Testament as Canon*, 381.

122. Ver Meade, *Pseudonymity*, 11; Donelson (*Pseudepigraphy*, 22), como veremos adiante, segue nessa linha: "As pastorais foram escritas em resposta à heresia. O vigor da heresia e os problemas que estava criando necessitavam, na opinião do autor, do uso da boa mentira. Nosso autor precisava adicionar força e credibilidade aos seus argumentos, assim ele fingiu que era Paulo quem escrevera três cartas a dois famosos colaboradores. Sua intenção era enganar os seus leitores, e assim ele empregou todos os meios que achou necessário para completar com êxito essa fraude." Lüdemann (*Heretics*, 112, 113) vai ainda mais longe: "...2 Ts não foi escrita para comentar sobre 1 Ts mas para *substituí-la*, porque o seu autor não via a expectação futura de 1 Ts senão como heresia. Por esta causa ele imediatamente a declarou inautêntica. Mas mesmo avaliado pelo critério da antiguidade, ele é aquele que deliberadamente produziu uma *falsificação*. Aqui - se a tese da substituição é verdadeira - a referência a um outro entendimento da realidade ou a natureza diferente do período do cristianismo primitivo já não é suficiente para escusar o autor de tal falsificação ou pelo menos tornar a sua falsificação psicologicamente plausível. De fato o autor de 2 Ts oferece de forma altamente pessoal a prova de que ele possuía plena 'consciência' nessas coisas [neste ponto remete a Brox, "Problemstand"], visto que ele mesmo adverte contra uma carta forjada de Paulo (2 Ts 2:2). *Quão grotescamente 2 Ts chama atenção para si mesma como um contra-falsificação*." Ênfases do autor.

123. Meade, *Pseudonymity*, 12.

igualmente critica: "Por valiosas que sejam estas observações [de Brox] em captar algo das atitudes relevantes da época, é questionável o quanto elas contribuem para o assunto específico da pseudepigrafia do NT."[124]

Também a metodologia de Brox (e de outros) tem recebido críticas. Brevard Childs, por exemplo, diz:

> O propósito prestado pelas Pastorais é fortemente preconcebido por sua classificação literária inicial como pseudepigráfica. O seu significado não pode ser obtido à partir do sentido verbal do texto, mas deve ser derivado de uma reconstrução das "reais" intenções do autor, as quais foram propositadamente omitidas. O texto pseudepigráfico não traduz corretamente a realidade bíblica a menos que seja criticamente reinterpretado. O modelo para se determinar a verdadeira intencionalidade está ligado ao propósito original do autor, propósito este que é estabelecido por meio de uma reconstrução quanto às forças históricas e sociológicas em operação. O testemunho querigmático do texto é, dessa maneira, emudecido e a sua intepretação é feita dependente de outras forças externas, as quais são colocadas numa relação causal...Quando Brox tenta operar exegeticamente a sua interpretação das Pastorais como sendo uma exegese pseudepigrágica da tradição paulina para um período posterior na história da igreja, o efeito de sua hermenêutica de referencialidade histórica torna-se evidente. Ele não observa a nova situação através dos olhos do testemunho expandido de Paulo, ou seja, através do texto canonicamente formatado, porém, faz o contrário. Ele reconstrói a nova situação histórica que então vem se tornar a medida para a determinação do significado do texto.[125]

Childs[126] ainda observa não haver consenso, entre os que adotam esta abordagem, quanto à função exata exercida pelo gênero pseudepigráfico atribuído às Pastorais: Brox sugere que as Pastorais foram escritas cinquenta anos depois de Paulo por um discípulo seu que tentava dirigir-se à nova situação na vida da igreja de uma maneira congruente com o ensino do apóstolo. P. Trummer[127] formulou a continuidade em termos de uma personalização da tradição paulina, Harald Hegermann[128] formulou-a em termos de um ofício comissionado que continuava a exercitar a autoridade de Paulo para uma geração subseqüente. W. Stenger[129] procurou interpretar a função

124. Dunn, "Pseudepigraphy", 979.

125. Childs, *The New Testament as Canon*, 382-83, 385-86.

126. Childs, *The New Testament as Canon*, 381.

127. P. Trummer, "'Mantel und Schriften' (2 Tim 4,13). Zur Interpretation eines persönlichen Notiz in den Pastoralbriefen" em *Biblische Zeitschrift*, Neue Folge 18 (1974), 193-207; Idem, *Die Paulustradition des Pastoralbriefe*, Beiträge zur biblische Exegese und Theologie 8, (Frankfurt, 1978).

128. H. Hegermann, "Der geschichtliche Ort der Pastoralbriefe" em *Theologische Versuche* II, ed. Joachim Rogge e Gottfried Schille, (1970), 47-64.

129. W. Stenger, "Timotheus und Titus als literarische Gestalten. Beobachtungen zur Form

do escrito pseudepigráfico como uma forma de presença apostólica num período subsequente à morte de Paulo. Childs arremata:

> Embora prontamente se reconheça a atratividade destas hipóteses, permanece a dificuldade de não se ter ainda estabelecido sólido embasamento exegético. De fato, é o silencio virtual das cartas, justamente nos lugares cruciais onde se necessita ajuda, que continua a frustrar as interpretações.[130]

A Teoria da Identificação Espiritual (Kurt Aland)

Ao ler o seu estudo[131] perante o Clube do NT da Universidade de Chicago em 1959, Aland mostrou sua insatisfação para com as tentativas correntes que se limitavam a tratar do problema à partir de questões psicológicas e de categorias éticas. Desde essa época até bem recentemente[132], Aland vem protestando contra a abordagem que coloca a pseudepigrafia do Cristianismo primitivo até 150 AD dentro da história da pseudepigrafia antiga. Para ele, isto revela uma noção não-histórica que deixa de fazer justiça ao *Sitz im Leben* da mais antiga literatura cristã em questão e ao seu desenvolvimento histórico. Aland argumenta que os escritos pseudepigráficos surgiram num clima no qual não havia ainda personalidade concreta de autores, mas somente anonímia e pseudonímia. Lüdemann comenta:[133]

> Se Aland estivesse certo, o problema - que para ele, de qualquer maneira, é somente um [problema] Católico Romano (!) - estaria de novo imediatamente resolvido. "Nenhum cristão antes de 150 AD estava interessado em autoria; cada escrito individual se recomendava como carismático ou profético com base apenas no conteúdo, e por causa do cristianismo primitivo um pseudo-problema se inseriu na erudição. Pseudepigrafia após este período é algo inteiramente diferente daquela nos escritos cristãos mais antigos." (Brox, *ThRv* 1979, col. 277).

Aland entende que quando um profeta inspiradamente se pronunciava, quer por palavra ou por escrito, sua audiência tomava o seu pronunciamento como o do próprio Senhor, dos apóstolos ou do próprio Espírito Santo:

> O escritor autêntico não se colocava em transe enquanto escrevia como Pedro, Paulo, Tiago, etc.; nem enganava piamente (ou impiamente) a si mesmo ou a outros; antes, possuído pelo Espírito, ele proclamava, como fez

und Funktion der Pastoralbriefe" em *Kairos* 16 (1974), 252-67.

130. Childs, *The New Testament as Canon*, 381.

131. Aland, "The Problem of Anonymity", 1-13.

132. K. Aland, "Falsche Verfasserangaben? Zur Pseudonymität im frühchristlichen Schrifttum" em *Theologische Revue* 75, Münster (1979), 1-10 (Norbert Brox lhe responde em "Methodenfragen der Pseudepigraphie-Forschung" em *ibid*., 275-8); Idem, "Noch einmal; Das Problem der Anonymität und Psedonymität in der christlichen Literatur der ersten beiden Jahrhunderte" em *Supplementa zu den Neutestamentlichen und Kirchengeschichtlichen Entwürfen* (1990), 158-76.

133. Lüdemann, *Heretics*, 278.

> Inácio (cf. *Philad*. 7), instruções autoritativas à reunião congregacional... O que aconteceu com a literatura pseudônima do período mais antigo não era senão a mudança da mensagem da palavra falada para a palavra escrita. Nesta mudança não somente era irrelevante o instrumento (*Werkzeug*) pelo qual a mensagem era dada, mas segundo a perspectiva daquela época, dar o nome deste instrumento redundaria numa falsificação porque, segundo esta concepção, não era o autor do escrito quem realmente falara, mas somente a testemunha autêntica, o Espírito Santo, o Senhor, os apóstolos.[134]

O fato dos escritos pseudônimos do NT reivindicarem a autoria dos apóstolos mais importantes não constituia trapaça para garantir reputação e ampla circulação, mas sim "a conclusão lógica da pressuposição de que o próprio Espírito era o autor."[135]

Para Aland, a mudança da impersonalidade para a personalidade literária ocorreu por volta da metade do segundo século em conexão com os fatores que se aplicam ao todo da Igreja do catolicismo primitivo. Com a perda de ímpeto no movimento do Espírito, a instituição dos profetas começou a se desintegrar. Com o enfraquecimento da expectativa da "parousia" iminente, desenvolveu-se a consciência histórica da Igreja, e assim a Igreja começou cuidadosamente a distinguir entre o passado apostólico e o presente.

> À partir desta nova situação de consciência de distância dos apóstolos, a Igreja cristã extraiu as consequências. A era apostólica era uma época encerrada no passado distante, fundamentalmente diferente do presente. Os escritos pertencentes àquela era devem ser distinguidos daqueles que não pertencem à ela. Ninguém pode objetar se, no processo de canonização alguns escritos pseudônimos foram aceitos como aquilo que reivindicavam ser. Entretanto, em qualquer caso em que a Igreja soubesse ou pensasse saber que um documento deveria ser atribuído a um autor diferente, ela respondia a isto excluindo tais escritos do cânon.[136]

A teoria de Aland continua a repercutir[137], porém muitas são as críticas recebidas.

134. Aland, "The Problem of Anonymity", 44.

135. Ibid., 45.

136. Ibid., 49.

137. Michael Wolter escreve em "Die anonymen Schriften des Neuen Testaments. Annäherungsversuch an ein literarisches Phänomen" em *Zeitschrift für die Neutestamentliche Wissenschaft* 79 (1988), 1-16:3: "Se, como Aland corretamente afirma, nas cartas autênticas a menção do nome é condicionada pelo gênero literário, as cartas pseudônimas do Novo Testamento reivindicadas como 'cartas inautênticas' também preenchem esta condição externa. Apenas elas dão um nome falso do autor, e é este fenômeno que deve ser explicado". K. M. Fischer em "Anmerkungen zur Pseudepigraphie im Neue Testament" em *New Testament Studies* 23 (1976), 76-81, afirma que nenhum escrito cristão entre 60 e 100 AD levava o nome de seu autor. Ele fala do período da pseudepigrafia. F. Laub em "Falsche Verfasserangaben in neutestamentlichen Schriften. Aspeckte der gegenwärtigen Diskussion um die neutestamentliche Pseudepigraphie" em *Trierer Theologische Zeitschrift* 89 (1980), 228-242, argumenta à partir da anonímia para a pseudonímia e afirma que a característica distintiva era a apostolicidade.

Dunn escreve:

> Sendo o Espírito o real autor, a identidade do autor humano não interessa. Mas ao argumentar assim ele [Aland] ignora o amplo reconhecimento, no cristianismo mais primitivo, do perigo da falsa profecia (p. ex., 1 Co 12:3; 1 Jo 4:1-3; *Herm. Man.* 11). O argumento não possui plausibilidade maior quando aplicado a escritos que em si mesmos almejam descrever visões e viagens celestiais por parte do autor, daí, portanto, presumivelmente, o seu apelo a D. S. Russel em seu tratamento dos escritos apocalípticos (similarmente à categoria de Speyer da "echte religiöse Pseudepigraphie"). Mas mesmo aí o sentido de uma identificação mística ou extática do autor real com o seu pseudônimo está ausente no próprio escrito. Deve-se reconhecer como altamente questionável a hipótese de que tal argumento funcione de fato com o gênero epistolar.[138]

Apesar de reconhecer o mérito de Aland em separar a literatura cristã primitiva da história da literatura da antiguidade, Meade o critica por cometer o mesmo erro de seus predecessores alemães, ou seja,

> Sua dependência num sentido não-diferenciado de inspiração para estes autores é semelhante às teorias psico-religiosas anteriores, e sujeita às mesmas críticas. Ademais, sua teoria realmente não se encaixa nos fatos históricos. Ao tratar os escritos auto-atribuídos de Paulo, ele só pode apelar para a já desacreditada distinção de Deissmann entre uma carta real e uma epístola.[139]

Horst R. Balz destaca o resultado irônico da teoria de Aland: Paulo parece estar menos cheio do Espírito do que os escritores anônimos e pseudônimos, isto porque ele resolveu escrever em seu próprio nome.[140] Guthrie também reconhece que a teoria de Aland se esfacela diante das epístolas paulinas, e acrescenta:

> Se o *Didaquê* é o melhor exemplo do surgimento da pseudepigrafia nos escritos cristãos, seria necessário perguntar o porquê do movimento em direção à autoria pessoal ter continuado. Por que, por exemplo, as pastorais foram atribuídas a Paulo? Não seria porque parecia ser um método mais efetivo do que o vago *Didaquê*? E por que, se o *Didaquê* era *ex hypothesi* reconhecido como uma obra do Espírito, ele não foi recebido dentro do cânon? O fato é que Aland está supondo que a pseudonímia era "a conclusão lógica da pressuposição de que o próprio Espírito era o autor". Mas isto ainda não explica por que a pseudonímia era necessária. Se o Espírito obviamente era o autor, o que se ganharia em se atribuir o nome de um ou

138. Dunn, "Pseudepigraphy", 978.

139. Meade, *Pseudonymity*, 13.

140. H. R. Balz, "Anonymität und Pseudepigraphie im Urchristentum. Überlegungen zum literarischen und theologischen Problem de urchristlichen und gemeinantiken Pseudepigraphie" em *Zeitschrift für Theologie und Kirche* 66 (1969/1970), 403-36: 419.

> de todos os apóstolos? A tese de Aland não somente deixa sem respostas as questões maiores mas também confunde a obra do Espírito. Visto que as epístolas de Paulo são as mais pessoais e ainda contêm muita evidência de sua consciência da atividade do Espírito, é difícil supor, como Aland o faz, que um autor nomeado levantaria maior suspeita do que um escrito anônimo ou pseudônimo.[141]

Thomas D. Lea critica Aland por este pressupor não haver diferença no sentido de inspiração para os escritores de literatura canônica e não-canônica. Ademais, Aland negligencia não somente os dilemas éticos e psicológicos da pseudonímia, como também ignora a prática histórica da igreja primitiva ao deixar de discutir como esta rejeitava a prática da pseudonímia.[142]

Teorias de Atualização da Tradição

Horst R. Balz. Aproveitou de Aland a idéia de se relacionar anonímia com pseudonímia e ambas com a pregação primitiva. Exemplificou isto no desenvolvimento da tradição de Jesus.[143] Mostrou como o alvo do quérigma era atualizar (*vergegenwärtigen*) as palavras do Senhor para os ouvintes e afirmou que isto levou à anonímia de grande parte da literatura. A pseudonímia neste caso seria uma forma extrema de anonímia. Entretanto, para Balz, a maioria dos pseudepígrafos "apostólicos" refletem uma tradição descaracterizada (*Tendenzfälschungen*), ou seja, não pretendem atualizar tradição apostólica, mas, sim, passar as idéias e interesses do autor. Meade critica este julgamento de Balz atribuindo-o antes ao seu desprezo pelo "catolicismo primitivo" do que a uma avaliação da natureza tradicional do material.[144]

Josef Zmijewski.[145] Também vê a importância de se relacionar pseudonímia com a pregação cristã, ou seja, com a preservação e propagação da tradição apostólica não-falsificada. Faz isto usando o tema "recordar" em 2 Pedro. Zmijewski, porém, não oferece qualquer mecanismo para se compreender como esta extensão de tradição poderia resultar em pseudonímia, a não ser o conceito de instrumento pneumático (*Werkzeug*) semelhante ao de Aland.[146] G. Ludemann critica Zmijewski por misturar o plano histórico com o teológico, esquivando-se assim de "relevantes questões históricas"[147], e cita-o escrevendo:

141. Guthrie, "Epistolary Pseudepigraphy", 1025-26.

142. Lea, "Pseudonymity", 548-49.

143. Balz, "Anonymität", 433-34.

144. Meade (*Pseudonymity*, 14) justifica mostrando que Balz declara ("Anonymität", 436) que as deutero-paulinas estão mais distanciadas da teologia do Paulo original do que os heréticos por elas combatidos.

145. J. Zmijewski, "Apostolische Paradosis und Pseudepigraphie im Neuen Testament. 'Durch Erinnerung Wachhalten' (2 Petr 1, 13; 3, 1)" em *Biblische Zeitschrift* 23 (1979), 161-171.

146. Meade, *Pseudonymity*, 14.

147. Lüdemann, *Heretics*, 141.

> De modo algum é o caso do autor estar meramente refletindo aquilo que o apóstolo *teria dito caso estivesse vivo*. Antes, aquilo que diz e ensina *de fato* corresponde à *paradosis* paulina...E dessa maneira as epístolas Pastorais — a despeito de seu caráter pseudepigráfico — fazem uma legítima reivindicação à validade como o fazem as autênticas cartas de Paulo, uma validade que — independentemente da questão da autenticidade "histórica" — surge à partir do seu conteúdo e objetivo e também nos obriga hoje.[148]

Meade elogia, nas teorias de Aland, Balz e Zmijewski, a sensibilidade para com a peculiaridade da literatura cristã do primeiro século bem como a ênfase na tradição como a chave para a compreensão da pseudonímia do NT. Ele as critica, porém, como insatisfatórias devido à pouca investigação dos antecedentes judaicos.[149]

David G. Meade. Entende que não se deve examinar a questão da pseudonímia do NT à luz dos gêneros literários e práticas do mundo greco-romano. Porisso, procura estudar a relação entre revelação e tradição no AT e na literatura judaica intertestamentária, notando como se relacionam com os conceitos de autoria e autoridade. Promovendo a teoria de seu pupilo, Dunn escreve:

> ...o contexto mais óbvio para se examinar a questão da pseudepigrafia do NT...é o processo nos escritos religiosos judaicos pelo qual a tradição tem-se originado de uma figura histórica proeminente e particularmente o processo pelo qual um original depósito oral ou literário tem sido expandido pela atribuição de material posterior às figuras que o originaram.[150]

Ao investigar as tradições de Isaías, Salomão, Daniel e Enoque, Meade pensa ter achado um "padrão" de anonímia/pseudonímia característico dos pseudepígrafos judaicos: "a atribuição é primariamente uma reivindicação de tradição autoritativa, e não uma declaração de origem literária"[151] Ele vê o mesmo "padrão" no NT: "uma relação consistente entre o desenvolvimento das tradições petrinas e paulinas e as formas literárias que elas tomam"[152] e avalia os resultados à luz dos conceitos de cânon. Dunn explica:

> a relação de Efésios e as Pastorais com as paulinas não-disputadas poderia ser considerada como equivalente à relação entre os deutero e trito-Isaías com o proto-Isaías. Em cada caso a motivação era a de "tornar presente, contemporanizar" (*Vergegenwärtigung*) ou renovadamente atualizar as tradições petrinas e paulinas para a geração seguinte.

Para Meade[153], tanto o iniciador da tradição (Moisés, Isaías, Jesus, Paulo) quanto o

148. Josef Zmijewski, "Die Pastoralbriefe als pseudepigraphische Schriften - Beschreibung, Erklärung, Bewertung" em *Studien zum Neuen Testament und seiner Umwelt* A 4 (1979), 91-118:118. Citado em Lüdemann, *Ibid*. Ênfases dele.

149. Meade, *Pseudonymity.*, 14, 15.

150. Dunn, "Pseudepigraphy", 979.

151. Meade, *Pseudonymity*, 102.

152. *Ibid.*, 192-93.

153. *Ibid.*, 208-214. Ênfases do autor. As referências se encontram no texto.

posterior adaptador (anônimo ou pseudônimo) dessa tradição estavam sob inspiração. Desprezando o modelo de inspiração individual[154], Meade se apega à "teoria social" de inspiração[155] corrigida pela manutenção de uma tensão dialética[156]com o modelo individual de inspiração: "*A inspiração não pode ser limitada à autoria individual no modo profético. Por esta razão é mais útil colocar o locus da inspiração na tradição e na comunidade que tanto a cria e por ela é sustentada*" (p. 209). Dessa maneira ele pode concluir: "A *comunidade* é o foco da formação do cânon, e não o indivíduo profeticamente inspirado. *Autoria (individual) inspirada não garante canonicidade*" (p. 214).

Há quem concorde com a tese de Meade. Andrew T. Lincoln, por exemplo, está convencido: "Por sua inclusão no corpo paulino, Efésios é agora parte do Paulo 'canônico', qualquer que seja a sua relação com o Paulo 'histórico'."[157]

Entretanto, como o próprio Meade reconhece (p. 208-9), sua teoria não agrada nem aos liberais nem aos conservadores (distinções usadas por Meade). De fato Gerd Lüdemann (liberal) reclama: "[Meade] mistura as perspectivas históricas e teológicas; ou seja, ele requer dos eruditos um conceito de cânon para hoje"[158]. Lüdemann é cético:

> ...o abismo entre o fato histórico e o seu significado, entre história e proclamação, entre a história de Jesus e o variado quadro de sua história no NT torna impossível para nós continuar a oferecer uma defesa séria da inspiração dos escritos do NT ou mesmo de identificar a Palavra de Deus com as santas escrituras.[159]

Meade reconhece não poder provar a existência ou não da pseudonímia no NT, porém, sua tese parte do pressuposto de sua existência para poder "compreendê-la" (p. 16). Ellis ataca essa confiança de Meade:

> ...sua confiança é um tanto surpreendente visto ele não realizar qualquer análise literária dos textos bíblicos, mostrar pouca apreensão da complexidade dos dados históricos e técnicas de composição nos escritos do NT, e estar ocupado primariamente em recorrer, com espantosa velocidade, a várias teorias modernas e interpretações que lhe corroboram a tese.[160]

154. Defendido por evangélicos conservadores como R. Laird Harris, *Inspiration and Canonycity of the Bible. An Historical and Exegetical Study*, (Grand Rapids: Zondervan, 1969).

155. Promovida por autores católicos como K. Rahner, *Inspiration in the Bible*, (New York: Herder and Herder, 1961); J. L. McKenzie, "The Social Character of Inspiration" em *Catholic Biblical Quarterly* 24 (1962).

156. Meade (*Pseudonymity*, 206-7) reconhece ter como seu ponto de partida a abordagem canônica de Brevard Childs, *Introduction to the Old Testament as Scripture*, (London: SCM, 1979): "[Childs] nota que tanto conservadores quanto liberais têm errado em tratar do assunto meramente como um problema *histórico*. Pois a atividade literária de Moisés está intimamente ligada ao seu papel mediatorial em receber a lei divina. Isto indica que autoria não é tanto uma designação histórica, mas *teológica*. Ou seja, não é uma declaração da pesquisa moderna ("Moisés escreveu isto"), mas uma afirmação de autoridade ("Isto é Mosaico"). Isso indica a aceitação de um determinado corpo de tradição como autoritativo e contínuo (em harmonia) com a lei tal como dada a Moisés no Sinai." Ênfase de Meade.

157. Lincoln, *Ephesians*, lxxiii.

158. Lüdemann, *Heretics*, 278.

159. *Ibid.*, 2.

Dan G. McCartney entende que por depender tanto de conclusões críticas quanto ao AT e NT, a tese de Meade é de valor duvidoso para os que não são convencidos por tais conclusões. Ele explica:

> Mesmo que Meade pudesse provar estar certo em alguns pontos, digamos no caso do crescimento de Isaías, ou mesmo da Torá, isto é ainda distante da atribuição de pseudonímia que ele pressupõe existir no NT; tal crescimento e *Vergegewärtigung* da tradição é antes mais próxima da reinterpretação e re-apresentação do único evangelho nos quatro Evangelhos, os quais são anônimos, e não falsamente atribuídos a um apóstolo. Embora Salomão seja apresentado como uma figura ideal de sabedoria por traz dos escritos sapienciais, não há nunca qualquer identificação *explícita* de Salomão exceto no início de Provérbios, a qual apenas reivindica Salomão como fonte, não como autor. Assim, novamente, não temos o tipo de pseudonímia explícita que Meade pretende ser aceitável no cânon do NT.[161]

No caso de Daniel, McCartney entende que Meade precisaria provar que os judeus e os cristãos *sabiam* que Daniel era pseudônimo mas o aceitaram como canônico mesmo assim, pois ele argumenta que a tradição de Daniel cresceu durante o período intertestamentário. Todavia, o fato é que as adições foram finalmente *reconhecidas* como tais e assim elas vieram a perder o *status* canônico. McCartney arremata:

> Simplesmente permanece não provado que os escritores bíblicos de fato tinham a pseudonímia como aceitável e assim a empregaram. Meade somente argumentou pela sua aceitabilidade por parte dos escritores bíblicos com base na pressuposição *a priori* de que a pseudonímia não somente existia (o que é verdade, é claro, fora do cânon) mas que reconhecidamente foi aceita no cânon. Isto é argumentar em círculo. Por outro lado há evidência *direta* sugerindo que os escritores bíblicos olhavam com desconfiança para o fato de alguém escrever em seu nome (2 Tessalonicenses 2:2).[162]

Meade admite seu preconceito ao falar da "explícita pseudonímia epistolar das Pastorais".[163] Ele entende que elas incluem muitos elementos encontrados nos escritos paulinos, e que usam da mesma maneira pessoal e literária desses escritos para "atualizar este material para a sua própria geração".[164] Guthrie avalia:

160. E Earle Ellis, resenha de *Pseudonymity and Canon* de David Meade, no *Southwestern Journal of Theology* 30 (1987), 57.

161. Dan G. McCartney, resenha de *Pseudonymity and Canon* de David Meade em *Westminster Theological Journal*, 51 (1989) 170-1. Ênfases do autor.

162. Ibid.

163. Meade, *Pseudonymity*, 122.

164. Meade, *Pseudonymity*, 139.

> Mas há aqui uma distinção muito delgada entre o pensamento paulino e a tradição desenvolvida. A última deve necessariamente ser suficientemente paulina para ser considerada como uma extensão do ensino de Paulo, mas não suficientemente próxima para ser escrita pelo próprio Paulo. Se o escritor desconhecido podia chegar tão próximo a ponto de adaptar o ensino de Paulo para uma nova situação, é difícil ver com que base lógica o próprio Paulo é excluído de tal aplicação ampliada. O dilema não é resolvido em se apelar para o processo de *Vergegenwärtigung* (interpretação), pois tal processo poderia ser demonstrado dentro das epistolas paulinas não-disputadas, pois Paulo estava sempre adaptando o seu ensino às necessidades dos seus leitores.[165]

Na *Introdução ao NT* de Carson, Moo e Morris se reconhece o fracasso de Meade em demonstrar que a atualização da tradição se associa com o gênero epistolar. Diante da afirmação de Meade de que a "atribuição nas epístolas pseudônimas paulinas e petrinas deve ser considerada primariamente como uma declaração de tradição autoritativa, não de origem literária" (Meade, p. 193), os autores rebatem:

> Mas isso precisa ser provado; uma declaração incisiva sem evidência não é suficiente. Deve-se notar que Meade fala de *1 Enoque* 91-103 como "A Epístola de Enoque" (p. 96), mas não há nada nesse documento que se assemelhe às formas epistolares com as quais estamos acostumados no Novo Testamento. Ele começa com, "Agora, meu filho Matusalém, (por favor) reúna todos os seus irmãos", e quando eles vieram, continua, "Então ele (Enoque) falou a todos eles" (*1 Enoque* 91:1, 3). Epístolas pseudônimas não são assim tão comuns como Meade quer que pensemos.[166]

Meade admite o uso de engano de uma maneira diferenciada: não no nível de ensino autoritativo, mas apenas no de origem literária,[167] e explica:

> ...a objeção moral quanto ao uso de engano para com os recipientes da pseudepigrafia apostólica é minimizada pela compreensão de que o pseudepigrafista realmente sentia ser um porta-voz do apóstolo. *A mais ruidosamente "enganadora" forma de pseudonímia epistolar canônica é justamente o resultado de um acidente histórico, a conjunção de uma compreensão fundamentalmente judaica de autoria e revelação com uma forma fundamentalmente grega de literatura.*[168]

É difícil ver como as advertências contra enganadores (1 Tm 4:1, 2; 2 Tm 3:13; Tt 1:10), e a declaração de não se estar mentindo (1 Tm 2:7) podem se enquadrar nessa distinção de Meade. Ele próprio reconhece: "'não minto'[1 Tm 2:7] ilustra a dificuldade de se afirmar a verdade da autoridade e ensino de Paulo ao se usar uma

165. Guthrie, "Epistolary Pseudepigraphy", 1028.

166. Carson, Moo e Morris, *An Introduction*, 370.

167. Meade, *Pseudonymity*, 197.

168. *Ibid.*, 199. Ênfase do autor.

técnica que envolve engano."[169] D. Guthrie encontra aqui o calcanhar de Aquiles da proposta de Meade:

> A sua explicação não é nova, pois ele apela ao expediente bem conhecido de se reivindicar que aquilo que nós agora chamamos de engano seria diferentemente chamado nos tempos do NT... O fato é que a forma epistolar de pseudepigrafia não encontra apoio em qualquer tipo de literatura remotamente paralela aos escritos do NT, e apelar para a teoria do "acidente histórico" não convencerá aqueles genuinamente preocupados com o problema da pseudonímia e cânon.[170]
>
> Meade tenta nos convencer de que líderes da igreja como Tertuliano e Serapião, ambos tendo condenado a pseudonímia, assim o fizeram somente quando ela era usada para atender os interesses da heresia. Mas tal distinção não pode ser mantida com um razoável argumento... A história do cânon não conduz à conclusão de que obras sob nomes adotados teriam sido aceitas na coleção do NT. É uma objeção fatal a todas as tentativas de tornar a pseudepigrafia respeitável no cristianismo primitivo o fato de que a evidência externa de nossas fontes existentes não proporcionam qualquer apoio para ela.[171]

Meade se vê forçado a admitir o rápido encerramento desse processo de reinterpretação. Ele relaciona dois fatores: (1) A perda da "matriz judaica" da tradição bíblica; (2) O surgimento da "heresia", ou seja, o problema do discernimento entre profecia e tradição falsas e verdadeiras, que desencadeou o surgimento do "consenso da ortodoxia", do magistério e do fechamento do cânon.[172] Guthrie argumenta:

> Se a pseudonímia era uma procedimento teológico tão aceitável..., é estranho que o artifício não tenha sido mais amplamente usado. O fato é que a crítica do NT enfrenta um dilema, que não parece ser minorado por esta abordagem. Antes de se admitir a pseudonímia epistolar no NT, não seria razoável esperar que alguns paralelos adequados pudessem ser fornecidos e que algum elo provável entre eles e algum possível pseudepígrafo do NT devesse ser estabelecido? Meade despreza tal exigência como superficial, mas não é isso um requisito básico?[173]

Carson, Moo e Morris são enfáticos:

> Mas até a presente data [1992] não há qualquer evidência de que a igreja tenha aceitado qualquer epístola pseudônima. Os próprios poucos exemplos produzi-dos de tal literatura foram firmemente rejeitados, e no único caso de que se tem conhecimento de que o autor foi identificado, ele

169. *Ibid.*, 121.

170. D. Guthrie, "New Testament Pseudonymity? A Review"[resenha de Meade, *Pseudonymity*] em *Themelios* 13 (1988), 58.

171. Guthrie, "Epistolary Pseudepigraphy", 1028.

172. Meade, *Pseudonymity*, 199-203.

173. Guthrie, "Epistolary Pseudepigraphy", 1027.

> foi destituído. Necessitamos de muito mais evidência do que geralmente se nos oferece antes que possamos concordar que qualquer epístola do NT seja pseudônima.[174]

Mesmo que Balz, Zmijewski e Meade tenham em comum a ênfase na extensão da tradição como a chave para se compreender a pseudonímia do NT, vê-se claramente que suas perspectivas são tão diferentes e conflitantes na maneira como explicam essa atualização da tradição. As críticas aqui relacionadas demonstram como parte da erudição está convencida da falta de objetividade histórica dessas reconstruções.

Engano e Técnica Literária - A Teoria da Descontinuidade de L. R. Donelson

Publicadas no mesmo ano de 1986 e pela mesma editora, as obras de Meade e de L. R. Donelson[175] representam duas tendências fundamentalmente divergentes entre os eruditos atuais, porém ambas partem do pressuposto da presença da pseudonímia no NT. Enquanto Meade defende a continuidade da tradição, Donelson assume a descontinuidade:

> Este estudo toma como pressuposto de trabalho a tese de que as Pastorais são pseudepigráficas e que são infrutíferas as continuadas tentativas de se perceber o autor como uma forma de um Paulo abrandado, obscurecido ou transformado...as Pastorais oferecem uma percepção singular e original da teologia cristã...a teologia das Pastorais pouco tem a ver com a teologia de Paulo.[176]

Enquanto Meade procura estabelecer exclusivamente o seu contexto informativo na literatura judaica, Donelson estabelece o seu na literatura greco-romana: "a maneira na qual o caráter lendário e histórico de Sócrates influencia a forma e conteúdo das cartas socráticas nos informará como a figura de Paulo influencia as Pastorais."[177]

Enquanto Meade enfatiza o conteúdo sobre a forma[178], Donelson faz o inverso:

174. Carson, Moo e Morris, *An Introduction*, 371.

175. Donelson, *Pseudepigraphy*.

176. *Ibid.*, 7, 62.

177. *Ibid.*, 8.

178. Isto se vê claramente em sua crítica a Morton Smith e Donald Guthrie (*Pseudonymity*, 15): "M. Smith escreveu uma análise interessante da literatura judaica que isola uma 'tradição literária judaica' caracterizada pela anonímia ["Pseudepigraphy in the Israelite Literary Tradition", 189-215], mas ele comete o mesmo erro metodológico de tentar isolar esta tradição por gênero literário antes que por con-teúdo. Assim ele não faz qualquer tentativa para examinar o papel da tradição e revelação nos escritos judaicos, e se contenta em rotular como forjadura aqueles escritos pseudônimos que se conformam à tradição literária greco-romana (tal como o formato epistolar). Semelhantemente, D. Guthrie reconhece o fracasso em se investigar as fontes judaicas, e dedica ao tópico um ensaio publicado. [No rodapé Meade registra: "Epistolary Pseudepigraphy", e continua:] Guthrie também dedica uma porção de sua tese de doutorado não-publicada à pesquisa da pseudepigrafia judaica, mas ela consiste em grande parte numa avaliação superficial de sua espiritualidade inferior ou epigonal, e não trata realmente do papel da tradição e revelação. Veja *Early Christian Pseudepigraphy and Its*

"acima de tudo focalizaremos a carta pseudepigráfica religiosa [greco-romana], especialmente aquelas que estão mais próximas das Pastorais tanto em forma quanto em função."[179] Enquanto Meade prioriza a teologia e a motivação descartando a análise literária, Donelson prioriza a última: "A minha intenção é que uma análise dos padrões e técnicas literárias venham a direcionar e controlar as nossas sugestões sobre as motivações, mantendo assim os excessos fantasiosos a um mínimo."[180] Enquanto Meade reconstrói a história colocando o surgimento da "heresia" como uma das causas da *cessação* da pseudonímia do NT[181], Donelson coloca a "heresia" como causa da *produção* da mesma: "A pseudepigrafia cristã encontrou o seu maior ímpeto nas disputas doutrinárias, no infindável debate entre ortodoxia e heresia."[182] Enquanto Meade tem reservas para com o uso de "mentira útil" no NT[183], Donelson constrói todo o seu argumento com base nesse ponto:

> Brox oferece a sugestão de que o conceito platônico da boa mentira e da atitude retórica permissiva para com o uso de enganos e exageros determinaram a compreensão cristã da pseudepigrafia (p. 18, 19)...As Pastorais foram escritas em resposta à heresia. O vigor da heresia e os problemas que estava criando tornaram necessário, na opinião do autor, o uso da boa mentira. Nosso autor precisava somar força e credibilidade aos seus argumentos, então ele fingiu que Paulo tivesse escrito três cartas a dois famosos colaboradores. Sua intenção era enganar os seus leitores, assim ele empregou todos os meios necessários para realizar o seu engano. E, como veremos, isso ele faz com maestria. O apelo a Paulo é feito com base na sua

Antecedents, Tese de Doutorado, (University of London, 1961)."

179. *Ibid.*, 8.

180. *Ibid.*, 9.

181. "Porque *Vergegenwärtigung* não poderia continuar como antes? Aqui chegamos ao segundo fator histórico, o surgimento da 'heresia', ou mais acuradamente, o problema do discernimento entre profecia e tradição verdadeira e falsa. Este problema não era novo...Este problema foi multiplicado pelo surgimento dos grandes sistemas gnósticos na metade do segundo século..." (Meade, *Ibid*, 202).

182. *Ibid.*, 17. Neste ponto, além de apelar para a reconstrução histórica defendida por Walter Bauer, *Orthodoxy and Heresy in Earliest Christianity*, ed. inglêsa por R. Kraft e G. Krodel, (Philadelphia: Fortress Press, 1971), 147-94, Donelson arrola Speyer, *Fälschung*, 218-303 e Brox, *Falsche Verfasserangaben*, 105-10, como tendo fornecido evidência irrefutável disso. Já Meade é reticente: "Não há tempo nem ocasião para discutir se é legítimo falar de uma ortodoxia estrita no mais antigo período da igreja Cristã [remete à obra de Bauer e à de Dunn, *Unity and Diversity in the New* Testament]. De qualquer forma, na virada do século já não há dúvida de que muitos escritores se tornaram mais "apostólicos" do que os apóstolos."(*Pseudo nymity*, 202).

183. "A difusão da idéia grega da 'falsidade nobre' é difícil de julgar nos escritos cristãos do primeiro século, principalmente nos de origem judaica. Embora houvesse de fato uma ênfase maior no conteúdo antes que em autoria na era dos pais, a pseudonímia ainda parece ter sido [considerada] desrespeitosa e, consequentemente, desencorajada." (Meade, *Pseudonymity*, 11, 12).

> singular autoridade na igreja primitiva, pois ele é uma figura lendária cuja vida e ensinos são prescritivos (p. 22)...A complexidade e sutileza da carta pseudepigráfica no cânon do NT impede algo além do que algumas rápidas observações, embora, visto que os pseudepígrafos canônicos provam ser espécies normais da pseudepigrafia epistolar greco-romana, não haverá nada surpreendente acerca dos métodos empregados. De fato, excetuando-se as Pastorais em si mesmas, descobriremos pouco dos enganos mais sofisticados que temos visto em outra parte. (p. 49).[184]

Ao assumir a pseudepigrafia das Pastorais (bem como de outras cartas canônicas) como tese de trabalho, Donelson manifesta o seu pré-julgamento. Este pré-julgamento afetará a sua interpretação das mesmas, tal como Childs denunciou na abordagem de Brox: "Ele reconstrói a nova situação histórica a qual se torna a medida para se determinar o sentido do texto."[185]

A Busca Pela Forma Canônica - A Abordagem de Brevard Childs

Childs aceita a presença da pseudepigrafia no NT, porém evita começar com uma teoria para explicar como a tradição foi ampliada. Ele esclarece assim a sua abordagem às Pastorais: (1) Não haverá qualquer tentativa de se reconstruir o retrato histórico de Paulo pois as linhas históricas foram apagadas com o processo de coleta, reordenação e interpretação da tradição paulina. "É central ao empreendimento canônico que se busque interpretar a forma peculiar na qual o material tem sido apresentado como veículo do testemunho bíblico."[186] (2) Procurar-se-á determinar como a tradição paulina foi estendida para dirigir-se às novas situações e aos novos destinatários.

> Por vezes as teorias literárias e históricas críticas podem ajudar a estabelecer a relação tanto da continuidade como da descontinuidade com os estágios anteriores da tradição. Contudo, uma interpretação canônica da nova função da literatura não está diretamente dependente da habilidade de se estabelecer um inquebrável elo causal.[187]

(3) O testemunho canônico das Pastorais inclui material que reflete um estágio mais avançado no desenvolvimento da tradição da igreja (ofícios eclesiásticos, estruturas legais, leis da igreja). O fator crucial é o papel canônico que essas novas instituições receberam na extensão da tradição às novas gerações. "Assim, o reconhecimento da função hermenêutica do cânon é um grande teste contra o biblicismo, quer venha da esquerda quer da direita do espectro teológico."[188]

Nesta abordagem Childs reconhece que o maior problema é interpretar a estranha mistura de genuína continuidade com as cartas paulinas não-disputadas com aqueles

184. Donelson, *Ibid.*, as páginas estão indicadas no texto.

185. Childs, *The New Testament as Canon*, 386.

186. *Ibid.*, 387.

187. *Ibid.* 387.

188. *Ibid.*, 387.

elementos de grande dissimilaridade. Ele entende que as Pastorais não procuram reinterpretar Paulo para uma era posterior, antes elas manifestam a presença do processo de canonização ao enquadrar a teologia paulina dentro da categoria de sã doutrina. As várias instruções não se destinam a circunstâncias históricas concretas mas se aplicam de maneira geral à congregação típica. Por exemplo, o pedido da capa, livros e pergaminhos (2 Tm 4:13) "ganha imediatamente uma importância típica e ilustra a devotada dedicação do apóstolo ao seu ministério ao encerrar o seu ministério sem possuir sequer uma capa".[189]

Childs distingue a sua leitura canônica, cujo efeito é tipificar o particular, da interpretação pseudepigráfica, a qual vem a fixar no início o nível semântico do texto para em seguida "achatar" os elementos do texto que ainda retêm um contínuo mover do particular para o típico. Na passagem da capa (2 Tm 4:13), por exemplo, ele entende que esse elemento funciona progressivamente como uma ilustração do compromisso do apóstolo. Dessa maneira as características concretas das passagens ao redor continuam a ter vida independentemente e não podem todas ser entendidas como construções ideológicas. Ou seja:

> historicamente é mais provável ver o nível primário da tradição consistindo de elementos de particularidade, os quais num novo contexto literário moveram-se em direção do específico para o típico, do que postular com o modelo pseudepigráfico a ordem reversa, ou seja, o típico estava primariamente na tradição e foi posteriormente fundamentado no particular.[190]

Childs, portanto, reconhece nas cartas esta tensão existente entre os elementos específicos e os típicos, tensão que se move para vir a resolver-se nos elementos típicos. Ele admite ser um problema histórico não resolvido a determinação exata de como ocorreu esse processo interpretativo, e que as cartas são virtualmente silenciosas sobre esse lado do problema. O fracasso da investigação histórica não lhe preocupa:

> Frequentemente elementos de verdade têm sido corretamente reconhecidos (comparar especialmente Brox, Hegermann, Trummer), e a necessidade por tal pesquisa está longe de se encerrar. Entretanto, deve-se enfatizar o ponto hermenêutico de que o relacionamento entre este conjunto de questões históricas e a função canônica do texto bíblico é dialético. A erudição crítica pode, na verdade, clarificar a interpretação de um texto. Porém, teologicamente a comunidade de fé confessa que já está provida de um guia suficiente para a compreensão das Pastorais como sagrada escritura.[191]

Esta busca pela forma canônica proposta por Childs acaba se tornando uma não-busca histórica, e desencoraja uma pesquisa séria para a solução de problemas históricos e éticos envolvidos na aceitação da pseudepigrafia no NT.

189. *Ibid.*, 394.

190. *Ibid.*, 394.

191. *Ibid.*, 395.

Conclusão

Procurei mostrar neste capítulo que a atual crescente aceitação da hipótese da pseudonímia no NT não vem acompanhada de um crescente consenso quanto às justificações dessa hipótese. Pelo contrário, os intensos estudos realizados recentemente têm contribuído positivamente para o descarte (não total) de antigos posicionamentos imprecisos e equivocados. Também, a grande oferta contemporânea de divergentes abordagens e teorias tem evidenciado o caráter fragmentário e problemático da hipótese pseudepigráfica, bem como o alto grau de incerteza e insatisfação para com as atuais justificativas dessa hipótese. Fica evidente também o completo fracasso da erudição pró-pseudonímia na reconstrução, com a reconhecida objetividade histórica, através do uso do método crítico-histórico, da situação histórica-existencial dos supostos documentos pseudepigráficos do NT. Esta falta de objetividade se manifesta também quando teóricos negligenciam dilemas éticos, psicológicos, teológicos, literários e históricos levantados pela postulação da hipótese pseudepigráfica. A questão ética continua sendo aguda para os que ainda desejam preservar juntas a pseudonímia e a idéia de um cânon inspirado, pois a tendência, evidenciada pelas opiniões de Balz, Speyer, Brox, Donelson, Lüdemann, parece ser na direção da aceitação do engano ou uso da boa mentira por parte de escritores do NT. Aland, Meade e Childs parecem querer evitar tal conclusão inevitável.

Como era de se esperar, não se percebe que a "onda" pró-pseudonímia esteja sendo ocasionada por novas evidências históricas, pois um determinado segmento da erudição, atento na avaliação dos novos estudos e desdobramentos, continua rejeitando a hipótese da pseudonímia não por preconceito em si, mas por *falta de evidência convincente* de que ela tenha sido usada no NT. Visto, porém, que a aceitação da pseudonímia canônica tem crescido, deve-se investigar os motivos. Portanto, é preciso rever os argumentos e as evidências apresentadas pelos proponentes dessa hipótese, bem como os pressupostos e os problemas levantados por ela. É o que procuraremos fazer a seguir, mesmo que de maneira resumida.

CAPÍTULO III

RAZÕES, PRESSUPOSTOS E PROBLEMAS DA HIPÓTESE PSEUDEPIGRÁFICA

É grande o número de eruditos favoráveis à pseudonímia de vários documentos do NT, entretanto estamos longe da unanimidade neste assunto, como vimos no início do cap. II. Gostaríamos de examinar os principais argumentos relacionados com os documentos tidos como pseudepigráficos. Nosso propósito não é prover uma detalhada discussão de todos os pontos levantados nesse debate, o que poderia ser feito consultando-se introduções críticas a esses livros, porém, desejamos identificar o mais claramente possível o que leva os eruditos a interpretar as evidências de maneiras diferentes e até contraditórias.[1] Procuraremos levantar as razões e os pressupostos por traz da hipótese pseudepigráfica. Eventualmente possíveis falácias exegéticas poderão ser detectadas. Contudo, não devemos pensar que os eruditos que aceitam a hipótese pseudepigráfica assim procedam sem fortes razões, ou que a questão se resuma a pressuposições e hipercriticismo de sua parte. Como escreveu Conrad Gempf: "...deve-se pelo menos admitir que há razões racionais para se duvidar da autoria de alguns livros do NT. E estas razões surgem à partir do texto antes que de alguma perversidade mental por parte dos eruditos."[2] Gempf, entretanto, reconhece a complexidade do problema: "há razões que se relacionam tanto com a forma quanto com o conteúdo, e estes por sua vez são passíveis de uma variedade de interpretações

1. Emprestando a frase de Moisés Silva ao tratar do conflito no NT entre o cristianismo gentílico e judaico em "The Place of Historical Reconstruction in New Testament Criticism" em *Hermeneutics, Authority and Canon*, ed. D. A. Carson e John Woodbridge, (Grand Rapids: Zondervan, 1986), 109-133:122: "Neste caso, não será necessário explorar detalhadamente as várias facetas do debate . O meu interesse não é prover uma nova reconstrução histórica mas identificar tão claramente possível o que leva os eruditos a interpretar a evidência de formas diferentes e até contraditórias."

2. Conrad Gempf, "Pseudonymity and the New Testament" em *Themelios* 17 (1992) 8-10:9. Gempf manifesta sua posição: "...pessoalmente eu não encontro qualquer razão maior para crer que qualquer um dos livros no NT seja escrito por alguém outro que aqueles por eles reivindicados. A evidência, no todo, me inclina noutra direção. Mas, e isso é importante, eu não penso que se possa descartar a
pseudonímia como uma séria possibilidade. Os casos contra a autoria tradicional de 2 Pedro e das Pastorais em particular são fortes e não são facilmente descartados" (10).

e explicações."[3]

Pseudonímia *A Priori*

Deve-se reconhecer que, em geral, as abordagens e teorias pseudepigráficas são construídas à partir da aceitação *a priori* da presença da pseudonímia no NT. Donelson o explicita logo na primeira frase de seu livro: "Este estudo assume como pressuposto de trabalho a tese de que as Pastorais são pseudepigráficas..."[4] Meade igualmente o explicita: "O propósito deste estudo não é provar ou refutar a pseudonímia no caso de documentos individuais, mas compreendê-la. Obviamente é necessário tomar posições a bem de uma ampla investigação, entretanto em geral estas posições serão assumidas e não argumentadas."[5] Aland também manifesta o seu pressuposto:

> Mas a informação a respeito dos deslocamentos dos vários colaboradores no quarto capítulo de 2 Timóteo, o primeiro julgamento de Paulo, as instruções para os endereçados, bem como o final da epístola a Tito evidenciam tal conhecimento abrangente, tal perspectiva simulada, e tal reconstrução das lidas de Paulo, que dificilmente podemos deixar de *admitir* uma falsificação intencional.[6]

Apesar de criticar Brox e outros por aplicarem logo de início às Pastorais o gênero literário pseudepigráfico, Childs admite: "Trummer (*Paulustradition*, 73) tem caracterizado corretamente o principal problema exegético das Pastorais quando escreve: 'A distância temporal e material entre as Pastorais e Paulo é, na verdade, a pressuposição básica para a sua correta interpretação'".[7]

Repetindo, as teorias pseudepigráficas procuram explicar *a posteriori* os resultados do quadro histórico que admitiram *a priori*.

Razões da Hipótese Pseudepigráfica

O que leva os eruditos a partirem logo para a explicação da pseudonímia no NT, antes mesmo de se preocuparem em prová-la, é o crescente consenso quanto à inautenticidade de várias epístolas do NT. Este consenso tem a ver com a chamada hipótese deutero-paulina e com a alegada pseudonímia nas epístolas gerais.

A Hipótese Deutero-Paulina

Há uma relação muito estreita entre a hipótese pseudepigráfica e a hipótese

3. Ibid., 9.

4. Donelson, *Pseudepigraphy*, 7.

5. Meade, *Pseudonymity*, 16.

6. Aland, "The Problem of Anonymity", 46. Ênfase minha.

7. Childs, *The New Testament as Canon*, 384.

deutero-paulina, ambas se apoiam mutuamente. Cunhada por H. J. Holtzmann em 1911,[8] a expressão "deutero-paulina" tem-se tornado um termo conveniente para a classificação das cartas que supostamente Paulo não poderia ter escrito. Segundo Patzia, a hipótese deutero-paulina fundamenta-se sobre os seguintes fatores: (1) Peculiaridades de linguagem e estilo, diferenças doutrinárias (cristologia, eclesiologia e escatologia), situações históricas mudadas e desenvolvimento da organização eclesiástica tornariam improvável a autoria paulina; (2) A identificação do catolicismo primitivo[9] no NT atestaria o desenvolvimento pós-apostólico de doutrinas e práticas; (3) A prática da pseudonímia na antiguidade pré-cristã e cristã primitiva eliminaria a acusação de falsificação; (4) O papel dos colaboradores de Paulo favoreceria uma atividade literária mais extensa. Apesar de não haver unanimidade entre os eruditos quanto às deutero-paulinas, em geral se incluem 2 Tessalonicenses, as Pastorais, Efésios e Colossenses. [10] No que se segue, examinaremos os argumentos dos eruditos quanto às razões para a rejeição da autenticidade tanto das chamadas deutero-paulinas como também de várias das epístolas gerais.

2 Tessalonicenses

Raymond E. Brown[11] discute os seguintes fatores alegados em favor da pseudonímia nesta carta: (1) *Similaridade no formato* - Paulo copiaria a si mesmo assim mecanicamente? (2) *Argumentos ligados a vocabulário e estilo* - A carta apresenta uma estranha combinação de semelhanças e diferenças com 1 Tessalonicenses: sentenças mais complexas, tom mais formal, referências a Paulo menos pessoais; (3) *Indicações internas do tempo da composição* - a referência a cartas forjadas, uma possível referência a *Nero redivivus*; (4) *Proximidade de obras pós-paulinas* - revelada na atmosfera de falsos mestres enganadores, na necessidade de retenção de tradição, na similaridade apocalíptica com o Apocalipse; (5) *Propósito da carta* - Muitos

8. H. J. Holtzmann, *Lehrbuch der neutestamentlichen Theologie*, 2a. ed., vol. 2, (Tübingen: J. C. B. Mohr, 1911), 195.

9. Para John H. Elliott em "A Catholic Gospel: Reflection on 'Early Catholicism' in the New Testament" em *Catholic Biblical Quarterly*, 31 (1969), 214, catolicismo primitivo nos documentos cristãos incluiria traços, ou tendências "em direção ao" seguinte: "a organização da Igreja segundo o ministério hierárquico em contraste com o carismático; o desenvolvimento do episcopado monárquico; uma objetivação da proclamação e uma ênfase numa regra de fé estritamente formulada; uma ênfase em 'ortodoxia' ou 'sã doutrina' em oposição ao falso ensino; moralização da fé e concepção do evangelho como nova lei; uma compreensão da fé em termos objetivos antes que subjetivos, em termos estáticos antes que dinâmicos, como *fides quae creditur* em contraste com *fides qua creditur*; um desenvolvimento do princípio da sucessão apostólica e da autoridade transmitida; uma distinção entre laicado e clero; uma concepção de uma interpretação autoritativa das escrituras; uma tendência ao 'sacramentalismo'; a formulação de uma 'teologia natural'; uma preocupação com a unidade e consolidação eclesiásticas; e um interesse na coleção dos escritos apostólicos."

10. Patzia, "The Deutero-Pauline Hypothesis", 28-33.

11. Brown, *An Introduction*, 592-96.

vislumbram nos perigos combatidos (perigos gnósticos para Helmut Koester)[12] um cenário que se encaixa mais com o final do primeiro século.

As Pastorais

Brevard Childs[13] relaciona as principais razões levantadas contra a autoria paulina das Pastorais: (1) Um indisputável *testemunho das Pastorais pelos Pais da Igreja* não se pode estabelecer com certeza antes do final do segundo século. (2) *A linguagem, a sintaxe e o estilo literário* das Pastorais variam grandemente em relação às epístolas genuinamente paulinas, tanto quanto ao vocabulário usado como na omissão da terminologia peculiar paulina, e isto a tal ponto a aproximar as Pastorais mais dos Pais apostólicos (p. ex.: Policarpo) do que do restante das paulinas autênticas. (3) *O problema histórico* de enquadrar o ministério de Paulo segundo as Pastorais dentro da cronologia dos eventos conhecidos à partir do restante do NT é extremamente difícil. A construção mais plausível seria postular a soltura de Paulo após o julgamento em Roma e uma outra viagem ao ocidente, porém isso levantaria outros problemas históricos. (4) As Pastorais parecem refletir um estágio bem posterior na história da igreja primitiva ao apresentar uma *estrutura eclesiástica mais desenvolvida*, com ofícios, oficiais e formas de heresia mais características do início do segundo século. (5) *A teologia* expressa nas Pastorais difere bastante daquela do corpo paulino não-disputado e revela uma posterior e mais desenvolvida reflexão teológica sobre a tradição paulina anterior à luz de uma situação histórica em mutação.

Hans von Campenhausen enfatiza *o argumento cumulativo*:

> Não são os argumentos individuais contra a genuinidade [das Pastorais], por importantes que sejam, que são decisivos, mas é a convergência deles de uma forma completa e compreensiva, para a qual não há qualquer contra-argumento significativo. Esta convergência inclui o testemunho externo posterior e tendencioso, a estranheza e improbabilidade da descrição da vida íntima e exterior de Paulo, o conceito não-paulino da estrutura comunitária, a fala afável totalmente diferente. Acima de tudo, há uma alteração consistente no conteúdo, o qual na verdade está ligado a Paulo, porém de tal maneira a tanto continuar quanto a alterar o seu pensamento segundo as necessidades dogmáticas de um tempo posterior... na primeira metade do segundo século.[14]

12. H. Koester, *Einführung in das Neue Testament*, (New York: de Gruyter, 1980), trad. inglêsa, *Introduction to the New Testament*, (Berlin:1983), 2. 242-46.

13. Childs, *The New Testament as Canon*, 378-9.

14. Hans von Campenhausen, "Polykarp von Smyrna, und die Pastoralbriefe" (1951) em *Aus der Frühzeit des Christentums. Studien zur Kirchengeschichte des ersten und zweiten Jahruhunderts*, ed. H. von Campenhausen (Tübingen: J. C. B. Mohr [Paul Siebeck], 1963), 197-252: 200 e 201, citado em Childs, *The New Testament as Canon*, 379.

Efésios

Andrew T. Lincoln[15] entende que os seguintes pontos constituem razões suficientes para se descartar a autoria paulina de Efésios: (1) O *ponto de vista* do autor implícito é posterior ao do apóstolo Paulo - na tentativa de promover a autoridade do ensino paulino unindo-o ao dos "santos apóstolos e profetas", ao exagerar a humildade de Paulo como "o menor de todos os santos", ao reverenciar Paulo como a um dignitário, na ausência das tensões e lutas de Paulo, na ênfase à igreja universal e no papel dos ministros; (2) As *ênfases teológicas* do autor implícito são diferentes daquelas do apóstolo Paulo - a morte de Cristo e a teologia da cruz cedem ênfase para o senhorio cósmico do Cristo ressurreto e exaltado, a justificação pela graça mediante a fé em contraste com obras da lei cede lugar à salvação à parte do esforço humano, a distinção entre justificação presente e futura salvação é substituída por uma escatologia realizada, a eclesiologia que destaca a igreja una, santa, católica e apostólica reflete um estágio posterior a Paulo, a contínua importância do Israel étnico é coisa do passado; (3) Efésios exibe significantes *diferenças de linguagem e estilo* em relação à cartas paulinas não-disputadas - há palavras singulares a Efésios com maior afinidade com a literatura pós-apostólica, há combinações de palavras e frases singulares dentro do corpo paulino, o estilo argumentativo direto e incisivo foi substituído por um estilo mais pesado e pleonástico em que abundam o acúmulo de sinônimos, combinações genitivadas, sentenças longas, repetição de certas frases, ausência de conjunções e partículas; (4) *O relacionamento de Efésios com Colossenses* aponta decisivamente para a não autoria de Efésios - um seguidor de Paulo que teria usado Colossenses como base para a sua própria reinterpretação do evangelho paulino. Ele crê ainda que *o argumento cumulativo* é de grande peso: A questão não é se é *possível* que Paulo tenha escrito Efésios, mas se é *provável* que assim o tenha feito.

Colossenses

Brown[16] trata das seguintes razões para a rejeição da autoria paulina de Colossenses: (1) *Vocabulário* - embora alguns entendam que as diferenças com as cartas não-disputadas e a proximidade com Efésios apontem para a pseudonímia, E. P. Sanders[17] rejeita a autoria paulina por entender que Paulo não poderia ter citado quase *verbatim* passagens de 1 Tessalonicenses, 1 Coríntios e Filipenses; (2) *Estilo* - Dois grandes estudos em alemão chegaram a conclusões diferentes a respeito

15. A. T. Lincoln, *Ephesians*, lxii-lxix. Lincoln dá maior peso ao ítem (4).

16. Brown, *An Introduction to the New Testament*, 610-17.

17. E. P. Sanders, "Literary Dependence in Colossians" em *Journal of Biblical Literature* 85 (1966), 28-45.

da autoria paulina, E. Percy[18] a favoreceu, W. Bujard[19] a rejeitou; (3)*Teologia* - Os desenvolvimentos na cristologia, eclesiologia e escatologia são os principais argumentos contra a autoria paulina[20]; (4) *Ensino Falso* - alguns entendem que o debate contra a heresia (seja ela gnóstica, sincretística ou das religiões de mistério) faz mais sentido após a vida de Paulo. Para Brown há muita especulação aqui; (5) *Personagens e Situação* - Paulo estaria sendo idealizado como um santo[21], e os demais personagens e a situação criada refletiriam empréstimo posterior da carta a Filemon.

Pseudonímia nas Epístolas Gerais

1 Pedro

Brown[22] cita em ordem crescente de persuasão os seguintes argumentos em favor da pseudonímia em 1 Pedro: (1) A excelente qualidade do grego, exibindo um rico *vocabulário* e a *citação do AT da LXX* é improvável para um pescador galileu; (2) A carta é bastante *dependente da teologia paulina*[23] e isto não se enquadra com o histórico estranhamento entre os dois apóstolos; (3) A *perseguição* referida sugere cenário do segundo século; (4) A *organização eclesiástica* com presbíteros estabelecidos,

18. E. Percy, *Die Problem der Kolosser - und Epheserbrife*, (1946). Brown (*ibid.*, 610) menciona que o estudo detalhado de G. E. Cannon, *The Use of Traditional Material in Colossians*, (Macon: Mercer, 1983) favorece Paulo como escritor.

19. W. Bujard, *Stilanalytische Untersuchungen zum Kolosserbrief als Beitrag zur methodik von Sprachvergleichen*, (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1973).

20. O próprio Brown escreve: "É exagerada a alegação de que Paulo não poderia ter sustentado as opiniões cristológicas, eclesiológicas e escatológicas avançadas em Colossenses. Todavia em si mesmo o argumento teológico fortalece o caso contra Paulo ter escrito Colossenses." (*Ibid.*, 613). Guthrie (*Introduction*, 573-4) menciona três tipos de suposta evidência de catolicismo pós-paulino: (1) A idéia diferente de esperança comparada com as epístolas aceitas de Paulo [G. Bornkamm, "Die Hoffnung im Kolosserbrief - Zugleich ein Beitrag zur Frage der Echtheit des Briefe" em *Studien zum Neuen Testament und zur Patristik* (1961), 56-64; Também H. Conzelmann, *An Outline of the Theology of the New Testament*, trad. inglêsa, (1969), 314ss.]; (2) O alegado uso de uma confissão batismal [E. Käsemann, "A Primitive Christian Baptismal Liturgy" em *Essays on New Testament Themes*, Studies in Biblical Theology 41, (London: SCM, 1964), 159-168)]; (3) A alegação de que Epafras dá suporte à idéia de sucessão apostólica [W. Marxen, *Introduction to the New Testament*, (Philadelphia: Fortress Press, 1968)].

21. R. F. Collins, *Letters That Paul Did Not Write*, (Wilmington: Glazier, 1988), escreve: [o escritor foi] "um dos primeiros escritores cristãos a ter uma visão de Paulo, 'o apóstolo e mártir'" (p. 206).

22. Brown, *An Introduction*, 718-9.

23. Helmut Koester em sua *Introduction to the New Testament* (2, xi) trata 1 Pedro em conexão com o legado de Paulo e a transformação da teologia paulina em doutrina eclesiástica. Brown (*Ibid.*716-7) discute o assunto reconhecento a similaridade de formato, fraseologia e pensamento, porém dá destaque às diferenças significativas.

aparentemente apontados e assalariados, se encaixa melhor com o período posterior a Pedro; (5) "Pedro" ao invés de "Cefas" indica a mão de um discípulo *enfatizando a autoridade* implícita nessa designação simbólica; (6) *Demais circunstâncias* na carta apontam para uma data logo após o martírio de Pedro e a queda de Jerusalém.[24]

Tiago

Brown[25] destaca os seguintes argumentos a favor da pseudonímia nesta carta: (1) *Linguagem e estilo* - o grego fluente e eloquente apresentado num estilo polido (há pouca probabilidade de ser tradução de um escritor de língua materna semítica) e o uso da LXX ao invés da Bíblia hebraica tornam improvável que a carta tenha sido escrita pessoalmente por um aldeão de Nazaré; (2) *As relações com as tradições de Jesus e de Paulo* apontariam para uma data posterior a 62 AD (morte de Tiago); (3) *A estrutura eclesiástica* com ofícios de mestres e presbíteros sugere um cenário próximo ao final do primeiro século; (4) *A audiência* (cristianismo judaico/gentílico da diáspora) parece estar além da Palestina, o que seria mais provável após 70 AD. Martin Dibelius[26] considerou como decisivo o *argumento teológico*: o conceito um tanto liberal da lei na carta não se encaixa com o caráter conservador de Tiago em Gálatas e nos Atos dos Apóstolos.

Judas

Werner Georg Kümmel defende a pseudonímia de Judas e infere que ela estaria apoiada caso *a referência a Tiago* remontasse a um Tiago pseudônimo, e diz também: "Obviamente a epístola de Judas procura passar como obra escrita por esse irmão de Jesus".[27] Brown entende que o *estilo de argumentação* não exclui a autenticidade e a origem palestina, embora favoreça um pouco a pseudonímia, e diz que as *referências aos "apóstolos" e à "fé* que uma vez foi entregue aos santos" não podem provar embora favoreçam a pseudonímia visto indicarem uma data no último terço do primeiro século.[28]

2 Pedro

Defendendo a pseudonímia (quase universalmente aceita) desta carta, Richard J. Bauckham relaciona os seguintes argumentos: (1) *Linguagem* - a preferência do

24. J. H. Elliot no *The Anchor Bible Dictionary*, Vol. 5, (New York: Doubleday, 1992), 278, afirma: "Falando em nome de seu líder martirizado, este ramo petrino da família de Deus na 'Babilônia' assegura aos companheiros membros da mesma família dispersos pela Ásia Menor solidariedade no sofrimento, fé e esperança que unia a fraternidade cristã global."

25. Brown, *An Introduction*, 741.

26. M. Dibelius, *Commentary on the Epistle of James*, rev. por H. Greeven, (Hermeneia, 1975), 17-8.

27. W. G. Kümmel, *Introduction to the New Testament*, ed. rev., (Nashville: Abingdon, 1975), 428, 301.

28. Brown, *An Introduction* , 756-9.

escritor pela terminologia helenística indica um judeu fortemente helenizado, o que bem provavelmente descartaria Pedro como candidato; (2) *Gênero literário* - 2 Pedro se encaixa como "carta/testamento de Pedro", constituindo assim o veículo ideal usado pelo escritor pseudônimo para "recordar" aos leitores a mensagem apostólica, interpretando e defendendo os ensinos éticos e escatológicos dos apóstolos em face aos desafios de uma época pouco posterior a eles; (3) *Data* - as *relações literárias* revelam que 2 Pedro conhece as cartas paulinas (c. 50-60 AD), Judas (c. 50-60 AD), 1 Pedro (c. 60-65 AD ou 65-75 AD) e um apocalipse judaico (*Eldade e Modade*, c. 70-80 AD), revelam ainda contemporaneidade com *O Pastor de Hermas* (c. 80-100 AD), *2 Clemente* (c. 80-100 AD) e *1 Clemente* (c. 96 AD), por fim revelam que o *Apocalipse de Pedro* (c. 110-140 AD) e os *Atos de Pedro* (c. 180 AD) dependeram de 2 Pedro. Bauckham conclui: "Assim 3:4 somente nos habilita a datar 2 Pedro com considerável probabilidade c. 80-90 AD." [29] Datação até bem "conservadora" em relação às postulações mais avançadas!Ernst Käsemann, ao tratar da presença em 2 Pedro de características do que ele chama de "*catolicismo primitivo*", chegou a dizer:

> O que devemos dizer a respeito de uma Igreja, que, por estar tão preocupada em defender-se contra os heréticos, não mais distingue entre o Espírito e a letra; que identifica o Evangelho com a sua própria tradição e ainda, com uma visão de mundo religiosa e particular; que regula a exegese segundo o seu sistema de autoridade docente e torna a fé um mero assentimento aos dogmas da
> ortodoxia? [30]

A implicação lógica é que a igreja errou ao canonizar 2 Pedro, e Brown testifica: "...na verdade vozes radicais têm pedido a sua exclusão."[31]

Em geral são estas as razões apresentadas para a rejeição da autenticidade desses documentos e para a consequente alegação de sua pseudepigrafia.

Pressupostos e Problemas de Julgamento

Parece que as razões para a rejeição da autenticidade desses documentos do NT e para a consequente aceitação de sua pseudepigrafia são esmagadoras e conclusivas. Entretanto, se nos detivermos numa análise dos pressupostos por detrás dessas razões haveremos de identificar vários problemas de julgamento. É necessário reconsiderar os princípios críticos de julgamento e os pressupostos que os fundamentam.

Problemas na Abordagem de F. C. Baur

Com a sua original reconstrução histórica do cristianismo primitivo, F. C.

29. Bauckham, *Jude, 2 Peter*, 158.

30. E. Käsemann, "An Apologia for Primitive Christian Eschatology" em *Essays on New Testament Themes*, 169-95: 195.

31. Brown, *An Introduction*, 769.

Baur influenciou a tal ponto os estudos do NT que se reconhece que as suas idéias vieram a estabelecer a agenda para a erudição moderna.[32] Foi Baur também quem implementou de maneira decisiva a hipótese pseudepigráfica.[33] Moisés Silva menciona a proximidade entre reconstrução histórica e pseudonímia em Baur:

> Os dados das cartas aos Coríntios, entretanto, persuadiram Baur de que existiu um conflito fundamental entre Paulo e os outros apóstolos, especialmente Pedro, que representava o cristianismo judaico. Posterior pesquisa o levou a idéias mais radicais, tal como a sua conclusão de que a maioria das cartas atribuídas a Paulo são inautênticas.[34]

Baur entendeu haver diferenças radicais entre os relatos de Paulo e o de Lucas em Atos ao ponto de afirmar:

> A verdade histórica deve estar inteiramente de um lado ou inteiramente de outro. A qual lado ela pertence somente se poderá decidir aplicando-se a inconteste regra histórica de que a declaração com maior reivindicação de verdade histórica é aquela que parece estar mais livre de preconceito e em parte alguma denuncia um desejo de subordinar o seu material histórico a algum propósito subjetivo especial.[35]

Baur entendeu que Atos foi escrito com o propósito apologético de diminuir a distância entre Paulo e Pedro, e entendeu que ao fazer isso, o seu autor teria sacrificado a verdade histórica para harmonizar o paulinismo com a oposição judaico-cristã.[36]

Para uns Baur teria idealizado a sua reconstrução por ter adotado o esquema hegeliano,[37] para outros por causa do seu anti-sobrenaturalismo ou do seu preconceito contra a historicidade de Atos ou dos escritos do NT.[38] Sem descartar esses fatores, porém reconhecendo o papel essencial das pressuposições para a compreensão de

32. Ver Silva, "Historical Reconstruction", 123; W. G. Kümmel, *The New Testament: The History of the Investigation of Its Problems*, (Nashville: Abingdon, 1972), parte IV, tradução do alemão *Das Neue Testament: Geschichte der Erforschung seiner Probleme*, (München: Verlag Karl Albert Freiburg, 1958); Horton Harris, *The Tübingen School*, (Oxford: Clarendon, 1975) com 2a. ed., (Grand Rapids: Baker e Leicester: Apollos, 1990); Augustus Nicodemus G. Lopes ao comentar a idéia de Baur de um amplo antagonismo teológico entre o cristianismo paulino e judaico refletido em 1 Coríntios, diz: "Embora não explicitamente defendida pelos eruditos modernos, a idéia de Baur continua a informar em diferentes modos a atual erudição do NT", em *Paul as a Charismatic Interpreter of Scripture: Revelation and Interpretation in 1 Cor 2:6-16*, tese de Doutorado, Westminster Theological Seminary (1995), 92. Guthrie afirma: "A despeito do fato de muitas de suas [Baur] hipóteses terem sido abandonadas, os seus princípios críticos involuntariamente ainda afetam muitos julgamentos críticos" ("Development", 45).

33. Ver Guthrie, "Development", 45; Ellis, "Pseudonymity", 213-14.

34. Silva, "Historical Reconstruction", 122.

35. Baur, *Paul*, 1:5.

36. Ver Baur, *Paul*, 1:6, 8, 11, 12.

37. Ver Stephen Neil, *The Interpretation of the New Testament 1861-1961*, (London: Oxford University Press, 1964), 21, 27-28.

38. Ver Horton Harris, *The Tübingen School*, (1975), 251-256, 260.

informações, Silva indica ser mais frutífero focalizar a estreita rede de associações mentais que proporciona ao erudito uma significativa estrutura interpretativa, e arremata: "Está claro que, para Baur, uma vez estabelecida a tese geral, qualquer detalhe que pareça contradizê-la deve simplesmente ser ajustado a ela."[39] Baur esclarece:

> Não há limite para a disputa em pontos de detalhe. A possibilidade abstrata deste ou daquele detalhe nunca poderá ser refutada; mas este não é o modo pelo qual se descarta uma teoria histórica abrangente. Essa teoria apela para a sua ampla verdade geral, à qual os detalhes estão subordinados, e sobre a qual eles pendem: a coerência lógica do todo, a preponderante e íntima probabilidade e necessidade do caso, ao ela se imprimir calmamente na mente pensativa; e contra isto os interesses litigantes do dia mais cedo ou mais tarde cessarão de se fazer valer.[40]

Um outro pressuposto essencial para Baur foi considerar as cartas paulinas como livros de história:

> Os dois primeiros capítulos da epístola aos Gálatas formam um documento histórico da maior importância quanto ao verdadeiro ponto de vista do apóstolo e sua relação com os antigos apóstolos...É auto-evidente que, como o apóstolo mostra-se como uma testemunha ocular e como um ator em suas próprias lidas pessoais, somente a sua declaração deve ser tida como autêntica. (Baur, *Paul*, 1:104). As epístolas do apóstolo são assim o único documento autêntico para a história dos seus labores apostólicos, e de toda a relação na qual ele se encontrou em sua era. (1:245).[41]

Silva sumariza esse fator crucial que afetou determinantemente a reconstrução de Baur:

> Embora ele estivesse perfeitamente consciente de que elas [as cartas] foram escritas com um propósito totalmente diferente — atender problemas específicos — a ampla preocupação de Baur em preservar a integridade[42] pessoal de Paulo o impediu de perceber o caráter fragmentário e oblíquo do quadro histórico provido por essas cartas.[43]

39. Silva, "Historical Reconstruction", 124-5.

40. Baur, *Paul*, 1: vii. Silva (*Ibid.*, 386) adverte que esta tradução inglêsa toma algumas liberdades com o original.

41. Gerd Lüdemann (*Heretics*, 61-2) representa um típico bauriano contemporâneo: "... de Paulo nós possuímos documentos originais no sentido mais verdadeiro da palavra: em suas cartas nós ouvimos a sua própria voz...[as cartas] nos fornecem abundante informação sobre suas opiniões teológicas e um bom tanto sobre a sua vida memorável...As carta são suplementadas pelos Atos dos Apóstolos; apesar desta obra não ter sido escrita por uma testemunha ocular, ela está baseada em numerosas tradições antigas e confiáveis que *devem ser extraídas cuidadosamente* do texto de Atos...Atos é uma documentação de como um teólogo no final do primeiro século lidou com os conflitos do início: ele os harmonizou, colocou-os em ordem ou ficou calado em relação a eles, e tudo por assim dizer ficou limpo no sentido literal pelo curso da história da salvação. A distorção dos fatos históricos assim feita necessária por esses objetivos vai a tal ponto de que em Atos o próprio Paulo não é um apóstolo...ademais, a teologia atribuída a ele nos discursos - com algumas exceções - pouco tem a ver com o Paulo das cartas autênticas." Ênfase minha.

Por que motivo um grande número de eruditos tem rejeitado a tese de Baur de um partido monolítico de oposição a Paulo? Por que a Escola de Tübingen rapidamente se desintegrou? Silva conclui quanto à última questão: "[isso é] a mais clara evidência de que a maneira como Baur tratou com os fatos dificilmente pode ser considerada como objetiva - e isso totalmente independente do fato de Baur ter ou não uma teoria *a priori* ou de estar ou não consciente do seu ajustamento (forçado?) das peças no grande quadro."[44]

Podemos recapitular questionando as principais pressuposições de Baur: Ao polarizar radicalmente as diferenças entre Paulo e os demais apóstolos, não estaria Baur revelando uma tendência inadequada em seu julgamento das evidências, privilegiando determinados fatos e desprezando outros na construção do seu quadro amplo? Seriam as cartas paulinas fontes suficientes para a elaboração desse quadro geral? Teria Baur dado a devida atenção e feito justiça à natureza e propósito dessas epístolas ao usá-las para descartar dados "opostos" em Atos? Não teria Baur subordinado, abafado e desconsiderado indevidamente o testemunho contrário à sua tese geral?

Reconhece-se claramente uma circularidade no método de Baur: Uma seletividade específica na coleta e avaliação de dados leva à construção de um determinado quadro da situação histórica, essa visão geral se torna preponderante e induz a uma nova seletividade na avaliação de outros dados cujo peso é diminuido ou descartado de tal maneira que a tese geral é reforçada. É correto admitir-se um certo círculo hermenêutico pois ninguém pode interpretar qualquer coisa sem pressupostos ou

42. Silva exemplifica (*Ibid.*, 387): Baur afirma que "o caráter histórico do autor [de Atos] só pode ser mantido ao custo do caráter moral do apóstolo" (*Paul*, 1:11). E novamente: "Todas as tentativas para reconciliar" Atos 15 com Gálatas 2 resultam em "imputar ao apóstolo o que só pode resultar desvantajoso para o seu caráter" (1:105).

43. Silva, *Ibid.*, 128. J. B. Lightfoot escreveu em "St. Paul and the Three" em *The Epistle of St. Paul to the Galatians*, 1865, reimpressão, (Grand Rapids: Zondervan, 1962), 292-374: 346, 349: "O próprio *São Paulo* se encontra tão claramente refletido em seus próprios escritos, que uma visão distorcida de sua vida e doutrina são devidas somente à visão defeituosa. Porém, as nossas primeiras impressões precisam ser corrigidas, ou antes, suplementadas por uma consideração posterior. Se o vermos principalmente como o campeão da liberdade dos gentios, como o constante antagonista do judeu e do judaizante, estaremos prontos para esquecer que o seu caráter possui também um outro lado. Por nascimento e por educação ele era um hebreu de hebreus, e as tradições e sentimentos da sua raça o prenderam até o fim num honroso cativeiro." Lightfoot admite que o tom da narrativa de Atos "difere um tanto do tom das epístolas," porém a razão está em que as epístolas foram "escritas no calor do conflito, escritas para refutar antagonistas inescrupulosos e para proteger contra erros perniciosos." Em poucas palavras: "A linguagem de São Paulo não poderia dar um quadro completo de suas relações com os apóstolos e com a igreja da circuncisão."

44. Silva, *Ibid.*, 130.

pré-compreensão.[45] Entretanto quando um juízo (subjetivo?) estranho aos dados começa

a manipulá-los de tal forma a alterar-lhes a configuração natural a tal ponto em que parte desses dados precisam ser desprezados, deve-se desconfiar de todo o processo.[46]

Silva reconhece que uma teoria científica não é necessariamente invalidada pela existência de dados contraditórios. Para ser invalidada seria necessário uma teoria alternativa com maior poder para explicar os fatos.[47] Porém lamenta: "E ainda alguém poderia perguntar - com uma justificável dose de frustração - que, segundo a aplicação radical desse método por Baur, os fatos parecem valer muito pouco."[48]

A subjetividade no trato com os dados históricos é evidente nos princípios expostos por Baur para rejeitar a carta aos Filipenses: (1) Baur *idealizou Paulo de forma que este não poderia repetir-se* a si mesmo: Filipenses "se caracterizava bem marcadamente por repetições monótonas daquilo que já havia sido dito, por uma ausência de qualquer conexão profunda e perfeita de idéias, e por uma certa pobreza de pensamento." O testemunho pessoal do cap. 3 "não passa de uma imitação da passagem em 2 Coríntios 11:13s.." [49] (2) Baur também *penetrou na mente do imitador*: pareceu ao escritor que "era de se esperar do apóstolo que falasse muito de si mesmo.....Assim ele concluiu que não poderia fazê-lo falar tão modesta, dócil e depreciativamente de si mesmo."[50] (3) *Baur padronizou a linguagem e o estilo do apóstolo*: "Um autor escrevendo em nome do apóstolo evidentemente estava obrigado a escrever no estilo paulino, porém

45. Johnson afirma em *Letters to Paul's Delegates*, vii: "No caso dos escritos do NT, o processo [de reconstrução histórica] envolve uma inevitável circularidade, pois a informação a respeito do contexto é frequentemente derivada dos próprios documentos que o contexto é então solicitado a interpretar."

46. Silva (*Ibid.*, 133) recomenda: "Uma dependência inteligente para com a autoridade das Escrituras, somada à sensibilidade quanto ao seu verdadeiro caráter e propósito, produz a melhor prescrição para uma reconstrução histórica responsável."

47. Silva (*Ibid.* 386) nos remete a Thomas S. Kuhn, *The Structure od Scientific Revolutions*, 2a. ed., (Chicago: University of Chicago Press, 1970), esp. cap. 6. Também se deve notar David Hollinger, "T. S. Kuhn's Theory of Science and Its Implications for History" em *Paradigms and Revolutions: Appraisals and Applications of Thomas Kuhn's Philosophy of Science*, ed. Gary Gutting, (Notre Dame: University of Notre Dame, 1980), 195-222. No mesmo artigo Silva aponta como satisfatória a alternativa à teoria de Baur oferecida por J. B. Lightfoot em "St. Paul and the Three", alternativa que é considerada por muitos como a refutação definitiva da Escola de Tübingen. Silva reclama do desprezo nos comentários críticos de Atos às evidências propiciadas pelas pesquisas de William M. Ramsay, *The Bearing of Recent Discovery on the Trustworthiness of the New Testament*, (1915, reimpressão, Grand Rapids: Baker, 1979), evidências que apontam para a veracidade histórica de Atos dos Apóstolos.

48. Silva, *Ibid.*, 125.

49. Baur, *Paul*, 53, 54

50. Baur, *Paul*, 74.

a linguagem da epístola denuncia o imitador em muitos lugares."[51] É bom salientar que essa subjetividade ficou reconhecida e denunciada pela erudição moderna ao esta aceitar a carta aos Filipenses como paulina autêntica!

Falácias Históricas e de Pressupostos

Donald Carson nos adverte contra a falácia de se enfatizar demais reconstruções históricas especulativas da história judaica e cristã no primeiro século na exegese do NT. Ele esclarece que a erudição traçou uma rede de trajetórias teológicas para explicar como a igreja mudou sua linha de pensamento ao longo do tempo e de um lugar para outro:

> Outrora, a igreja era "entusiástica" e carismática; então, fixou-se no "catolicismo primitivo" com suas estruturas, hierarquias, palavras rituais e credos. No passado, ela ansiava pela volta iminente de Cristo, apenas para ser forçada por Sua contínua ausência a construir a teoria de uma *parousia* demorada e a conscientizar-se da longa distância a ser percorrida. Começou em um contexto judaico chamando Jesus de Messias, e terminou em um contexto gentio chamando Jesus de Senhor e atribuindo-Lhe divindade.[52]

Carson reconhece muita verdade nessa reconstrução pois o próprio livro de Atos demonstra como a igreja se debateu com a questão da admissão dos gentios, da lei mosaica e da adaptação do evangelho ao contexto gentílico. Entretanto, reclama:

> A reconstrução da história da igreja defendida por muitos eruditos bíblicos vai muito além e conclui, por exemplo, que as referências aos presbíteros em Atos e nas epístolas pastorais provam que esses documentos são posteriores, porque os presbíteros pertencem ao período "católico primitivo" da igreja. Frequentemente os documentos do Novo Testamento são comprimidos nessa história reconstruída e avaliados de acordo com ela.[53]

Carson nos lembra corretamente que, à parte do NT, pouco acesso temos à história da igreja primitiva em seu primeiros anos. Ele entende ser admissível uma certa reconstrução especulativa para preencher lacunas deixadas por evidências insuficientes, porém adverte contra a falácia metodológica de se usar tais especulações para minar grande parte da única evidência que se tem.

> Se um estudioso sente que parte da evidência não é digna de confiança ou ilusória, então os cânons da erudição fornecem-lhe todas as possibilidades de propor uma argumentação a fim de descartar tal evidência; mas é uma falácia pensar que reconstruções teóricas têm alguma força para derrubar a evidência. Para um erudito que desconsidera certa parte de uma evidência

51. Baur, *Paul*, 78.

52. D. A. Carson, *A Exegese e Suas Falácias - Perigos na Interpretação da Bíblia*, trad. do original inglês *Exegetical Fallacies*, (Grand Rapids: Baker, 1984), por Valéria Fontana, (São Paulo: Vida Nova, 1992), 120.

53. *Ibid.*, 120.

> é muito sábio elaborar a melhor defesa possível para essa avaliação e então admitir que não sabe o que de fato aconteceu historicamente ou mesmo arriscar alguma suposição cautelosa sobre o que aconteceu, em vez de tentar usar a especulação em si como ponto de apoio para descartar a evidência.[54]

Carson atribui a esta falácia metodológica grande parte das divisões entre eruditos conservadores e liberais e afirma não ver possibilidade de avanço substancial caso esta questão não seja tratada. E finaliza: "Ainda pior é o fato de tal reconstrução histórica livre muitas vezes estar ligada às abordagens mais extravagantes a fim de formular críticas que geram obras duplamente livres."[55]

Problemas na Abordagem Pseudepigráfica às Pastorais

Examinemos agora a repetição desses princípios falaciosos na atualidade. Focalizaremos os problemas relativos aos argumentos contra a autenticidade das Pastorais.[56] Esta análise poderá servir para a eventual identificação de falácias nas demais atribuições de pseudonímia no NT.

A Problemática do Agrupamento

Ao se tratar as Pastorais como um grupo surgem várias distorções: (1) As caracterizações do grupo são tiradas das evidências apresentadas em cada carta e então (impropriamente) aplicada a cada uma delas por igual, mesmo que determinada carta possua pouca evidência daquela característica. Alguns exemplos: a elaborada ordem eclesiástica atribuída às Pastorais não possui qualquer sinal em 2 Timóteo e muito pouco em Tito; discute-se acerca dos "oponentes nas Pastorais" apesar do perfil distinto da oposição em cada carta.[57] (2) Essas generalizações obscurecem as distinções entre as cartas e fortalecem a percepção delas como uma produção literária singular. Como consequência, aumenta-se o senso de distância para com as paulinas não-disputadas e faz-se com que a decisão pela inautenticidade recaia sobre o conjunto das Pastorais. Apesar de ser comum descartar-se logo de início o tratamento em separado de cada uma delas como produção literária distinta,[58] R. Brown observa: "há uma crescente insistência em que, pelo menos, 2 Timóteo

54. *Ibid.*, 121.

55. *Ibid.*

56. Devo principalmente a Johnson, *Letters to Paul's Delegates*, as análises desta secção.

57. Johnson (*Ibid.*, 7) menciona como exemplo: C. Spicq, *Les Epîtres Pastorales*, (Paris: Gabalda, 1969), 85-119; N. Brox, *Die Pastoralbriefe*, Regensburger Neues Testament, (Regensburg: F. Pustet, 1969), 31-42; W. Lock, *A Critical and Exegetical Commentary on the Pastoral Epistles*, International Critical Commentary, (New York: T. & T. Clark, 1924), xvi-xviii.

58. Johnson (*Ibid.*, 7) observa que a produção simultânea das Pastorais é fundamental para a teoria de, por exemplo, P. Trummer, "Corpus Paulinum - Corpus Pastorale: zur Ortung der Paulustradition in der Pastoralbriefen", em *Paulus in den neutestamentlichen Spätschriften*, editado por K. Kertelge, 122-45. Quaestiones disputatae, no. 89, (Freiburg: Herder, 1981).

mereça uma consideração em separado."[59] Este ponto se sobrepõe ao próximo.

Reconstruções Artificiais

O contraste entre as Pastorais e o "Paulo autêntico" em geral baseia-se em reconstruções artificiais em ambos os extremos. A comparação não é feita com cada uma dessas cartas e o restante das paulinas, mas sim com um retrato construído de forma desigual à partir das três cartas, por um lado, e uma reconstrução do "Paulo autêntico", por outro. Dessa maneira são desconsideradas as reais diferenças entre as três cartas.[60] Caso se chegasse a mostrar, com certa probabilidade, a autenticidade de 2 Timóteo, ficariam esfaceladas as atuais explicações dadas pela posição majoritária para a aparição e função das Pastorais, pois tais teorias precisam insistir na inclusão das três nesse pacote pseudepigráfico.

O Uso Seletivo dos Dados

Os defensores da hipótese pseudepigráfica tendem ao uso seletivo dos dados, ou seja, no caso das Pastorais, por exemplo, enfatizam elementos tidos como não-paulinos e desprezam ou diminuem o peso dos seguintes dados que sugerem continuidade com Paulo: o desejo de Paulo pela boa ordem, o uso de seu exemplo como padrão para imitação, o modo como se fazia representar por meio dos seus delegados perante as igrejas locais, as suas opiniões sobre o papel das mulheres na igreja, a defesa do casamento e da ordem da criação, sua insistência em limites firmes, sua preocupação com a reputação da comunidade, sua hostilidade para com os oponentes, sua ênfase no poder transformador da graça divina, sua expectativa de que a liderança local exercesse suas funções e fosse respeitada, etc. Ao se decidir pela autenticidade ou não dessas car-tas, tais elementos não podem ser simplesmente ignorados ou adaptados forçadamente a uma teoria pseudepigráfica, antes eles precisam ser levados seriamente em consideração.

Presunções Literárias Ingênuas

A idéia de pseudonímia como ficção transparente no movimento cristão continua a ser defendida apesar de se ter provado que isso é apenas um pressuposto que precisa ser seriamente questionado.61 No caso de Paulo, cuja cartas foram específicas e circunstanciais, há evidência de que a pseudonímia paulina não seria aceita acriticamente (ver 2 Tessalonicenses 2:2). Se as Pastorais forem datadas entre 100 e 150 AD, a pronta aceitação na ampla comunidade parece contradizer a evidência que

59. Brown, *An Introduction*, 639.

60. Johnson (*Ibid.*, 22) observa que Y. Redalié em *Paul après Paul: le temps, le salut, le morale selon les epîtres à Timothée et à Tite*, (Genebra: Labor et Fides, 1994), 18, se refere às descrições das diferenças feitas por J. Murphy-O'Connor em "2 Timothy Contrasted with 1 Timothy and Titus" em *Revue Biblique* 98 (1991), 403-10, porém nunca discute as implicações que estas diferenças poderiam ter para a sua teoria de construção literária unitária.

61. Com vimos no capítulo anterior. Ver também Metzger, "Literary Forgeries", 12-16.

temos desse período. Enquanto as Pastorais aparecem em todas as listas canônicas da antiguidade62 (exceto na de Marcião por motivos doutrinários), outras produções atribuídas a Paulo (3 Coríntios, Aos Laodicenses, Paulo e Sêneca) ou tratando dele (Atos de Paulo e Tecla) foram rejeitadas. As cartas de Paulo desde muito cedo parecem ter sido conhecidas como um corpo, como sugere 2 Pedro 3:16, se bem que a data desta última é bastante disputada.

Clemente em 96 AD manifesta consciência da distância entre a sua era e a dos apóstolos ao se referir a 1 Coríntios (47:1-7). Inácio em c. 115 AD alude às cartas paulinas e distingue claramente entre a autoridade dos apóstolos e a sua própria, entre a era apostólica e a sua (*Aos Efésios 12:2: Aos Romanos 4:3*). Policarpo, após a morte de Inácio, escreve *Aos Filipenses* citando (em 4:1) 1 Timóteo 6:7 e 6:10 numa sequência de textos extraídos das cartas paulinas. A opinião de Dibelius/Conzelmann[63] de que Policarpo e as Pastorais citam uma tradição comum não faz justiça à estrutura literária de Policarpo e ao seu palavreado específico, o qual é mais próximo na relação entre Policarpo e as Pastorais do que em qualquer outro paralelo. Essa datação deve levar em consideração que Tertuliano (*Adversus Marcionem* 5:21) escreveu que Marcião "rejeitou" (*recusavit*) as Pastorais; o que indica que elas já estavam disponíveis para serem rejeitadas em virtude do ensino que desagradava a Marcião.

O Contexto Social da Composição

A hipótese pseudepigráfica tem falhado em prover um contexto social satisfatório para a composição das Pastorais. Mesmo que as motivações sugeridas — a reabilitação de Paulo, a domesticação de sua tradição ou ainda a superação de uma crise de gerações — façam sentido, o processo da composição e as circunstâncias prováveis da disseminação não têm sido explicadas a contento. A hipótese de Policarpo implicaria numa falsificação deliberada e não se encaixaria com o que conhecemos de seu caráter. Ademais, tal artifício dificilmente funcionaria numa época em que Paulo era figura controversa e Marcião questionava a autenticidade de parte de suas cartas. E se Policarpo sabia recorrer ao apoio e à autoridade de Paulo para suas instruções bastante semelhantes às das Pastorais, que necessidade teria ele de forjar estas cartas?

Há também sérias limitações para a hipótese da escola paulina. Que evidência há da existência de tal escola após a morte do apóstolo *à parte dos próprios documentos em questão?* Há muito mais evidência de que os discípulos de Paulo teriam atuado em sua correspondência enquanto ele vivia, do que evidência de que teriam produzido cartas em seu nome após a sua morte. Os paralelos literários de escolas retóricas são tão divergentes em propósito e função que não convencem. Ademais, se cartas autênticas de Paulo estariam sendo imitadas por seus discípulos, por que foram

62. A ausência das Pastorais no papiro 46 (c. 200 AD) provavelmente se deve à distinção entre cartas enviadas às igrejas e cartas a indivíduos, pois Filemon também não aparece.

63. M. Dibelius e H. Conzelmann, *The Pastoral Epistles*, ed. por H. Koester, trad. P. Buttolph e A. Yarbro, Hermeneia, (Philadelphia: Fortress Press, 1972), 2, 84-86.

escritas cartas aos delegados de Paulo, para as quais não havia protótipo?

Variedade na Composição

Em geral não se tem levado em conta a variedade nas Pastorais, ou seja, que cada carta é dirigida a uma situação internamente consistente, porém inconsistente em relação à situação endereçada nas duas outras cartas. Um pseudepigrafista teria que ter uma tal habilidade para representar a psicologia de um prisioneiro solitário, criar a verossimilhança de uma igreja estabelecida (Éfeso) e de uma recém-formada (Creta), criar o quadro da oposição apropriada a cada circunstância, dar instruções adequadas a cada distinta situação e ainda não possuir a habilidade para imitar mais convincentemente os modelos paulinos usados para imitação. Johnson completa: "Não estou sugerindo que estes problemas não possam ser respondidos. É o fracasso até mesmo em reconhecer que sejam problemas, ou em tratá-los com um sério exame das evidências, que torna o presente estado da erudição sobre as Pastorais tão desanimador."[64]

Testes de Autenticidade Falaciosos

A discussão da autenticidade das cartas paulinas tem em geral operado com pre-missas cada vez mais questionadas como simplistas e desorientadoras. Johnson argumenta que os vários critérios usados — a colocação na carreira de Paulo, o estilo, o desenvolvimento da ordem eclesiástica, a consistência de pensamento — são baseados num modelo anacronístico de autoria.[65] Johnson ressalta que a imagem de Paulo como um correspondente solitário é falsa. A composição de todas as cartas paulinas é muito mais complexa do que às vezes se reconhece. Suas cartas foram frequentemente co-patrocinadas ou ditadas, e usaram tradições comunitárias. Há traços do estilo helenista de ensino chamado *diatribe* bem como do modo judaico de interpretação chamado *midrash*, o que sugere um contexto social de um professor tratando de matérias com seus discípulos. Johnson entende ser razoável supor que mais mãos e mentes estiveram ativas na produção de todas as cartas do que apenas Paulo isoladamente.

Johnson argumenta que critérios específicos como o estilo (dicção, estrutura da sentença, uso de partículas, citação das Escrituras) fariam sentido caso as cartas não-disputadas de Paulo demonstrassem uniformemente um modo único de expressão ou fossem um derramar espontâneo de uma consciência individual. Porém, Johnson salienta que as não-disputadas variam amplamente em seu estilo. Salienta ainda que o ideal romântico de que "o estilo é a pessoa" era desconhecido na antiguidade e que, no mundo de Paulo, o ideal retórico era a *prosopopoiia*, ou seja, quer em drama, em narrativas ou discursos buscava-se "escrever a caráter", um ideal que se aplicava igualmente à escrita de cartas.[66] Os manuais de retórica como o do Pseudo-Demétrio

64. Johnson, *Letters to Paul's Delegates*, 26

65. *Ibid.* 6.

66. Ver S. K. Stowers, "Romans 7:7-25 as a Speech in Character (*prosopopoiia*)" em *Paul in His*

ou do Pseudo-Libânio fornecem vários modelos de carta-padrão apropriados a diferentes situações e relações sociais.[67] Johnson arremata: "Estilo, nos tempos de Paulo, era antes uma expressão de presença social do que expressão do ser interior. Em escritores de talentos diferentes como o evangelista Lucas e o satirista Luciano, podemos observar a fácil manipulação múltipla de estilos."[68]

Argumentos Questionáveis

O Argumento Histórico - O enquadramento das Pastorais dentro do ministério de Paulo é, sem dúvida, de extrema dificuldade. Porém, devemos reconhecer que nem Atos nem as demais cartas nos fornecem um relato completo do ministério do apóstolo. Assim como 2 Coríntios 11 nos fala de aprisionamentos não registrados em outra parte, em Tito temos a sua missão em Creta. O ministério na Dalmácia, mencionado em 2 Tm 4:10, é confirmado em Rm 15:19. Portanto, é questionável afirmar a presença de anacronismos, contradição das evidências da fontes, etc. Ademais, há dificuldades também em se encaixar cartas não-disputadas como Gálatas, Filemom e Filipenses.

O Argumento do Estilo - Os estudos estatísticos de vocabulário não conseguem[69] dar conta da insuficiência da amostra e da ampla variabilidade no corpo paulino não-disputado.[70] Os estudos de vocabulário não reconhecem a influência de fatores tais como a distinção de tema e o ideal estilístico da *prosopopoiia*. Deve-se perguntar o quanto do estilo de Gálatas, Romanos e 1 Coríntios é devido ao uso do modo diatribal. Caso as Pastorais sejam constrastadas com 1 Tessalonicenses ou Filipenses, o contraste não será tão grande.

A mistura de elementos "paulinos" e "não-paulinos" levou à teoria fragmentária.[71] Entretanto, pouca atenção tem sido dada ao modo em que elementos considerados "não-paulinos" tendem a se aglomerar precisamente naqueles lugares onde as Pastorais lidam com assuntos que não são considerados nas cartas não-disputadas. Deve-se também salientar que ninguém na igreja antiga disputou a autenticidade das Pastorais com base no estilo, tempo em que não faltava crítica ao diferente estilo de Hebreus.

O Argumento da Estrutura Eclesiástica - Johnson[72] resume a questão nos

Hellenistic Setting, ed. T. Engberg-Peterson, (Minneapolis: Fortress Press, 1995), 180-202.

67. Ver A. J. Malherbe, "Ancient Epistolary Theory" em *Ohio Journal of Religious Studies* 5 (1977), 3-77.

68. Johnson, *Ibid.*, 6, 7.

69. Por exemplo, K. Graystone e G. Herdan, "The Authorship of the Pastorals in the Light of Statistical Linguistics" em *New Testament Studies* 6 (1959-60), 1-15; Também D. Cook, "The Pastoral Fragments Reconsidered" em *Journal of Theological Studies* 35 (1984), 120-31.

70. Ver T. A. Robinson, "Graystone and Herdan's 'C' Quantity Formula and the Authorship of the Pastorals" em *New Testament Studies* 30 (1984), 282-88.

71. Ver, por exemplo, P. N. Harrison, *The Problem of the Pastoral Epistles*.

72. Johnson, *Letters to Paul's Delegates*, 14-19.

seguintes pontos:

(1) É incorreto falar da ordem eclesiástica das Pastorais. Não há nada disso em 2 Timóteo e o pouco mais que temos em Tito não se compara com o que encontramos em 1 Timóteo.

(2) Os elementos organizacionais mencionados (*não* definidos ou descritos) em 1 Timóteo estão longe de serem elaborados. Eles não se aproximam da estrutura hierárquica encontrada em Inácio. Antes, a estrutura simples que podemos reconstruir com base nos dados de 1 Timóteo se assemelha à estrutura sinagogal do judaismo da diáspora, a qual por sua vez se assemelhava à organização encontrada no *collegia* greco-romano. Tal estrutura estava claramente acessível aos cristãos no ministério de Paulo e não requeria um longo período de desenvolvimento interno para vir à luz.

(3) A estrutura organizacional em 1 Timóteo e Tito não recebe qualquer legitimação. Ela não é teologicamente defendida ou interpretada; não há nada "sagrado" a seu respeito. Na verdade, as várias posições e funções parecem inteiramente práticas e quotidianas.

(4) As cartas, de fato, não prescrevem mas antes presumem uma certa organização ou ordem. Não há descrição dos trabalhos. Pelo contrário, há uma preocupação com as capacitações mentais e morais daqueles que haverão de ocupar certas posições já estabelecidas. Não há nada que sugira a *criação* de uma estrutura eclesiástica. As referências casuais sugerem antes que os leitores já estivessem cientes das realidades acerca das quais o autor fala.

(5) O senso comum e a sociologia confirmam a validade da observação de que grupos intencionais se movem progressivamente à partir de estruturas simples para mais elaboradas, e até mais legitimadas. Mas isso não significa que para tal desenvolvimento se requera décadas. A análise de comunidades tem mostrado que elas não podem sobreviver mais que poucos anos sem fortes limites, mecanismos de tomada de decisão e controle social.[73] Mesmo comunidades carismáticas são altamente estruturadas. "Quando a produção das Pastorais após um século da morte de Paulo é atribuída a uma nova necessidade por estrutura, temos aí uma determinada forma de fantasia sociológica."[74]

(6) Uma atenção maior às cartas não-disputadas de Paulo revelam não somente que ele se refere por nome aos mesmos ofícios que aparecem em 1 Timóteo e Tito (bispos e diáconos em Fp 1:1; uma mulher diaconisa(?) em Rm 16:1), mas que ele está muito mais preocupado com a presença e o reconhecimento de figuras de autoridade nas igrejas locais do que se imagina (ver Rm 12:8; 1 Co 6:2-6; 12:28; 16:15-17; Gl 6:6; Cl 4:17; 1 Ts 5:12; Fp 4:3). A idéia de que as comunidades paulinas existiram, mesmo durante a vida de Paulo, como corpos flutuantes de atividade carismática é totalmente contrário às evidências.

73. Ver R. Kantor, *Community and Commitment*, (Cambridge: Harvard University Press, 1973); Também W. Kephart, *Extraordinary Groups: The Sociology of Unconventional Life-Styles*, (New York: St. Martin's Press, 1976).

74. Johnson, *Letters to Paul's Delegates*, 15-16.

(7) Os elementos de ordem eclesiástica encontrados em 1 Timóteo e Tito estão muito mais próximos da ordem encontrada nas cartas não-disputadas de Paulo do que da estrutura eclesiástica encontrada nas cartas de Inácio de Antioquia. Quanto a isso, os dados se assemelham àqueles em Paulo mais do que àqueles encontrados nos escritos da comunidade de Qumran, onde, à época de Paulo, havia uma rígida estrutura hierárquica, a qual era altamente legitimada teologicamente.[75]

(8) Os elementos de organização e ordem que encontramos em 1 Timóteo e Tito podem ser explicados não necessariamente pela passagem de tempo ou pelas novas circunstâncias, mas pela natureza das composições e pela identidade dos endereçados, os quais eram delegados de Paulo às igrejas locais.

O Argumento Sobre os Oponentes - A referência à *antitheses* e *gnosis* em 1 Timóteo 6:20 levou muitos eruditos[76] a identificar os oponentes com Marcião e o gnosticismo do segundo século. Entretanto, o problema não é assim tão simples. Não é evidente que os termos em 1 Timóteo 6:20 tenham uma referência assim tão específica. Também está em aberto a questão se as três cartas fazem oposição aos mesmos mestres e ensinos, visto que a combinação dos elementos (a ressurreição já passada, 2 Tm 2:17-18, a proibição do casamento e de certas comidas, 1 Tm 4:3, o asceticismo físico, 1 Tm 4:8, preocupação com a lei, 1 Tm 1:7; Tt 3:9, a prática da circuncisão e regulamentos sobre pureza, Tt 1:10, 15) não se encaixa com o perfil de heresias conhecidas. Tomados separadamente, cada um desses elementos pode ser rastreado até o próprio ministério de Paulo (p. ex., 1 Co 7:1; 8:1-13; 15:17-19; Gl 4:8-10; Cl 2:20-22).

Afirma-se também que a resposta aos oponentes é diferente daquela reação característica do Paulo genuíno. Diz-se que ela se baseia mais em polêmica do que em refutação lógica. Entretanto, não é este o caso visto que 1 Timóteo tem quatro casos de refutação teológica (1:8; 4:3-5, 7-8; 6:5-10), e também o Paulo "genuíno" é capaz de invectivas contra mestres rivais (p. ex., 2 Co 11:13-15; Gl 5:12; 6:13; Rm 16:17-18; Fp 3:2, 18-19). "O que é distintivo nas Pastorais é a quantidade de material polêmico que elas usam, o seu caráter estereotipado, e, acima de tudo, sua função literária em 1 e 2 Timóteo."[77]

O Argumento do Ensino Teológico e Moral - A presença de temas, usos e ênfases diferentes em questões teológicas e morais não elimina necessariamente a autoria paulina. "O debate por esse caminho não leva a conclusão alguma."[78] Johnson afirma: "deve-se enfatizar que virtualmente cada um desses aspectos pode ser igualmente encontrado nas cartas não-disputadas, mas não na mesma combinação

75. Ver B. Reicke, "The Constitution of the Early Church in the Light of Jewish Documents" em *The Scrolls and the New Testament*, ed. Krister Stendahl, (New-York: Harper and Row, 1957), 143-56.

76. Por exemplo, Walter Bauer, *Orthodoxy and Heresy in Earliest Christianity*, 222-28.

77. Johnson, *Letters to Paul's Delegates.*, 13.

78. D. Carson, D. Moo, L. Morris, *Introdução ao Novo Testamento*, 402.

ou concentração, e é aí que jaz a diferença que deve ser julgada."[79] Johnson argumenta que nos últimos vinte anos tem-se reconhecido a semelhança de Paulo com o moralista ao usar muitas técnicas e algumas perspectivas dos mestres de moral greco-romanos.[80] Mesmo que também aqui haja ênfases diferentes nas Pastorais, entretanto, "é possível encontrar cada um desses elementos nas cartas não-disputadas, senão no mesmo grau e distribuição."[81]

Johnson entende não ser necessário atribuir estas diferenças à idade avançada de Paulo[82] ou a ajustamentos em uma geração posterior. Não se deve concluir pelo tom mais "grego" das Pastorais que Paulo não possa ter assim se expressado, pois também em 1 Tessalonicenses, Filipenses e Filemon não encontramos o "distintivo linguajar bíblico" concentrado em Gálatas e Romanos.

> A "voz" de Paulo em cada uma das suas cartas é muito afetada pelo tema tratado, pela audiência, pelas tradições que emprega e pelas convenções literárias requeridas pelas circunstâncias. Será que os mesmos fatores não ajudariam a explicar a distinta combinação de ênfases teológicas e morais nessas três cartas aos seus delegados? Será que o fato de Tito e Timóteo terem parcialmente formação grega, e de ambos exercerem o papel de mestres nas igrejas paulinas, não nos ajudaria a localizar o tipo de linguagem e a escolha de temas encontrados nas cartas que afirmam terem sido escritas a eles? Como Paulo haveria de falar e escrever aos seus associados mais helenisticamente educados?[83]

A Ditadura do Gênero Literário

Lida como *testamento* ou *discurso de despedida*, 2 Timóteo tenderá a exigir a presunção de pseudonímia. Todavia 2 Timóteo encaixa-se muito melhor como *carta parenética*, forma disponível a Paulo. Semelhantemente, se 1 Timóteo e Tito forem classificadas como *ordem eclesiástica*, um desenvolvimento posterior a Paulo parecerá necessário. "Se, entretanto, elas forem vistas se encaixando melhor à forma de uma *carta mandato*, esse gênero também com certeza estava disponível nos dias de Paulo."[84]

79. Johnson, *Letter to Paul's Delegates*, 17.

80. Ver especialmente A. J. Malherbe, *Paul and the Popular Philosophers*, (Minneapolis: Fortress Press, 1989).

81. Johnson, *Ibid.*, 18.

82. Johnson, *Ibid.*, 18. Assim também A. J. Malherbe, "Paulus Senex" em *Restoration Quarterly* 36 (1994), 197-207.

83. Johnson, *Ibid.*, 18. Johnson desenvolve (26-32) detalhadamente estes seus argumentos, e nos remete também, quanto ao papel exercido pelos delegados no ministério de Paulo, a M. M. Mitchell "New Testament Envoys in the Context of Greco-Roman Diplomatic and Epistolary Conventions: The Example of Timothy and Titus" em *Journal of Biblical Literature* 111 (1992), 641-62.

84. Johnson, *Ibid.*, 32.

Uma Posição Conveniente?

Arthur G. Patzia admitiu o caráter hipotético e de conveniência da suposta pseudonímia no NT. Ele reconheceu que esta hipótese está edificada sobre muitas pressuposições, as quais, por sua vez, precisam ser reexaminadas detalhadamente.Ele listou as seguintes áreas que estão a exigir maior investigação:

> 1. A questão da autoria. Mesmo que este assunto não venha a ser resolvido de modo satisfatório a todos, os proponentes da hipótese deutero-paulina precisam examinar muito cuidadosamente a sua alternativa à autoria paulina.
> 2. O princípio do catolicismo primitivo. Muito da hipótese deutero-paulina repousa sobre o pressuposto de que a literatura deutero-paulina reflete a característica do catolicismo primitivo. Este princípio carece de reexame à luz da recente crítica levantada contra ele.
> 3. É preciso um amplo estudo de crítica da redação para Paulo.
> 4. As próprias epístolas deutero-paulinas precisam ser examinadas mais acuradamente quanto às suas similaridades e diferenças.
> 5. Muitas das objeções à hipótese deutero-paulina precisam ser levadas a sério. Enquanto muitas delas se relacionam com a questão da autoria e com o catolicismo primitivo, precisamos questionar se o tipo de reconstrução sugerida pelos proponentes da hipótese deutero-paulina possui menos problemas do que as teorias existentes que procuram fazer sentido à partir das dificuldades que cercam a vida do apóstolo e sua atividade literária. Muitos continuam perplexos a respeito das muitas alusões pessoais a Paulo e às circunstâncias em torno de sua vida bem como do elogio a certas pessoas nessas cartas, por exemplo, a referência à capa, livros e pergaminhos em 2 Tm 4:13 ou a importância de Epafras em Colossenses.[85]

Por fim, Patzia honestamente admite: "Toda esta pesquisa pode não ter feito nada mais do que confirmar o fato de que a hipótese deutero-paulina é apenas uma hipótese, ou, quando muito, um conceito conveniente para se classificar as epístolas questionadas de Paulo."[86]

Luke Timothy Johnson abandonou o que entendeu ser uma posição conveniente, porém pouco convincente. Ele explica a sua mudança de opinião e denuncia:

> Por muitos anos, de fato, eu partilhei da posição majoritária, a qual aprendi de eruditos precedentes. Somente quando tentei comunicar aos estudantes a lógica subjacente à posição majoritária, e vi que não podia torná-la convincente, foi que adotei - com considerável hesitação - a posição tradicional como a hipótese mais excelente e razoável. Subsequentemente eu tenho questionado essa posição ainda mais vigorosamente do que a sustentei (como em Johnson, *Writings of the New Testament*,[87] 381-405), simplesmente porque estou convencido de que a posição favorecida na atualidade está profundamente invalidada e carece de uma reavaliação. No mínino, a opinião majoritária precisa se tornar algo mais do que tão frequentemente tem sido hoje, uma verdade presumida e não examinada.[88]
> A opinião majoritária é atraente mas não está isenta de sérias dificuldades. De fato, estas dificuldades são tão reais que ficamos a imaginar se muitos sustentam tal posição por estarem convencidos por seus argumentos, ou porque simplesmente lhes é mais conveniente.[89]

85. Patzia, "The Deutero-Pauline Hypothesis", 41, 42.

86. Ibid.

Conclusão

Certamente não podemos fazer vistas grossas às dificuldades apresentadas pelos documentos do NT. Entretanto, proponentes da solução pseudepigráfica, exagerando estas dificuldades e usando metodologias tendenciosas, têm procurado equacionar os problemas por meio de uma improvável reconstrução global da história da igreja primitiva. A bem da objetividade histórica, os julgamentos arbitrários, subjetivos e falaciosos desta solução têm sido incisivamente questionados e denunciados. Uma parte da erudição tem apresentado sérios desafios às reconstruções da hipótese pseudepigráfica, e tem procurado defender a viabilidade de sua proposta alternativa. Todos os dados e evidências precisam ser levados em consideração para uma responsável tomada de posição. Até aqui a hipótese pseudepigráfica tem-se mostrado fragmentada e problemática, além de insatisfatória e improvável para muitos que enfrentam seriamente os seus problemas

Encerro com o apelo e a advertência do meu estimado professor Moisés Silva:

> Pedir que o erudito seja objetivo não é exigir que ele ou ela adote uma determinada atitude psicológica ou um aceitável processo mental passo-a-passo. Significa antes que o estudioso deveria procurar persuadir outros eruditos que examinam qualquer nova interpretação segundo canons reconhecidos de persuasividade histórica. Tal processo comunitário não é garantia de que qualquer historiador venha a ser objetivo, mas é uma força impulsionadora ao se determinar caso uma reconstrução particular tenha se aproximado da objetividade.[90]
> Quem sabe seja possível que a comunidade erudita venha a definir com alguma clareza o lugar e os limites do *onus probandi* na argumentação

87. L. T. Johnson, *The Writings of the New Testament: An Interpretarion*, (Philadelphia: Fortress Press, 1986).

88. Johnson, *Letters to Paul's Delegates*, 2, 3.

89. *Ibid.*, 21.

90. Silva, "Historical Reconstruction", 130.

histórica.

Entretanto, não se deve pensar que o progresso nessas áreas resolverá o conflito básico. De modo geral, a moderna erudição crítica está persuadida de que a visão bíblica da relação entre fé e história deva ser totalmente revertida – o risco da fé, assim nos dizem, não deve ser evitado apelando-se para a realidade histórica objetiva. Enquanto a veracidade histórica for vista por um dos lados como mais ou menos irrelevante ou secundária, será impossível uma aproximação genuína. O evangélico, convencido de que qualquer fé não baseada na verdade histórica é ilusória (p. ex., 1 Co 15:17; 2 Pe 3:16), continuará a ser zombado por não adotar a dicotomia pós-kantiana entre o religioso e o científico. Entretanto, este mesmo compromisso dos evangélicos exige de nós uma destemida abordagem às questões históricas. Uma dependência inteligente para com a autoridade das Escrituras, somada à sensibilidade quanto ao seu verdadeiro caráter e propósito, produz a melhor prescrição para uma reconstrução histórica responsável.[91]

91. Ibid.,132-3.

CONCLUSÃO GERAL

Os questionamentos surgidos no período da Reforma Protestante a respeito do cânon bíblico contribuíram para uma atitude mais crítica frente às dificuldades do NT. Entretanto, a hipótese pseudepigráfica veio a surgir com o criticismo de "tendência" iniciado por Edward Evanson em 1792, sob a influência do Racionalismo.

Foi, porém, à partir de Schleiermacher em 1807 que a idéia da pseudepigrafia canônica tornou-se corrente.

Para que a hipótese prevalecesse, o criticismo subjetivo e superficial carecia da fundamentação histórica que veio com F. C. Baur e seus seguidores. Todavia, o criticismo histórico da tradição bauriana revelou-se indevidamente superficial e arbitrário. A crescente consciência das dificuldades envolvidas na hipótese pseudepigráfica exigiu que os problemas relacionados com questões psicológicas, históricas, morais e teológicas fossem tratados mais objetivamente. Porém, as evidências levantadas têm sido diversamente interpretadas, ocasionando-se assim um inevitável impasse. Questões teológicas têm levado alguns à rejeição dogmática dessa hipótese. Outros, incentivando a pesquisa histórica, a têm rejeitado com base em argumentos históricos. No entanto, vem crescendo a posição, hoje majoritária, a favor pseudonímia canônica.

Entretanto, a crescente aceitação vem acompanhada da rejeição de posicionamentos imprecisos e equivocados bem como de teorias parciais e inadequadas. A grande oferta contemporânea de divergentes abordagens e teorias evidencia o caráter fragmentário e problemático da hipótese pseudepigráfica. Evidencia ainda o alto grau de incerteza e insatisfação para com a "objetividade" das atuais justificativas dessa hipótese.

As razões da pseudonímia estão ligadas ao julgamento de dificuldades relacionadas com os documentos do NT. Certamente não se pode olvidar tais dificuldades, entretanto, observa-se que proponentes da solução pseudepigráfica, exagerando estas dificuldades e usando metodologias falaciosas, procuram equacionar os problemas através de reconstruções não convincentes e artificiais. A bem da objetividade histórica, os julgamentos arbitrários, subjetivos e tendenciosos da solução pseudepigráfica têm sido incisivamente questionados e denunciados. Além das críticas trocadas internamente entre os próprios teóricos da hipótese pseudepigráfica, as reconstruções apresentadas por tais teóricos têm sido seriamente questionadas por determinado segmento da erudição bíblica. Este grupo tem procurado defender a viabilidade de sua proposta alternativa, na qual a pseudonímia não teria sido admitida no cânon. Todos os dados e evidências precisam ser levados em consideração para uma responsável tomada de posição. Até aqui a hipótese pseudepigráfica tem-se mostrado fragmentada e problemática, além de insatisfatória e improvável para muitos que enfrentam seriamente os seus problemas.

BIBLIOGRAFIA

Aland, Kurt, "The Problem of Anonymity and Pseudonymity in Christian Literature of the First Two Centuries" em *Journal of Theological Studies* 12 (1961), 39-49; também publicado em *The Authority and Integrity of the New Testament*, SPCK Theological Collections 4. London: SPCK (1965), 1-13.

_____"Falsche Verfasserangaben? Zur Pseudonymität im frühchristlichen Schrifttum" em *Theologische Revue* 75, Münster (1979) 1-10.

_____"Noch einmal; Das Problem der Anonymität und Psedonymität in der christlichen Literatur der ersten beiden Jahrhunderte" em *Supplementa zu den Neutestamentlichen und Kirchengeschichtlichen Entwürfen* (1990), 158-76.

Alford, Henry, *The Greek Testament*, 6a. ed., 1868.

Bailey, J. A., "Who Wrote II Thessalonians?" em *New Testament Studies* 25 (1978-79), 131-45.

Balz, H. R., "Anonymität und Pseudepigraphie im Urchristentum. Überlegungen zum literarischen und theologischen Problem de urchristlichen und gemeinantiken Pseudepigraphie" em *Zeitschrift für Theologie und Kirche* 66 (1969/1970) 403-36.

Barnikol, E., *Ferdinand Christian Baur als rationalistisch- kirchlicher Theologe*. Berlin: Evangelische, 1970.

Barr, J., *The Biblical Words for Time*. Naperville: Allenson, 1962.

Bauckham, Richard J., *Jude, 2 Peter*. Word Biblical Commentary. Waco: Word, 1983.

_____"Pseudo-Apostolic Letters" em *Journal of Biblical Literature* 107/3 (1988), 469-494.

Bauer, Walter, *Orthodoxy and Heresy in Earliest Christianity*, ed. ingl. R. Kraft e G. Krodel. Philadelphia: Fortress Press, 1971.

Baur Ferdinand Christian, "Die Christuspartei in der korintischen Gemeinde, der Gegensatz des petrinischen und paulinischen Christenthums in der ältesten Kirche, der Apostel Paulus im Rom" em *Tübingen Zeitschrift für Theologie* (1831), 61-206, reimpressa em *Ausgewählte Werke in Einzelusgaben*, 5 vols. Stuttgart: Bad Cannstatt, 1963-75, 1:1-146.

_____*Die sogenannten Pastoralbriefe des Apostels Paulus aufs neue kritisch untersucht*. Stuttgart: Cotta, 1835.

_____*Paul: The Apostle of Jesus Christ: His Life and Work, His Epistles and His Doctrine*, trad. de A. Menzies, 2 vols. London: Williams and Norgate, 1876, do original alemão *Paulus der Apostel Jesu Christi. Sein Leben und Wirken, seine Breife und seine Lehre*, 2 vols. Stuttgart: Becker & Müller, 1845.

_____*The Church History of the First Three Centuries*, vol. I. London: Williams, 1878-9.

Boman, T., *Hebrew Thought Compared With Greek*, trad. Jules L. Moreau. Philadelphia: Westminster Press, 1960, também publicado sob o mesmo título por London: SCM, 1960.

Bornkamm, G., "Die Hoffnung im Kolosserbrief - Zugleich ein Beitrag zur Frage der Echtheit des Briefe" em *Studien zum Neuen Testament und zur Patristik* (1961) 56-64.

_____*Paul*. New York: Harper and Row, 1971.

Brockington, L. H., "The Problem of Pseudonymity" em *Journal of Theological Studies* 4 (1953), 15-22.

Brown, Raymond E., *An Introduction to the New Testament*. New York: Doubleday, 1997.

_____ ed. et al., *The Jerome Biblical Commentary*. London: Chapman, 1990 (1970).

Brox, Norbert, "Zum Problemstand in der Erforschung der altchristlichen Pseudepigraphie" em *Kairos* 15 (1973), 10-23, reimp. em N. Brox ed., *Pseudepigraphie in der heidnischen und jüdisch-christlichen Antike*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1997, 311-334.

_____*Die Pastoralbriefe*, Regensburger Neues Testament. Regensburg: F. Pustet, 1969.

_____*Falsche Verfasserangaben: Zur Erklärung der frühchristlichen Pseudepigraphie*, Stuttgarter Bibelstudien 79, ed. Herbert Haag et al. Stuttgart: Katholisches Bibelwerk, 1975.

Bruce, Frederick Fyvie, *The Canon of Scripture*. Downers Grove: IVP, 1988.

Bujard, W., *Stilanalytische Untersuchungen zum Kolosserbrief als Beitrag zur methodik von Sprachvergleichen*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1973.

Cadbury, Henry J., "The Dilemma of Ephesians" em *New Testament Studies* (1959), 91-102.

Calvin, J., *Calvin's Commentaries: The Epistle of the Apostle Paul to the Hebrews and the First and Second Epistles of Peter*, trad. W. B. Johnston. Edinburgh, 1963.

Campenhausen, Hans von, "Polykarp von Smyrna, und die Pastoralbriefe" (1951), em *Aus der Frühzeit des Christentums. Studien zur Kirchengeschichte des ersten und zweiten Jahruhunderts*, ed. H. von Campenhausen. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1963, 197-252.

Candlish, J. S., "On the Moral Character of Pseudonymous Books" em *The Expositor: Fourth Series*, vol. VI (1891), (ed. W. R. Nicoll; 10 vols.; London: Hodder, 1890-94) 91-107; publicado em alemão em N. Brox ed., *Pseudepigraphie in der heidnischen und judisch-christlichen Antike*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1977.

Cannon, G. E., *The Use of Traditional Material in Colossians*. Macon: Mercer, 1983.

Carson, D. A., *A Exegese e Suas Falácias - Perigos na Interpretação da Bíblia*, trad.

Valéria Fontana. São Paulo: Vida Nova, 1992. Orig. *Exegetical Fallacies*. Grand Rapids: Baker, 1984.

Carson, D. A., D. J. Moo e L. Morris, *An Introduction to the New Testament*. Grand Rapids: Zondervan, 1992, também trad. Márcio Loureiro Redondo, *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1997.

Charles, R. H., *A Critical History of the Doctrine of the Future Life in Israel, in Judaism, and in Christianity*, 2a. ed. London: Black, 1913.

_____ed., *The Apocrypha and Pseudepigrapha of the Old Testament*, vol. II. Oxford, 1913.

_____*Religious Development Between the Old and the New Testaments*. London, 1914.

Childs, Brevard, *The New Testament as Canon: An Introduction*. Philadelphia: Fortress, 1985.

Collins, R. F., *Letters That Paul Did Not Write*. Wilmington: Glazier, 1988.

Conzelmann, H., "Paulus un die Weisheit" em *New Testament Studies* 12 (1965-66), 231-244.

_____*An Outline of the Theology of the New Testament*. Trad. Inglêsa, 1969.

_____"Luke's Place in the Development of Early Christianity" em *Studies in Luke-Acts*, eds. L. E. Keck e J. Louis Martyn. Nashville:Abingdon Press, 1966.

Cook, D., "The Pastoral Fragments Reconsidered" em *Journal of Theological Studies* 35 (1984), 120-31.

Culmmann, Oscar, *The Johannine Circle*. London: SCM, 1976.

Culpepper, R. A., *The Johannine School*. Missoula: Scholars Press, 1975.

Denniston, J. D., "Forgeries, Literary I. Greek" em *Oxford Classical Dictionary*, ed. N. G. L. Hammond, 2a. ed. Oxford: Clarendon, 1970.

Dibelius, Martin, *A Fresh Approach to the New Testament and Early Christian Literature*. New York: Scribner's, 1936.

_____e H. Conzelmann, *The Pastoral Epistles*, ed. H. Koester, trad. P. Buttolph e A. Yarbro, Hermeneia. Philadelphia: Fortress Press, 1972.

_____*Commentary on the Epistle of James*, rev. por H. Greeven. Hermeneia, 1975.

Donelson, L. R., *Pseudepigraphy and Ethical argument in the Pastoral Epistles*. Tübingen: Mohr, 1986.

Dunn, J. D. G., *Unity and Diversity in the New Testament*. London: SCM, 1977.

_____"Pseudepigraphy" em *Dictionary of the Later NT and Its Developments*, eds. Ralph P. Martin e Peter H. Davids. IVP: Downers Grove, 1997, 977-984.

Easton, B. S., *The Pastoral Epistles*. New York: Charles Scribner's Sons, 1947.

Eichhorn, J. G., *Historische-kritische Einleitung in das Neue Testament*. Vol. III, 1812.

Elliot, John H., "A Catholic Gospel: Reflection on 'Early Catholicism' in the New Testament" em *Catholic Biblical Quarterly*, 31 (1969).

_____"1 Peter" em *The Anchor Bible Dictionary*, vol 5. New York: Doubleday, 1992.

Ellis, E. Earle, "Pseudonymity and Canonicity of New Testament Documents" em *Worship, Theology, and Ministry in the Early Church*. Sheffield: JSOT Press (1992), 221-224.

_____"Paul and His Co-workers" em *Prophecy and Hermeneutic in Early Christianity: New Testament Essays*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1978, 3-22, antes impresso em *New Testament Studies* 17 (1970-71), 437-452.

_____resenha de *Pseudonymity and Canon* de David Meade, em *Southwestern Journal of Theology* 30 (1987) 57.

Erasmus, D., *Novum Testamentum Annotationes*. Basel: Froben, 1519

Evanson, E., *The Dissonance of the Four Generally Received Evangelists and the Evidence of Their Respective Authenticity Examined*. Ipswich: G. Jermyn, 1792.

Fenton, J. C., "Pseudonymity in the New Testament" em *Theology* (1955), 51-56.

Fischer, K. M., "Anmerkungen zur Pseudepigraphie im Neue Testament" em *New Testament Studies* 23 (1976) 76-81.

Geiger, W., *Spekulation und Kritik: Die Geschichtstheologie Ferdinand Christian Baurs*. München: Kaiser, 1964.

Gempf, Conrad, "Pseudonymity and the New Testament" em *Themelios* 17 (1992) 8-10.

Giblin, C. H., *The Threat to Faith. An Exegetical and Theological Re-Examination of 2 Thessalonians 2*, Analecta Biblica 31. Roma:PBI (1967).

_____"2 Thessalonians 2 Re-read as Pseudepigraphical" em *The Tessalonian Correspondence*, ed. R. F. Collins, Bibliotheca Ephemeridum Theologicarum Lovaniensium 87. Leuven: Peeters, (1990),459-69.

Goodspeed, E. J., "Pseudonymity and Pseudepigrapha in Early Christian Literature" em *New Chapters in New Testament Study*. New York: Macmillan (1937), 169-188.

Graystone, K. e G. Herdan, "The Authorship of the Pastorals in the Light of Statistical Linguistics" em *New Testament Studies* 6 (1959-60) 1-15

Gudemann, Alfred, "Literary Frauds among the Greeks" em *Classical Studies in Honor of Henry Drisler*. New York: Macmillan, 1894, 52-74.

Guthrie, Donald, "The Development of the Idea of Canonical Pseudepigrapha in New Testament Criticism" em *Vox Evangelica* 1 (1962) 43-59; também publicado em *The Authority and Integrity of the New Testament*, ed. K. Aland. London: SPCK, 1965, 14-39.

_____*Early Christian Pseudepigraphy and Its Antecedents*. Tese de Doutorado (não publicada). University of London, 1961.

_____"Tertullian and Pseudonymity" em *The Expository Times*, 67 (1956), 341-342.

_____*New Testament Introduction*, 4a. ed. Downers Grove: IVP, também publicado Leicester: Apollos, 1990. Inclui "Epistolary Pseudepigraphy" no apêndice "C".

_____"New Testament Pseudonymity? A Review", resenha de Meade, *Pseudonymity*

em *Themelios* 13 (1988) 58.
Gribomont, J.,"De le notion de 'Faux' em littérature populaire" em *Biblica* 54 (1973), 434-436.
Harnack, A., *Geschichte der altchristlichen Literatur* II. *Chronologie*, vol. I. 2 vols., Leipzig: Hinrichs, 1958 (1896).
Harris, Horton, *The Tübingen School.* Oxford: Clarendon, 1975, 2a. ed. Grand Rapids: Baker e Leicester: Apollos, 1990.
Harris, R. Laird, *Inspiration and Canonycity of the Bible. An Historical and Exegetical Study*. Grand Rapids: Zondervan, 1969.
Harrison, P. N., *The Problem of the Pastoral Epistles*. London: Oxford, 1921.
_____"Important Hypotheses Reconsidered: III. Authorship of the Pastoral Epistles" em *The Expository Times* 67 (1955-56).
Hegermann, H., "Der geschichtliche Ort der Pastoralbriefe" em *Theologische Versuche* II, ed. Joachim Rogge e Gottfried Schille, 1970, 47-64.
Hilgenfeld, A., *Historisch-kritisch Einleitung in das Neue Testament*. Leipzig: Fues, 1875.
Hengel, M., "Anonymität, Pseudepigraphie und 'Literarische Fälschung' in der jüdisch-hellenistischen Literatur" em *Pseudepigrapha I*, ed. K. von Fritz. Vandoeuvres-Genève: Fondation Hardt, 1972, 231-329.
Holland, G. S., *The Tradition that You Received from Us: 2 Thessalonians in the Pauline Tradition* Hermeneutische Untersuchungen zur Theologie 24. Tübingen: Mohr-Siebeck, 1988.
Hollinger, David, "T. S. Kuhn's Theory of Science and Its Implications for History" em *Paradigms and Revolutions: Appraisals and Applications of Thomas Kuhn's Philosophy of Science*, ed. Gary Gutting. Notre Dame: University of Notre Dame, 1980, 195-222.
Holtzmann, H. J., *Einleitung in das Neue Testament*, 1885.
_____*Lehrbuch der neutestamentlichen Theologie*, 2a. ed., Vol. 2. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1911.
Hughes, F. W., *Early Christian Rhetoric and 2 Thessalonians*, Journal for the Study of the New Testament Supplements 30. Sheffield: JSOT, 1989.
Johnson, Luke Timothy, *Letters to Paul's Delegates: 1 Timothy, 2 Timothy, Titus*. Valley Forge: Trinity Press International, 1996.
_____*The Writings of the New Testament: An Interpretation*. Philadelphia: Fortress Press, 1986.
Jülicher, Adolph, *An Introduction to the New Testament*, 4a. ed. London: Smith, Elder & co., trad. Janet Penrose Ward, 1904.
Kantor, R., *Community and Commitment*. Cambridge: Harvard University Press, 1973.
Käsemann, E., "A Primitive Christian Baptismal Liturgy" em *Essays on New Testament Themes* (1964), 159-168.
_____"An Apologia for Primitive Christian Eschatology" em *Essays on New Testament Themes*, Studies in Biblical Theology 41. London: SCM, 1964, 169-95.

Kephart, W., *Extraordinary Groups: The Sociology of Unconventional Life-Styles*. New York: St. Martin's Press, 1976.
Koester, Helmut, *Einführung in das Neue Testament*. New York: de Gruyter, 1980, vol. 2, trad. inglêsa, *Introduction to the New Testament*. Berlin:1983.
Kuhn, Thomas S., *The Structure od Scientific Revolutions*, 2a. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
Kümmel, Werner G., *Introduction to the New Testament,* trad. de Howard Clark Kee. Nashville: Abingdon Press, 1973, ed. rev. 1975.
Laub, F., "Falsche Verfasserangaben in neutestamentlichen Schriften. Aspeckte der gegenwärtigen Diskussion um die neutestamentliche Pseudepigraphie" em *Trierer Theologische Zeitschrift* 89 (1980) 228-242.
Lea, Thomas D., "Pseudonymity and the New Testament" em *New Testament Criticism and Interpretation*, ed. D. A. Black e D. S. Dockery. Grand Rapids: Zondervan (1991), 535-559.
Lightfoot, J. B., 'St. Paul and the Three' em *The Epistle of St. Paul to the Galatians*, (1865), 10a. ed. London: Macmillan, 1892. Reimp. Grand Rapids: Zondervan, 1962, 292-374.
_____*Essays on ... Supernatural Religion*. London: Macmillan, 1893.
Lincoln, Andrew T., *Ephesians*. Word Biblical Commentary, ed. David A. Hubbard et al., vol. 42. Dallas: Word, 1990.
Lock, W., *A Critical and Exegetical Commentary on the Pastoral Epistles*. International Critical Commentary. New York: T. & T. Clark, 1924.
Lohse, E., *Die Briefe an die Kolosser und an Philemon*, Meyer, 14a. ed. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1968, trad. ingl. *Colossians and Philemon*. Philadelphia: Fortress Press, 1971.
Longenecker Richard N., "Form, Function and Authority of the New Testament Letters" em *Scripture and Truth.* Grand Rapids: Baker, 1992, 101-14.
Lopes, Augustus N. G., *Paul as a Charismatic Interpreter of Scripture: Revelation and Interpretation in 1 Cor 2:6-16*. Tese de Doutorado (não publicada). Westminster Theological Seminary, 1995.
Lüdemann, Gerd, *Heretics: The Other Side of Early Christianity*. Westminster: John Knox Press, 1996, trad. John Bowden orig. Alemão *Ketzer. Die andere Seite des frühen Christentums*. Stuttgart: Radius-Verlag, 1995.
_____*The New Testament: The History of the Investigation of Its Problems*. Nashville: Abingdon, 1972, orig. *Das Neue Testament: Geschichte der Erforschung seiner Probleme*. München: Verlag Karl Albert Freiburg, 1958.
Malherbe, A. J., "Ancient Epistolary Theory" em *Ohio Journal of Religious Studies* 5 (1977) 3-77.
_____*Paul and the Popular Philosophers*. Minneapolis: Fortress Press, 1989.
_____"Paulus Senex" em *Restoration Quarterly* 36 (1994) 197-207.

Martin, R. P., *New Testament Foundations* II, 2a. ed.. Grand Rapids: Eerdmans, 1983.
Marxen, W., *Introduction to the New Testament*. Philadelphia: Fortress Press, 1968, trad. do orig. alemão *Einleitung in das Neue Testament*, 1963.
McCartney, Dan G., resenha de *Pseudonymity and Canon* de David Meade em *Westminster Theological Journal*, 51 (1989) 170-1.
McKenzie, J. L., "The Social Character of Inspiration" em *Catholic Biblical Quarterly* 24 (1962).
Meade, David G., *Pseudonymity and Canon*. Grand Rapids: Eerdmans, 1987. (Tübingen: J. C. B. Mohr,1986).
Metzger, Bruce M., "Literary Forgeries and Canonical Pseudepigrapha" em *Journal of Biblical Literature* 91 (1972), 3-24.
_____*The Canon of the New Testament*. Oxford, 1987.
_____*The New Testament*, 14a. ed. Nashville: Abingdon, 1978.
Meyer, Arnold, "Religiöse Pseudepigraphie als ethisch-psychologisches Problem" em *Zeitschrift für die neutestamentliche Wissenschaft* 35 (1936), 262-279.
Mitchell, M. M., "New Testament Envoys in the Context of Greco-Roman Diplomatic and Epistolary Conventions: The Example of Timothy and Titus" em *Journal of Biblical Literature* 111 (1992), 641-62.
Mitton, C. L., *The Epistle to the Ephesians*. Oxford: Claredon, 1951.
Moffatt, James, *An Introduction to the Literature of the New Testament*, 2a. ed. New York: Scribner's, 1912.
Mowinckel, S., "Henokskikkelsen i senjødish apokalyptikk" em *Norsk Teologisk Tidsskrift* 41 (1940).
Murphy-O'Connor, J., "2 Timothy Contrasted with 1 Timothy and Titus" em *Revue Biblique* 98 (1991), 403-10.
Neil, Stephen, *The Interpretation of the New Testament 1861-1961*. London: Oxford University Press, 1964.
Oesterley, W. E., *The Jews and Judaism During the Greek Period*. London: SPCK, 1941.
Packer, James I., "*Fundamentalism" and the Word of God*. London: Inter-Varsity Fellowship; Grand Rapids: Eerdmans, 1958.
Patzia, Arthur G., "The Deutero-Pauline Hypothesis: An attempt at Clarification" em *The Evangelical Quarterly* 52 (1980), 27-42.
Pedersen, J., *Israel: Its Life and Culture*, 2 vols. New York: Oxford, 1926.
Percy, E., *Die Problem der Kolosser - und Epheserbrife*, 1946.
Porter, J., "The Legal Aspects of the Concept of 'Corporate Personality'" em *Vetus Testamentum* 15 (1965) 361-380.
Rahner, K., *Inspiration in the Bible*. New York: Herder and Herder, 1961.
Ramsay, William M., *The Bearing of Recent Discovery on the Trustworthiness of the New Testament* (1915). Reimp. Grand Rapids: Baker, 1979
Redalié, Y., *Paul après Paul: le temps, le salut, le morale selon les epîtres à Timothée et à Tite*. Genebra: Labor et Fides, 1994.

Reicke, B, "The Constitution of the Early Church in the Light of Jewish Documents" em *The Scrolls and the New Testament*, ed. Krister Stendahl. New York: Harper and Row, 1957, 143-56.
Renan, E., *St. Paul*. Trad. Ingl. 1888-9.
Rist, Martin, "Pseudepigraphy and the Early Christians" em *Studies in New Testament and Early Christian Literature*, Wikgren Fest., ed. D. Aune. Leiden: E. J. Brill, 1972, 75-91.
Robinson, H. W., "The Hebrew Conception of Corporate Personality" em *Werden und Wesen des Alten Testaments*, ed. P. Volz, Beiheft zur Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft 66 . Berlin: Töpelmann, 1936, 49-62, depois ampliado e publicado como *Corporate Personality in Ancient Israel*. Philadelphia: Fortress Press, 1964.
Robinson, T. A., "Graystone and Herdan's 'C' Quantity Formula and the Authorship of the Pastorals" em *New Testament Studies* 30 (1984), 282-88.
Rogerson, J. W., "The Hebrew Conception of Corporate Personality: A re-examination" em *Journal of Theological Studies* 21 (1970), 1-16.
Rowley, H. H., *The Relevance of Apocalyptic,* 2a. ed. London: Lutterworth, 1955.
Russell, D. S., *The Method and Message of Jewish Apocalyptic*, The Old Testament Library. Philadelphia: Westminster Press, 1964, também publicada por London: SCM, 1964.
Sanders, E. P., "Literary Dependence in Colossians" em *Journal of Biblical Literature* 85 (1966), 28-45.
Schleiermacher, F. E. D., *Über den sogenannten ersten Brief des Paulus an den Timotheus*, 1807.
Schnelle, Udo, *Einleitung in das neue Testament*, UTB 1830, 1994.
Schweitzer, A., *Paul and his Interpreters*. London: Black, 1948 (1912).
Semler, J. S. *Paraphrasis ep. Petri II et Judas*, 1784.
Shaw, R. D., "Pseudonymity and Interpolation" em *The Pauline Epistles*, 4ª ed. Edinburgh: T. & T. Clarke, 1913.
Silva, Moisés, "The Place of Historical Reconstruction in New Testament Criticism" em *Hermeneutics, Authority and Canon*, ed. D. A. Carson e John Woodbridge. Grand Rapids: Zondervan, 1986, 109-133.
Sint, Joseph A., *Pseudonymität im Altertum, ihre Formen und ihre Gründe*. Innsbruck: Universitätsverlag Wagner, 1960.
Smith, Morton, "Pseudepigraphy in the Israelite Tradition" em *Pseudepigrapha I*, ed. K. von Fritz. Vandoeuvres-Genève: Fondation Hardt, 1972, 189-227.
Souter, A., *Text and Canon of the New Testament*. Londres: Duckworth, 1913.
Speyer, W., *Die literarische Fälschung im Altertum*. München: C. H. Beck, 1971.
_____"Fälschung, pseudepigraphische freie Erfindung und religiöse Pseudepigraphie" em *Pseudepigrapha I*, ed. K. von Fritz. Vandoeuvres-Genève: Fondation Hardt, 1972, 333-378.

_____"Religiöse Pseudepigraphie und literarische Fälschung im Altertum" em *Jahrbuch für Antike und Christentum*, 8/9 (1965-66), 82-125, também publicado em *Pseudepigraphie in der heidnischen und jüdisch-christlichen Antike*, ed. N. Brox. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1977, 195-263.

_____*Die literarische Fälschung im heidnischen und christlichen Altertum: Ein Versuch ihrer Deutung*. Handbüch der klassichen Altertumswissenschaft. München: C. H. Beck, 1971.

Spicq, C., *Les Epîtres Pastorales*. Paris: Gabalda, 1969.

Stendahl, K., *The School of St. Matthew and Its Use of the Old Testament*. Uppsala: Gleerup, 1954.

Stenger, W., "Timotheus und Titus als literarische Gestalten. Beobachtungen zur Form und Funktion der Pastoralbriefe" em *Kairos* 16 (1974) 252-67.

Stowers, S. K., "Romans 7:7-25 as a Speech in Character (*prosopopoiia)*" em *Paul in His Hellenistic Setting*, ed. T. Engberg-Peterson. Minneapolis: Fortress Press, 1995, 180-202.

Torm, Friedrich, *Die Psychologie der Pseudonymität im Hinblick auf die Literatur des Urchristentums*. Gütersloh: C. Bertelsmann, 1932, reimpresso em N. Brox ed., *Pseudepigraphie in der heidnischen und jüdisch-christlichen Antike*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1977.

Trummer, P., "'Mantel und Schriften' (2 Tim 4,13). Zur Interpretation eines persönlichen Notiz in den Pastoralbriefen" em *Biblische Zeitschrift*, Neue Folge 18 (1974) 193-207.

_____*Die Paulustradition des Pastoralbriefe*, Beiträge zur biblische Exegese und Theologie 8, Frankfurt (1978).

_____"Corpus Paulinum - Corpus Pastorale: zur Ortung der Paulustradition in der Pastoralbriefen" em *Paulus in den neutestamentlichen Spätschriften*, ed. K. Kertelge, 122-45. Quaestiones disputatae, no. 89. Freiburg: Herder, 1981.

Usteri, L., *Die Entwicklung des paulinischen Lehrbegriffs*. Zürich: Orell Füssli, 1824.

Weiss, B., *A Manual of Introduction to the New Testament*. London: Hodder, 1887.

Westcott, Brooke Foss, *A General Survey of the History of the Canon of the New Testament*, 6a. ed.. London: Macmillan, 1889.

Wette, W. M. L. de, *Lehrbuch des Neuen Testaments* (Berlin: Reimer, 1826), trad. ingl. *Introduction to the New Testament*, 1858.

Wikenhauser, A., *Introduction to the New Testament*. London, rev. J. Schmid, 1973 (1958).

Wohlenberg, G., *Die Pastoralbriefe*, 1906.

Wolter, Michael, "Die anonymen Schriften des Neuen Testaments. Annäherungsversuch an ein literarisches Phänomen" em *Zeitschrift für die Neutestamentliche Wissenschaft* 79 (1988) 1-16.

Zahn, T., *Introduction to the New Testament*. 3 vols.; Grand Rapids: Kregel, 1953 (1909).

Zmijewski, J., "Apostolische Paradosis und Pseudepigraphie im Neuen Testament. 'Durch Erinnerung Wachhalten' (2 Petr 1, 13; 3, 1)" em *Biblische Zeitschrift* 23 (1979) 161-171.

_____"Die Pastoralbriefe als pseudepigraphische Schriften - Beschreibung, Erklärung, Bewertung" em *Studien zum Neuen Testament und seiner Umwelt* A 4 (1979) 91-118.